



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**



**AS CORAJOSAS: etnografando experiências travestis na prostituição**

Letizia Patriarca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Buarque de Almeida.

**Versão Corrigida**

São Paulo

2015

## ÍNDICE

Resumo / Abstract .....	p. 4
Agradecimentos .....	p. 5
<b>Introdução</b> .....	p. 10
Etnografando .....	p. 16
<b>1 - Experiências travestis</b> .....	p. 27
Aulas de inglês .....	p. 34
Normatividades e subversões .....	p. 43
“Sou she-he, cherry!” .....	p. 47
<b>2 - Pelo bairro e trocas na prostituição</b> .....	p. 53
Heterotopia .....	p. 58
Violência policial .....	p. 74
“Às vezes é uó, mas às vezes é bom” .....	p. 78
<b>3 – Quem tem medo?: donas de casa de prostituição</b> .....	p. 89
Anotações ético-político-antropológicas .....	p. 93
Uma possível Célia .....	p. 100
“Quem cuida somos nós!” .....	p. 105
<b>Coragem!</b> .....	p. 118
<b>Anexo1 - Fotos performance artística <i>Entre Saltos</i></b> .....	p. 122
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	p. 125
<b>Referências fílmicas</b> .....	p. 130

**Resumo:**

Esta dissertação parte de experiências de travestis que são também profissionais do sexo para focar nas relações que estabelecem com donas de casas de prostituição. Há uma atenção para o fazer antropológico, percorrendo as construções das vivências das travestis que se prostituem, perpassando marcadores sociais da diferença – a saber, gênero, sexualidade, classe, raça e geração. Em um primeiro momento, surgem as diversas construções identitárias das que circulam pelo bairro Jardim Itatinga (Campinas – SP), para depois percorrer a especificidade deste. Estruturado por uma variedade de casas de prostituição, sua dinâmica engendra determinadas vivências do trabalho sexual ali realizado, que permite repensar relações com as donas de casas de prostituição, especificamente das experiências de travestis em casas de prostituição. A hipótese percorrida é a de que donas e suas casas de prostituição podem ser um suporte econômico-afetivo para construções identitárias do universo trans, assim como representam um apoio seguro diante de violências policiais e de clientes que acometem suas vivências na prostituição.

**Palavras-chave:** Prostituição, Universo trans, Mercados do sexo.

**Abstract;**

This dissertation is based on the experiences of transvestites who are also sex workers in order to focus on the relationships they establish with madams, brothels' owners. Attention is paid to the anthropological doing, covering the experiences' buildings of transvestite prostitutes, passing through social markers of difference - namely, gender, sexuality, class, race and generation. In a first moment, the various identity constructions of those who circulate around Jardim Itatinga (Campinas –SP) are brought to discussion, and then the specificity of this neighborhood is handled. Structured by a variety of brothels, its dynamic engenders certain experiences of the sexual work performed there, allowing the rethinking of the relations with the brothels' owners, specifically the experiences of transvestites in such establishments. The hypothesis sustained is that madams and their brothels can be an economic and emotional support for the identity constructions of the trans universe, at the same time that they represent a secure support in the face of police and customers violence that affect their experiences in prostitution.

**Keywords:** Prostitution, Trans universe, Sex markets.

## Agradecimentos

A vontade aqui é de agradecer absolutamente tudo, todas e todos, porque o processo que resulta nesta dissertação extrapola os meses oficiais e o ambiente acadêmico. Cabe até ressaltar os milhares de quilômetros que percorri, as folhas de origami que dobrei, as variadas drogas que absorvi, as músicas que ouvi repetidamente, os chocolates, textos e pessoas que devorei – tendo sido também obviamente tragada por tudo isso – e os afetos mais variados que me acompanharam no fortalecimento desta jornada. Apresentações em congressos, eventos, viagens, diversas trocas e todas as conversas, até com pessoas com quem só uma vez comentei sobre o que trabalhava, foram decisivas para o que consegui escrever a seguir. Pontuar então alguns nomes não reflete meus afetos e agradecimentos, mas é um exercício de *transbordar*...

Primeiro então, agradeço profundamente às corajosas do bairro Jardim Itatinga, que só de vê-las, me enchia de vida. Com Betania Santos, aprendi o significado de empoderamento, que ainda não consigo explicar em palavras, todo mundo merece te conhecer para entender e se inspirar! Em meio às transnomações efetuadas, há a figura de Denise Martins, pelo acolhimento, pelas trocas afetuosas, com profunda admiração e agradecimento, até por ter me proporcionado a experiência de correr atrás de uma galinha, pela primeira vez na minha vida. Às outras queridas que circulam pelo bairro, às que me deram o privilégio de trocar mais que olhares, agradeço de corpo-alma-coração, pois tudo isso já não pode mais ser da mesma ou de uma única forma, depois de vocês.

Desde antes da entrada no mestrado, agradeço Aline Agostini, Barbara Bork Scol, Davi Naraya Basto de Sá, Gilda Mariano Silva, Julianna Fernandes, Marina Magalhães, Diogo Conte, Enzo Scabin Carità, Nicoli Briganti e Anna Solimene, reconhecendo a brilhante formação que tivemos na escola e pelo exercício da alteridade nas trocas que continuaram.

Toda uma turma da Unicamp, pela política da festa e pelas festas políticas, nos cinco intensos e prezerosos anos, que não deixam de me marcar. Alguns nomes como: Renata Scalvi, Bruno Martins, Danilo Paris, Murilo Campanha, Dalton Yatabe, Renan Joele, Marcelo Saraiva, Barbara Furlan Tozzi, Suellen Góes, Hélder Greb dos Santos, Diego Bertazzoli, Marcus Leijoto, Suzi Corrêa, Isaac Neto, Thiago Pignataro e Vinicius Todorov.

Belezuras da Matusalém, Marina Serva, Mariana Simonetti, Mariane Montbeller, Ana Sara Francisco, Marina Negri, Laís Blanco, pelo lar compartilhado e na leveza que era jogarmos Banco Imobiliário à luz de velas.

Graziele Grilo pelo carinho constante e fortalecimento mútuo.

Mayara Del Pupo com quem aprendi a importância e beleza do que é ser miguxa!

Lis Furlani Blanco, pela nossa Fundação de Amor da Cabeça aos Pés. Com admiração pela sua determinação e agilidade, que inclui descer até o chão e dançar em cima da mesa.

Adriane Henrique Bagdonas pela disposição infinita de quem sempre diz sim pra vida e pelo nosso buraco negro de amor.

Fundamentais para formulação do projeto de mestrado, José Rodrigo Rodrigues e Maria Elvira Diaz Benitez. Das idas iniciais ao Jardim Itatinga, agradeço Aline Tavares, pelo contato inicial, Amanda Monteiro e Luiz Fernando Petty, por ter chacoalhado meus moralismos.

Já na Usp, desde a banca de seleção de mestrado, agradeço muito Heloísa Buarque de Almeida, que me acolheu sob sua orientação de forma carinhosa - marca de sua fundamental atuação política fora e dentro das salas de aula, sempre lotadas.

Agradeço a FAPESP, todas/os funcionárias/os envolvidas/os na sua manutenção, bem como as/os da Usp. Especialmente Soraya Gebara Toledo e Celso Cunha Gonçalves.

Do Departamento de Antropologia, uma interlocução maior com as/os professoras/es: José Magnani, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Laura Moutinho, Ana Cláudia Marques.

Silvana de Souza Nascimento, um agradecimento especial, pelo exemplo do sorriso largo e camarada, pelas mais variadas trocas de figurinhas. Sua simplicidade reluzente me inspira!

Agradeço também José Miguel Nieto Olivar, pela leitura detida e comentários atentos ao meu trabalho no momento da qualificação. Seu caso, assim como de Ana Paula Silva e Thaddeus Blanchette, foi de uma admiração que veio antes pelos seus textos e depois, felizmente, também presencialmente. O mesmo com Adriana Gracia Piscitelli, a quem também agradeço pela gentileza ao me receber em uma brilhante disciplina e por aceitar compor a Banca de Defesa desta dissertação.

No PPGAS da Usp, posso agradecer em geral pela excelente “conjunção astrológica” de toda minha turma de mestrado do ano de 2013. Camila de Paula, Jorge Gonçalves, pela camaradagem. Maria Isabel Zanzotti, pelas jornadas no Jardim Itatinga.

Antonio Gouveia, pelo carinho e dedicação acompanhando minhas agruras e relatos de campo.

Isabela Venturoza, com quem aprendi na timidez e silêncio um enorme poder de subversão, valeu parça!

Cibele Assencio, Fabiana Andrade, Talita Lazarin Dal Bó, Jacqueline Moraes Teixeira, Ana Fiori, com quem partilhei tantas afinidades e lutas, num movimento mais do que de inclusão, mas de (dis)torção.

Helena Manfrinato e Yara Alves, parceiras especiais de aventuras nas águas (sem ou com álcool).

Agradeço imensamente ao NUMAS, pelas pessoas que por ele circulam, pelos trabalhos e eventos dos quais fui me aproximando. Foi se revelando um espaço essencial, através do qual vou aprendendo a fazer leituras detidas e generosas. Com algumas/ns mais aprendi do que troquei, com outras/os o carinho ficou marcado em forma de comentários nos textos e com outras/os ainda os afetos extravasaram. Um enorme agradecimento a: Gustavo Saggese, Marisol Marini, Rocio Alonso, Renata Mourão, Beatriz Accioly Lins, Marcella Betti, Sonia Hotimsky, Fernanda Kalianny, Izabela Nalio, Tulio Bucchioni, Arthur Fontgaland, Helio Menezes, Lucas Bulgarelli, Lais Miwa, Mariane Pisani, Waldor Botero, Márcio Zamboni, Gibran Teixeira Braga,

Bruno Brabosa, Bruno Puccinelli, Valéria Alves, Pedro Lopes, Bernardo Fonseca Machado, Vitor Grunvald, Rafael Noletto, Ramon Reis, Natália Lago, Lauren Zeytounlian.

Luiza Ferreira Lima, é tanta força, amor, estímulo, admiração e transformação conjunta, que compartilhar o Z no nome parece até pouco!

Thais Tiriba pelas trocas apetitosas e fortalecedoras, na delícia e potência que é fazer novos amores.

Com inspiração e carinho, agradeço também Amara Moira, Vanessa Alves Vieira, Gabriela Pozzoli Cavalheiro, Pâmela Villanova e Cauê Gouveia. Saulo Diniz, Cecília Cuentro e Suzy Luna. Andreia Freire e Bibiana Gil, pela paciência na reta final, enchendo o ninho de tsurus.

Com muita admiração e amor, agradeço essas pessoas corajosas que foram servindo de exemplo e até me fazem acreditar na ideia de um matriarcado originário! Olga, Uvaldo, Joel, Ivan, Paula, Germana, Tessa, Thomas, Lissa, Lívia, Geórgia. Bau, Veu, Lu e Feu com um amor ligado pelo u, de saUgaUdinho. Noni e Cotinha desde o berço. Rafael, Núria, Giovanna e Lilian, pela energia e força catalãs. Davide, Silvia, Deborah, Riccardo, Stella e Giulia, pelas deliciosas *margellatas*.

*In memoriam*, para Maria Guerrieri Dehò, figura respeitada e temida de uma excelente professora de matemática, que sempre me incentivou nos estudos. Queria que ela visse onde me meti agora.

Teresangela, pelos 92 anos de uma fortaleza de mulher.

Barbara, pelas pinceladas de muito amor, dedicação e generosidade. Seu olhar sensível me encanta e estimula.

Zico, pelo amor que foi sendo construído, que independe de qualquer laço de sangue. Com admiração e muito agradecimento pela sua genialidade, inventividade e por me fazer ter interesse pelo pensamento crítico.

Margherita, *che mangia il pollo con le dita!* A matriarca, sempre serelepe e interessada. Além da língua que criamos só nossa, é meu exemplo, que me diverte e faz perceber que não há idade e nem limites para alegria e curiosidade.

Sara, por desde sempre me acostumar ao olhar atento, curioso, à aventura, ao respeito por qualquer pessoa, à apreciação de toda e qualquer loucura, sobretudo as próprias. Você sabe que eu só sou foda, porque você é a mais foda!

Por fim, mas com toda intensidade e amor, Armando, seu patriarca. Não existem agradecimentos possíveis para todo o apoio e para toda admiração que sinto por você, exemplo de liberdade, rebeldia, dedicação e tesão no que faz. Com você aprendo e sinto os significados de amor cotidiano e companheirismo, muito obrigada!

*Para Sara,  
com quem vou me inspirando a ser uma lontra corajosa!*

*Quem tem consciência para ter coragem*

*Quem tem a força de saber que existe*

*E no centro da própria engrenagem*

*Inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado*

*Quem já perdido nunca desespera*

*E envolto em tempestade e decepado*

*Entre os dentes,*

*segura a primaveraAaAAaA*

(Primavera nos dentes - Secos & Molhados, 1973)

## Introdução

*Vocês se apresentam, não são da Associação, podem falar que são estudantes, mas não falem que estão fazendo pesquisa! Tem muito aluno da Unicamp que vem aqui e depois desaparece ou vem com uma tese. Vocês podem dizer que vai ajudar na formação de vocês, mas não de pesquisa! Porque aí elas acham exploração!* (Trecho de Diário de Campo 09-07-2013)

Esta frase foi dita por Bianca, uma travesti de cerca de 50 anos, que gerencia um pensionato, no qual circulam outras tantas 40 travestis, vindas de todo o Brasil. Bianca sempre brinca, dizendo que é de um Estado formado muito depois dela ter nascido, o Tocantins. Ela é também uma militante de aguçadas esperteza e energia, tendo atuado ativamente na militância LGBTTT<sup>1</sup> de Campinas. Vejo-a sempre com seus cabelos brancos em rabo de cavalo, shorts de lycra e uma camiseta larga, desdobrando-se em suas atividades que exigem muito trabalho e suor. De domingo a domingo, Bianca toma conta do pensionato e das *meninas*<sup>2</sup>, que lhe pagam a diária da estadia, bem como transformações em seus corpos – incluindo óculos de grau e próteses de silicone.

A reclamação de Bianca quanto aos alunos da Unicamp, corresponde a uma advertência que está longe de representar um caso isolado, pois são constantes as manifestações de enfado, incômodo e desconfiança diante de variadas/os pesquisadoras/es<sup>3</sup> que ora ou outra salpicam pelo bairro de seu pensionato. O local em questão é o bairro Jardim Itatinga, bastante conhecido pelos habitantes de Campinas e cidades adjacentes por estruturar-se pela prática da prostituição, realizada em diversos estabelecimentos. Talvez seja porque ainda há um tom de exotismo ao se pensar prostituição e travestis, refletido em todas as conversas informais que tenho sobre meu

---

<sup>1</sup> Embora a sigla oficial atualmente seja LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros - pelo que será discutido adiante nesta dissertação, pela militância de Bianca e pelas diversas formas de vivenciar as travestilidades, optei pela sigla LGBTTT, pois indica uma vontade de demarcar diferenças entre pessoas que se afirmam Travestis, Transexuais e Transgênero.

<sup>2</sup> Ao longo da dissertação, sinalizo em itálico termos e frases que uma vez que foram assim ouvidos, serão posteriormente retomados para reflexão.

<sup>3</sup> Cabe também esclarecer que preferencialmente usaria o “x” na marcação de gênero (como exemplo: pesquisadorxs), pela maior possibilidade de autoidentificação que ele enseja. Contudo, este uso é impossibilitado tanto na leitura quanto na fala, portanto, tendo em vista maior acesso, usarei as fórmulas comumente associadas ao feminino e ao masculino. A ordem utilizada, com o feminino primeiro, além de sinalizar intenções políticas de valorização do feminino, também reflete o contato com as várias feminilidades no decorrer desta pesquisa.

mestrado, que muitas/os alunas/os da referida Unicamp e outras/os curiosas/os profissionais, como repórteres, buscam o bairro para algo.

Nesse sentido, é interessante notar que o alerta contra *exploração* é acionado diante de curiosas/os e pesquisadoras/es, ao invés de se referir a algum outro incômodo relativo à prática da prostituição. De fato, a *Associação* referida na frase, corresponde a Associação Mulheres Guerreiras, que luta contra o preconceito e em favor de melhores condições de trabalho para profissionais do sexo de Campinas e região. A atuação desta organização, vinculada a Rede Brasileira de Prostitutas, será mais trabalhada ao longo desta dissertação, pois conta com a presença de Bianca, que encampa a luta pelas travestis que são também profissionais do sexo<sup>4</sup>.

Foi dessa atuação na Associação que comecei a conhecer Bianca e o trecho inicial remete a um momento de conversa acerca da intensificação de minhas idas ao bairro e do meu contato com ela. Já tendo em mente o incômodo diante destas/es outras/os profissionais e movimentos de aproximação, o desafio era articular um contato mais frequente, mais aos moldes de uma troca, que caracterizasse um fazer antropológico em contato com (INGOLD, 2007) as pessoas deste bairro, sem que minha abordagem fosse desrespeitosa.

Nessa conversa, discutimos algumas possibilidades de atuação e foi quando Maria Isabel Zanzotti, colega da mesma turma de mestrado, também começou a participar. O alerta inicial foi então direcionado a nós e visava dizer como deveríamos nos apresentar, uma vez que começamos a frequentar semanalmente o Jardim Itatinga. Dentre as possibilidades de atuação, havia a ideia de discutir o PL 4211/2012 Gabriela Leite (que será melhor trabalhado no **capítulo 3**) com donas de casas de prostituição e profissionais do sexo do bairro. Outra manifestada possibilidade foi a vontade de ter aulas de inglês, tendo como horizonte a Copa do Mundo de 2014.

Ambas propostas ilustram como foi meu contato, desde o começo, no sentido da valorização da prostituição enquanto trabalho, uma vez que era essa a demanda de minhas interlocutoras. Essa compreensão é fundante deste trabalho e permeia todas as discussões, mas será melhor trabalhada nos **capítulos 2 e 3**, cotejando tanto elementos

---

<sup>4</sup> Por ora e majoritariamente no texto, trago *profissional do sexo*, por ser um termo reivindicado pela Associação Mulheres Guerreiras, mas nuances aparecerão ao longo do trabalho e procuro respeitar quando aparecem, variando de acordo com quem as utiliza, dirigidas a quem e com qual intuito. Na atuação de Bianca, é também uma forma de aproximar as identidades de travestis e mulheres que se prostituem, partilhando características comuns por realizarem esta atividade no bairro Jardim Itatinga.

do campo, quanto de uma crescente bibliografia sócio-antropológica, nos marcos de trocas econômico-sexuais-afetivas nos mercados do sexo (AGUSTÍN, 2005; BERNSTEIN, 2007; BLANCHETTEeSILVA, 2009; CHAPKIS, 1997; OLIVAR, 2013; PISCITELLI, 2005 e 2013; TEDESCO, 2008).

Dando seguimento às conversas, as aulas de inglês acabaram sendo a forma mais sistemática como Maria Isabel e eu começamos a frequentar o bairro, semanalmente, de setembro de 2013 a julho de 2014. Esta foi uma das formas de aproximação que tive que acabou por me colocar em contato direto com as travestis do bairro, acompanhando-as dentro de seu pensionato e em outros momentos quando não realizavam programas. Nesse sentido, todas as considerações trazidas aqui, devem ser lidas por conta deste contato próximo e mais participante que observante, fundamental para abertura e circulação que possibilitaram esta dissertação.

Parto portanto da figura de Bianca<sup>5</sup>, para introduzir o argumento que percorro nesta dissertação: o foco nas experiências de travestis na prostituição, com atenção para sua atuação enquanto profissionais do sexo, relacionadas a donas e suas respectivas casas de prostituição. A dissertação compreende três capítulos, sendo que no primeiro trago as variações identitárias quanto as suas construções, com referência a marcadores sociais da diferença, tais como gênero, sexualidade, classe, raça e geração. Neste **primeiro capítulo**, percorro alguns elementos das aulas de inglês que realizei com elas, perpassando etnografias realizadas junto com travestis. Mobilizando algumas discussões dos estudos queer, repenso quais noções de feminino estão sendo almeçadas e construídas e quais (e se) normatividades de gênero e sexualidade acabam sendo reproduzidas nessa construção travesti, com atenção para hierarquias de poder que são situacionalmente articuladas. Deste primeiro momento, começa a surgir a atividade na prostituição enquanto trabalho, quando por exemplo me relatam que não podem frequentar as aulas de inglês pois devem trabalhar, ou seja, usar o tempo das aulas para se dedicar ao trabalho na prostituição.

---

<sup>5</sup> Bianca é um nome fictício, sendo que utilizo algumas formas de preservar o anonimato, ao mesmo tempo que tentei dar visibilidade às militantes da Associação Mulheres Guerreiras, pois assim reivindicavam e por admiração as suas atuações. No **capítulo 1**, discorro sobre a importância do nome para pessoa travesti, sendo um importante aspecto para sua construção identitária, refletindo desejos e objetivos de vida. Uma outra discussão sobre a troca dos nomes, para preservar as donas de casas de prostituição que poderiam sofrer consequências legais, será melhor trabalhada no **capítulo 3**.

No **segundo capítulo**, elaboro uma descrição mais detida sobre o Jardim Itatinga, argumentando que sua estruturação está intrinsecamente ligada à prática da prostituição que nele se realiza. Percorro a noção de Michel Foucault de *heterotopia*, para pensar em uma localidade com certa especificidade, mas em relação com outros lugares e códigos. Trata-se de uma relação circular que se retroalimenta: as trocas ali realizadas partem das possibilidades - históricas (MAZZARIOL, 1976) e urbanísticas (HELENE, 2012) do bairro e o bairro é conhecido e sustentado por estas práticas. A importância da prostituição no bairro, manifestada também por meio de inúmeras casas de prostituição, é tão central que foi interrompida em outubro de 2013, por meio de um caso de violência policial. O abuso de poder e as agressões contra todas/os do Jardim Itatinga limitaram a saída de dentro das casas, a circulação interna e até o bairro. Por um final de semana inteiro, o Jardim Itatinga ficou sitiado pela polícia militar, tendo retomado as atividades só quando uma inventiva intervenção de suas/seus moradoras/es e trabalhadoras/es parou o trânsito de uma rodovia que ladeia o bairro. Desse episódio, infelizmente comum para quem vivencia a prostituição nas ruas, introduzo a discussão acerca da valorização da prostituição enquanto trabalho e o bairro, mais do que cenário, aparece como possibilidade de pensar este trabalho em sua dimensão com as variadas casas de prostituição e suas donas.

A centralidade de estabelecimentos e de outras pessoas que agenciem a atividade - deslocando a costumeira atenção da relação profissional do sexo-cliente - aparece desde o segundo capítulo, para ser mais detidamente discutida no **capítulo 3**. Início o capítulo, comentando acerca do curta-metragem *Quem tem medo de Cris Negão?*, por apresentar de forma respeitosa e ficcional a figura de Cris, uma travesti cafetina do centro da cidade de São Paulo. A partir desta criação fílmica perpasso uma discussão metodológico-político-antropológica, questionando como abordar esta temática, que ainda é criminalizada perante a legislação brasileira. Repensando a apresentação escrita deste trabalho, pergunto: como trazer a riqueza etnográfica, por seu trabalho continuado e próximo de detalhes, sem comprometer sujeitos que inspiraram este trabalho? Como abordar uma temática que é criminalizada legalmente, sendo que o trabalho etnográfico traz justamente a complexidade e o oposto deste caráter negativo? Enfim, como retratar relações, donas e casas de prostituição sem partir de uma generalização abstrata e ao mesmo tempo respeitar as vivências das interlocutoras deste trabalho?

Um caminho explorado foi o de criar uma personagem de dona de casa de prostituição, Célia, não menos ficcional do que todas as que aparecem nesta dissertação. Como sugere Hélio Silva, uma *transnomação*, além de respeitar a criatividade original das interlocutoras, também aponta para a construção dos personagens na escrita antropológica, que não correspondem aos indivíduos que circulam fora do texto (2007, p.43). Focar então nessa relação com casas e donas de casas de prostituição, sobretudo a partir das experiências de travestis, conduzem à hipótese trabalhada na dissertação, de que estas pessoas que agenciam e mantêm casas podem ser um ponto seguro diante da constante violência policial e – em menor grau - de clientes.

Perpassam todo o texto discussões acerca do fazer antropológico e etnográfico e acerca de marcadores sociais da diferença (melhor abordada no **capítulo 1**). Partindo das experiências de travestis na prostituição, pretendo contemplar uma crescente discussão acerca das profissionais do sexo, que se desenvolve mais a partir de experiências de mulheres. Viso colocar em diálogo esta produção e militância com os trabalhos que focam as vivências travestis, sobretudo em suas construções de gênero e sexualidade. Essa aproximação das identidades de travestis e mulheres<sup>6</sup> se dá por meio de suas vivências como profissionais do sexo no Jardim Itatinga e por conta da militância da Associação Mulheres Guerreiras, que apresentam pontos em comum na realização do trabalho sexual.

Se há a vontade de respeitar as especificidades de cada uma dessas identidades, há também o esforço de pensar nas contribuições que suas vivências comuns (e investigar quando não ocorrem) enquanto profissionais do sexo podem trazer. Ademais, quando se parte dos usos e agenciamentos singulares de autoidentificação, não parece possível afirmar categoricamente o que seria uma mulher e o que seria uma travesti, tendo estas fronteiras e categorias constantemente borradas pelos sujeitos. Sendo assim, uma hipótese levantada é a de que trazer as experiências travestis na prostituição pode contribuir para o acirrado debate feminista, que muitas vezes

---

<sup>6</sup> Reconheço e respeito a militância pelos termos *cis* ou *cisgênero*, sendo que *mulher cis* seria uma forma de apontar para o caráter fabricado de todas as construções de gênero, aproximando-o da identidade de *mulher trans*, que não seria mais artificial ou menos natural (ver por exemplo: <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>). Contudo, estes termos não foram utilizados pelas interlocutoras com as quais tive maior contato, sendo que para se referirem a mulheres, assim designadas ao nascer e que se reconhecem como tais, era frequente ouvir *mapô* ou *racha* - termos recorrentes, relatados também por outras/os pesquisadoras/o (como por exemplo: PELÚCIO, 2004, p.125).

desconsidera esta discussão e essencializa as vivências, enclausurando a ideia de opressão de uma mulher na venda de seu corpo para um homem. Por outro lado, somar-me à militância de Bianca enquanto travesti profissional do sexo, que reivindica direitos trabalhistas para essa profissão, também parece ser uma contribuição para vivência de pessoas trans\*<sup>7</sup>, que muitas vezes se dedicam à prostituição.

A seguir, ainda como parte da Introdução, será desenvolvida a minha variada movimentação em contato com estas interlocutoras, considerando o fazer antropológico e etnográfico essencial à abordagem dos sujeitos na prostituição e nas diversas vivências do universo trans. De fato, o gerúndio escolhido para o título aparece como uma forma de elogio. *Etnografando*, mais do que um recurso estilístico, refere-se à escolha desse importante fazer, fruto de um contato continuado, que me possibilita esboçar alguma compreensão sobre experiências travestis e a dinâmica da prostituição no bairro. O trabalho etnográfico aparece também como essencial para não incorrer em binarismos – tanto nas vivências de gênero e sexualidade, quanto na valoração somente positiva ou negativa das práticas realizadas na prostituição - pois é através dele que se pode identificar detalhes, nuances e variações dos discursos e, sobretudo, o acionamento situacional destes.

Cabe pontuar que todas as análises trazidas nesta dissertação são fruto deste contato variado e diante de diversos discursos, entrevistas gravadas foram uma parte muito reduzida da metodologia. Por conta da intensa circulação de pessoas e pelo fato de estarem em seu local de trabalho e de moradia (por vezes à espera de um programa e por vezes relaxando) quase não realizei entrevistas semi-guiadas com gravador. Das vezes que o fiz, notei uma grande diferença dos discursos gravados: havia tanto informações que me alegavam explicitar após eu desligar o gravador, quanto questões que só apareciam quando eu explicitamente direcionava a pergunta. Nesse sentido, sinalizarei estes temas para dar a dimensão do que não queria ser dito, que pode ter a ver tanto com a minha presença e o que ela representava, quanto com o fato de que não queriam abordar certos assuntos. Portanto, a maior parte das considerações trazidas aqui partem do convívio e do que me lembrava de escrever no diário, voltando do campo, toda vez exausta e excitada. Boa parte também é fruto do acompanhamento de eventos

---

<sup>7</sup> Pessoas trans\* é reivindicado como termo abrangente, ver <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>. Mas há também uma contrastante militância em prol da especificidade e necessidade da afirmação de travestis, fora deste termo. Tal disputa ficará mais latente no **capítulo 1**.

políticos públicos, tanto por conta da militância em prol da profissional do sexo, quanto pela militância das identidades travestis, impulsionadas pela Associação Mulheres Guerreiras.

Sobre a organização textual, aparecem em itálico expressões e termos da forma como foram ditos, sendo que a ideia não é separar o plano de análise dos termos êmicos de forma hierárquica, mas de me responsabilizar pelas análises trazidas, que podem não corresponder com o intuito dos usos acionados na hora de proferir estes termos e frases. Em itálico também aparecem termos e expressões retirados de textos, quando estes estiverem sinalizados, para que as noções êmicas do campo e da bibliografia se misturem. As notas de rodapé servem como complemento, trazendo referências para aprofundar o argumento e indicando em que parte do texto a discussão será melhor trabalhada. Também abusei das notas, quando pretendia levantar alguns comentários, que não pude desenvolver de forma mais detida e sistemática – tendo como inspiração o trabalho de Esther Newton (1979) com drag queens, pois suas notas de rodapé são valiosas e indispensáveis. Não com tanta pretensão, mas espero que as daqui, que não são poucas, também suscitem interesse e rendimento. Nas notas me coloco mais abertamente, embora no corpo do texto já o faça, mas é nas notas que me permiti mais ingenuidade, o que foi uma crítica constante ao meu trabalho. Como forma de incorporar essas críticas, mas de não perder certa ingenuidade que parece ser necessária para o trabalho antropológico, corporificaram-se nas notas de rodapé.

## **Etnografando**

Os meus primeiros contatos com as temáticas aqui elaboradas remetem às diferentes formas como me relaciono e sou vista em campo, portanto, nesta seção recupero-as em ordem cronológica somente para situar estas dimensões. Partindo destas, trago algumas considerações sobre o fazer antropológico e etnográfico, que considero um trabalho instigante, atencioso e continuado. O esforço de recuperar de forma cronológica também visa situar a leitura, pois no momento da escrita *o exótico já havia se tornado bastante familiar*, para retomar a clássica noção de Roberto Da Matta (1978) acerca do efeito do trabalho antropológico. Trata-se de um esforço de tornar palpável no texto aspectos que ficam um pouco mais evidentes durante o trabalho de campo, mas

que muitas vezes contraria o que escuto de forma recorrente quando converso sobre as temáticas com quem não está familiarizada/o com estas.

A importância de diários de campo não pode ser desconsiderada, pois rever as primeiras impressões e incômodos que eu tinha desde as primeiras idas ao bairro, desde os primeiros contatos com suas/seus moradoras/es e trabalhadoras/es parece frutífero. Alguns poucos incômodos permaneceram, outros se dissolveram, deixando lugar a novas inquietações, de forma também a colocar o trabalho antropológico sempre em aberto. A tentativa a seguir pretende então situar minha trajetória, marcando minha figura em campo – uma vez que o sujeito que interpreta está sempre posicionado (STRATHERN, 2014, p.378) – junto com inquietações mais gerais acerca da metodologia do trabalho antropológico e etnográfico.

Meu primeiro contato com o Jardim Itatinga ocorreu em 2011, por meio de uma pequena etnografia elaborada para disciplina “Pesquisa Antropológica”, obrigatória para obtenção do título de Bacharel em Antropologia na Unicamp. Ministrada então por Maria Elvira Díaz Benitez, foi por meio de sua atenciosa orientação que fiz duas primeiras idas ao Jardim Itatinga<sup>8</sup>, sem conhecer ninguém. Uma ocorreu em uma segunda de tarde – quando o movimento é mais fraco, mas mesmo assim contínuo – e a outra na sexta de noite – chegando a ficar parada com meu carro no trânsito, observando que os automóveis possuem placas de várias cidades próximas a Campinas.

Reproduzo algumas impressões e um trecho do diário de campo desta sexta de noite, quando fui com uma amiga e seu amigo, que dizia ter ido inúmeras vezes com seus colegas do curso de engenharia da Unicamp<sup>9</sup>. Depois de rodar com o carro pelo bairro, decidimos entrar em uma das casas de prostituição, que possuía uma grade vazada na frente e não cobrava para entrar. Algumas mulheres se perfilaram na porta da casa, obstaculando nossa entrada, mas minha amiga foi enfática perguntando se devíamos pagar a entrada e se não poderíamos tomar uma cerveja lá dentro. Como nessa

---

<sup>8</sup> Permito-me aqui elogiar o empenho docente (sem contar o de Maria Elvira Díaz Benitez em particular) para além das trajetórias acadêmicas convencionais, como por exemplo um vínculo por conta de Iniciação Científica que levaria quase que naturalmente ao Mestrado.

<sup>9</sup> Não pretendo contribuir para um clichê acerca de estudantes homens de engenharia, mas durante minha graduação, a conversa com estes indicava que a grande maioria já tinha ido alguma vez ao bairro, para *zoar* com os amigos. Da mesma forma, é curioso notar que mesmo os que não frequentavam estes cursos, todos os homens da Unicamp com os quais conversei, já haviam ouvido falar do bairro, ao passo que só cerca de metade das mulheres sabia de sua existência. Isso permanece uma pergunta recorrente para mim: por que a socialização de homens e mulheres é tão apartada, sendo que nos círculos masculinos, é comum mais que ouvir, frequentar vivências na prostituição, ao passo que entre mulheres mal se comenta, sendo a noção de “puta” mais um abominável rótulo abstrato?

casa não se cobrava preço para entrar, elas acabaram abrindo passagem para que entrássemos e nos sentamos em uma mesa, que dava vista para um pole dance. Esta mesa estava do lado do caixa, situado atrás de um balcão, onde havia bebidas e do lado uma estante vazada, com várias necessaires das profissionais do sexo, que vinham buscá-las antes de entrar no quarto com os clientes.

Durante as duas horas que estivemos ali, observei dois clientes que pagaram neste caixa, para pessoa detrás do balcão. Me intrigou ver que ambos desde ali acompanhavam as profissionais até o corredor onde havia os quartos para programa, com os braços envolvidos em seus ombros<sup>10</sup>.

*Quando eu estava pagando para sairmos do bar, me virei e uma mulher já tinha abordado a minha amiga. Ela disse estar chegando para trabalhar e estava indo em direção ao caixa. Acho que ela ainda iria se arrumar, pois se diferenciava muito de todas as outras mulheres. Estava com o cabelo preso em rabo de cavalo, uma regata simples preta, calça jeans, sem maquiagem e não pude ver o sapato, pois fui pega de surpresa. Ela parecia ter cerca de 30 anos, pele negra, corpo magro e curvas não muito acentuadas. Conseguimos perguntar se ela morava no Itatinga. Ela disse que não, que estava vindo para trabalhar mesmo, pois no dia anterior já havia “dado uma de puta chique”, porque tinha vindo de tarde.*

*Perguntei se ela trabalhava naquele estabelecimento e ela respondeu que preferia “fazer programa lá, pois era mais seguro” e que cobrava R\$ 400,00 o programa. Perguntamos se ela podia fazer programa em outro lugar e ela explicou que se levasse um cliente para um motel deveria pagar uma multa ao estabelecimento, de R\$ 100,00. Argumentou que mesmo assim valia a pena pela segurança, pois dependendo do cliente, poderia acontecer alguma coisa com ela. Aí ela nos contou uma estratégia na negociação com o cliente: primeiro ela colocava seu preço para usar o quarto da casa, mas se o cliente quisesse ir para um motel, ela aumentava o preço (pensando na multa a pagar); daí, caso ele insistisse muito para ir no motel, ela baixaria bruscamente o preço para o quarto. Dessa forma, se mesmo assim ele*

---

<sup>10</sup> Inúmeras vezes presenciei a negociação que me parecia afetuosa dos clientes com as profissionais do sexo. Diante de todas as abordagens agressivas que costumam ser acionadas por homens em relação a mulheres nas ruas ou mesmo em ambientes de paquera, ver esses clientes tratando-as de forma afetuosa traz indícios da possibilidade de afeto na troca do programa e da prostituição com uma especificidade de códigos, mais complexos do que se costuma imaginar.

*preferisse pagar bem mais caro para ir no motel, ela julgaria que ele faria algo de estranho e não aceitaria.*

*Após isso, indaguei sobre o movimento daquele dia (que me parecia muito intenso, sendo que chegamos a ficar 40 minutos lentamente com o carro, só por umas quatro ruas), e ela me contou que nem estava dos mais cheios, mas que não importava como estivesse o Itatinga, pois o que lhe interessava era dinheiro para si – o que indicou através de gestos em seu bolso. Por fim, ela nos perguntou se não queríamos trabalhar ali, e ao ouvir negativas, quis saber o que fazíamos no bairro. Ao respondermos que estávamos conhecendo, ela logo disse “bem que eu vi que vocês eram umas burguesinhas mesmo”, se despediu e foi embora. (Trecho de diário de campo - 07/10 2011)*

O incômodo para ela, que estava chegando para trabalhar e se deparou com nossa curiosidade, logo se reverteu em incômodo para mim, que não queria ser vista dessa forma invasiva, muito menos como burguesinha. Muito marcada por essa conversa, não voltei mais ao bairro com o intuito de observar sua dinâmica. Cogitei fazer trufas para vender, uma vez que há muitos comerciantes ambulantes nas ruas do bairro, mas com a ajuda de Maria Elvira, entendi que minha postura dificilmente seria vista de outra forma, que não de burguesinha, uma vez que sou branca e percebida como universitária. Contudo, alguns pontos desta conversa foram delineando meu percurso de pesquisa, e para além do meu desconforto, a fala aguçada da mulher aponta para uma vontade de não ser incomodada, afinal, estava trabalhando.

Fatores sublinhados no trecho acima – noção de trabalho, diferença deste de tarde ou de noite, intermédio de um/a terceiro/a no pagamento do programa, possibilidade de multa, realização em um local seguro e agenciamento por parte da mulher na negociação do programa - foram indicando a prática da prostituição como uma forma organizada realizada em estabelecimentos. O Jardim Itatinga então, incitava a pensar em diversas formas de organizar o trabalho sexual, justamente pela sua dinâmica estar baseada em casas de prostituição.

----

Cerca de um ano depois, começou uma articulação da Associação Mulheres Guerreiras, em parceria com a Coletiva das Vadias de Campinas<sup>11</sup>, para celebrar o Dia Internacional da Prostituta. Na organização e militância, estava Aline Tavares, que também realizou o mestrado nessa temática<sup>12</sup>, e a agradeço, tanto pelas trocas iniciais, quanto por ter me colocado em contato com a Associação. Foi assim então que participei desse evento em junho de 2012, cujo nome foi escolhido por elas próprias: *Profissionais do sexo: unidas pelo respeito*. Sendo realizado em uma etapa na Unicamp e outra no bairro Jardim Itatinga, o evento foi composto por mulheres e travestis profissionais do sexo do bairro<sup>13</sup>. Além de Bianca, conheci e pude me aproximar de Betania Santos, uma mulher negra que constantemente se afirma combativamente como *puta mesmo* e de Denise Martins, outra guerreira que também luta pelas travestis profissionais do sexo<sup>14</sup>. Ambas um pouco mais velhas do que a maioria das profissionais do sexo, tendo contato com casas de prostituição do bairro e atuando aguerridamente na Associação, apontavam para uma aproximação entre mulheres e travestis no âmbito do trabalho sexual.

Dessa forma, meu segundo movimento em contato com o bairro, foi desta vez mediado pelo diálogo com a militância destas profissionais do sexo. Portanto, uma vez que meu contato desde o início deu-se com profissionais do sexo, que assim se definem e militam claramente, mais do que com temáticas, lido com atores sociais, que se articulam em grupos e se apropriam da cidade, sobretudo que são “*sujeitos de práticas sociais de consequências políticas*” (MAGNANI, 2009, p.131).

Em seu artigo, *Etnografia como prática e experiência*, Magnani trata do renovado prestígio que adquire a antropologia na década de 70, despontando como a disciplina capaz de entender as mudanças sociais e os novos atores políticos, “*os moradores*”, que vivenciam e se articulam na cidade. Gabriel Feltran, ao estudar semelhante movimentação, acompanha a luta por universalização de reivindicações destes sujeitos, que “*de movimentos sociais, tornavam-se então sujeitos de locução pública de demandas de grupos sociais tradicionalmente privados de legitimidade pública, mostrando-se então como novos personagens políticos*” (2010, p.568 – grifos

---

<sup>11</sup> <https://marchavadiascampinas.milharal.org/>.

<sup>12</sup> Ver: A organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas –SP. Tavares, 2014.

<sup>13</sup> A etapa realizada na Unicamp pode ser visualizado neste link:

<http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/2N8K3D1M8381/> (último acesso 01-08-2015)

<sup>14</sup> Estes nomes não são fictícios, por reconhecimento à militância de Betania e Denise.

do autor). Estas concepções estão refletidas na notável militância de Bianca, Denise e Betania, inseridas no contexto do Jardim Itatinga, bairro periférico da cidade de Campinas, cuja descrição será melhor trabalhada no **capítulo 2**.

Ainda sobre este artigo de Magnani, sua análise parte de uma matéria de jornal a respeito da contratação de antropólogos no meio empresarial, para tecer um questionamento da aplicação pragmática da etnografia, que só sendo entendida como mero método poderia ser funcional para a estratégia de marketing de empresas. De uma investigação sobre modos de vida na década de 70, a antropologia teria passado a ser utilizada por empresas no mapeamento de novos públicos que representam um mercado consumidor em potencial. Desta forma, a investigação antropológica, anteriormente impulsionada com o objetivo de entender a emergência de um novo ator social em um contexto sócio-político, passaria a ser utilizada para compreender o potencial consumidor de uma nova “classe C” (2009, p.132). O estudo dos indivíduos seria agora via consumo e a etnografia apareceria como um método banalizado. Contrário a isto e argumentando a favor da complementaridade entre antropologia e etnografia, fica claro o pressuposto de que:

não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação com a população estudada e no trato com os interlocutores. (Ibid, p.133)

A tarefa consiste então em valorizar a etnografia, não limitando esta a um método de pesquisa, mas entendendo-a como uma forma especial na qual o pesquisador entra e compartilha do horizonte dos pesquisados. Trilhando uma relação de troca, o pesquisador deve seguir pistas que levem a este entendimento do outro. Nesse sentido, para Magnani, a prática etnográfica corresponde à atitude programada e contínua, demarcada por um cronograma de pesquisa; mas é da experiência etnográfica, imprevista e descontínua, que surgem as pistas para acessar este outro universo, o dos pesquisados. Dessa forma, a etnografia, como prática e experiência, aparece como método próprio da antropologia, não podendo ser desvinculada de escolhas teóricas.

Com o mesmo empenho no sentido de valorizar a etnografia, no artigo “Anthropology is *Not* Ethnography” (2007), Tim Ingold questiona o uso indiscriminado das noções de antropologia e etnografia, como se fossem a mesma coisa. O autor não

pretende dizer que uma é mais importante que a outra ou negar sua interdependência, mas pretende argumentar em favor da diferença entre elas. Logo no início esboça que a antropologia consiste em procurar um generoso, comparativo e crítico entendimento do ser humano, para compreender o mundo no qual habitamos. De outra forma, o objetivo da etnografia seria descrever as vidas de pessoas, que não são nós mesmas, com cuidado, sensibilidade, observação detalhada e experiência prolongada (2007, p.69).

Mais do que uma reformulação teórica, revalorizar o fazer antropológico e etnográfico é reivindicado por Ingold enquanto afirmação política a ser adotada por docentes em antropologia, uma vez que a maior parte do tempo dos antropólogos se dá em espaços acadêmicos (e não em campo). Retomando a separação entre estas duas noções, Ingold ressignifica a proposta da etnografia, libertando-a daquela noção descritiva meramente mecânica. Para este autor, a antropologia não deve ser entendida como um estudo *de* algo, mas como um trabalho *com* pessoas. Ingold não concebe o trabalho antropológico feito separado do campo, num esforço teórico e sedentário. Portanto, defende a antropologia não como estudo *sobre* o mundo, mas enquanto uma *percepção* deste, sendo imprescindível que sua realização seja feita por antropólogos/os que vivenciam este mundo (INGOLD, 2007, p. 82-83 – grifos do autor). Nesse sentido, fazer antropologia é um constante abrir-se para o mundo, mais do que procurar um fechamento para ele; e a sensibilidade e disposição para o que lhe é estranho, assemelha o antropólogo a um artista.

É nessa aproximação com a arte, que Ingold conclui a não separação entre método e teoria, uma vez que o antropólogo, bem como um artista, não escolhe ferramentas que sejam desconexas do que ele pretende transmitir com elas. A percepção e a ação do artista estão conectadas pelo modo como ele percebe e retrata o mundo. Assim sendo, o autor concebe a antropologia de forma dialógica, como:

um modo questionador de habitar o mundo, de estar *com*, caracterizado por relances de atitude comparativa – é em si mesma uma prática de observação fundada no diálogo participativo (Ibid, tradução livre, p.87 – grifos do autor)

Desta forma dialógica, a antropologia adquire um caráter de observação e combina-se com a etnografia, que por sua vez, deixa de ser somente o método antropológico de investigação no campo. Atenta e encantada por estas noções do fazer

antropológico e etnográfico, com suas especificidades, sensibilidade, abertura, e disposição política busquei então que minha trajetória se aproximasse destas. Foi então que a conversa inicial com Bianca foi ativada, na tentativa de negociar um terceiro movimento de aproximação.

----

Retomando então o contato com Denise, Bianca e Betania, este terceiro movimento de aproximação foi iniciado em 2013, em virtude da realização do mestrado no PPGAS-USP e está marcado pela minha proximidade com as travestis do pensionato de Bianca e pelas aulas de inglês que comecei a ministrar. O interesse pelas aulas surgiu de Betania, tendo em vista a Copa do Mundo de 2014. Por mais que Campinas não tenha sido sede de nenhum jogo, embora tenha acolhido duas seleções, houve a expectativa alegada por Betania quanto à chegada de clientes estrangeiros. Não sei se era uma expectativa generalizada pelas profissionais do bairro, mas a chegada de turistas (e de seu dinheiro) foi um discurso comumente acionado e midiaticizado em todo o país. De qualquer forma, a negociação e a concepção das aulas foram a troca necessária para que eu pudesse semanalmente percorrer o bairro e estar em contato com as travestis profissionais do sexo.

Inicialmente, na elaboração do meu projeto e nos primeiros meses do mestrado, utilizava o termo *mulher prostituta*, com a intenção de não limitar a experiência de uma mulher ao exercício da prostituição, bem como de não considerar esta prática envolvendo somente mulheres. A princípio o foco recaía na relação entre mulheres que atuam como prostitutas e aquelas que as agenciam, sendo que o Jardim Itatinga evidencia a existência de estabelecimentos e agenciadoras e que termos como *casa* e *dona de casa* para compreender a prostituição, sempre surgiram nas falas das minhas interlocutoras. Desde este primeiro projeto, aparecia então uma concepção de gênero que não essencializava as identidades, bem como a hipótese de que poderia haver relações de poder desiguais na prostituição por parte de pessoas que partilham do mesmo gênero – e não só na relação prostituta/mulher - cliente/homem.

Judith Butler afirma: “*se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é*” e prossegue:

...o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas,

sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2010, p.20)

Desta forma, por mais que eu já estivesse em contato em campo no momento da elaboração do projeto, foi a ida sistemática, proporcionada pelas aulas de inglês com as travestis, que reconfigurou meu foco de pesquisa. Eu imaginava que poderia ser difícil abordar donas de variados estabelecimentos no Jardim Itatinga, e sobretudo presenciar a relação sob a ótica tanto das profissionais do sexo quanto das donas das casas. Foi então da circulação no pensionato de Bianca, mas sobretudo através das conversas das muitas que circulavam por lá, que pude adentrar nas relações com casas de prostituição e suas donas. Dessa forma, esta dissertação parte do contato e da análise de conversas e de discursos (também públicos, proferidos em prol de militâncias de travestis e/ou profissionais do sexo), com algumas poucas referências a entrevistas gravadas, para trabalhar as relações especificamente das travestis na prostituição, longe de limitar suas vivências, mas também sem negativizar a prática da prostituição.

O primeiro semestre das aulas de inglês ocorreu no espaço cedido pelo CEPROMM - Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada, com sede no bairro. Por ora, cabe ressaltar que Bianca também faz parte desta entidade e faz questão de sua presença lá, para levar o debate da *profissional do sexo que não é coitadinha*. Foi fruto dessa sua articulada atuação que o espaço foi negociado e concedido para a realização das aulas de inglês.

Muitas perguntas e conexões ainda ficam soltas, talvez porque quando analisamos pretendemos coerências e ligações claras, que não necessariamente estão sendo feitas ou explicitadas pelas interlocutoras. Dessa forma, o incentivo do CEPROMM às aulas (cedendo o espaço de 12 de setembro a 12 de dezembro de 2013), pode soar nebuloso, mas das falas soltas que ouvi, houve quem dissesse que o apoio desta entidade era compatível com seus objetivos de oferecer cursos de qualificação, para que saíssem da prostituição. Curiosamente concorrente deste discurso salvacionista do CEPROMM, foram constantes as demandas das profissionais do sexo do bairro, no sentido de considerar esse conhecimento de inglês como uma forma de melhorar seu trabalho na prostituição, para receber melhor os estrangeiros e ganhar mais.

De qualquer forma, começamos as aulas com o incentivo e participação de Bianca e Betania e outras sete alunas. Ao final, durante o segundo semestre, restaram somente duas e preciso ressaltar que seu interesse, inteligência e carinho foram decisivos para minha permanência no bairro e para o contato com outras profissionais.

Portanto, desta introdução, três movimentos ficam latentes e perduram, conectados de alguma forma nas vezes que ainda vou ao bairro e as contacto. Apareço enquanto pesquisadora, que faz perguntas – e algumas pessoas até consideram uma diferença para curiosidade antropológica com relação às demais, tratando-me de forma acolhedora, por exemplo, mais do que com relação a uma jornalista. Enquanto atuante próxima da Associação Mulheres Guerreiras, militando por temáticas que nem sempre mobilizam todas/os no bairro, mas que marcam minha movimentação com elas (como eventos e discussões contrárias a transfobia, machismo, racismo, homofobia). E como professora, sendo que é comum me chamarem de *teacher*, e muitas vezes, ao chegar, quem me recebia gritava *a Letícia está aí, a amapô, a teacher*.

Desta forma, se há o interesse de situar as interlocutoras com relação a alguns marcadores, levando a sério a troca antropológica, devo também me situar diante destes<sup>15</sup>. Mesmo vista com certo distanciamento pelas marcas relatadas e sobretudo por ser vista como *amapô*, passei a partilhar de relações mais próximas com algumas, tomando cervejas, trocando favores e confidências. Apesar de uma considerável abertura, que me permitia perguntar certas coisas, muito ainda permanece restrito e fica claro quando certas informações são ditas em tom de sussurro ou com desconforto - é em respeito a isso, que certas discussões serão somente sinalizadas. Nesse sentido, utilizo a noção de interlocutoras, pela interação que tivemos e sabendo que há informações que não quiseram compartilhar, sendo que “*as pessoas são mais que entrevistados que respondem a perguntas; são informantes no sentido mais completo do termo, pois têm controle sobre a informação que oferecem.*” (STRATHERN, 2014, p. 351).

---

<sup>15</sup> O incômodo anteriormente relatado, por ser branca e reconhecida como jovem universitária da Usp, marcou-me como “burguesinha”. Contudo, passei a dar as aulas de inglês de graça, o que me deu impressão mais de uma troca semanal, dissipando um pouco daquele mal estar. Quanto aos marcadores de gênero e sexualidade, amplamente analisados com minhas interlocutoras, cabe esclarecer que apesar de me pensar de forma mais próxima ao não-binário, fui sempre vista em campo como mulher, *amapô*, embora a fluidez quanto a minha sexualidade tenha sido mais conversada e identificada.

Por fim, o painel que consta na capa deste trabalho foi elaborado artesanalmente pelas travestis do pensionato de Bianca e me motivou na escolha do título. *As corajosas*, tem um cunho aguerrido, que além de ser mobilizado na atuação política da Associação Mulheres Guerreiras, ancora-se nas atitudes cotidianas das travestis com quem consegui ter contato. Considero então as interlocutoras da minha pesquisa extremamente corajosas, pelos variados preconceitos e adversidades que lidam diariamente, por mesmo assim manter sua engenhosidade, com risos trocados e pelas trans-formações em mim motivadas.

## Capítulo 1 - Experiências travestis

*Ai, ando muito incomodada com essas palavras, essas categorias. Não sei mais, não consigo mais. É travesti, é trans. Trans eu acho horrível, parece de translado, transportadora. Eu não sou nada disso, sou Sheyla Alagoas e quero ser respeitada como essa pessoa que sou. As pessoas querem colocar tudo em categorias, sabe, eu não nasci pra ser enquadrada assim!* (Trecho de Diário de Campo 29-01-2015)

Mais ou menos dessa forma transcorreu um desabafo de Sheyla, que tem tido vontade de escrever sua biografia<sup>16</sup>. Disse-me que agora possui um computador e isso facilitará na escrita, mas que nunca gostou muito de estudar e de português. Pele negra, vinda da zona rural de Alagoas, ela tatuou o contorno desse Estado em seu silicone no peito. Sheyla tem quase dois metros de altura, magra, curvas acentuadas de silicone nos peitos e na bunda, cabelo alisado e um piercing no lábio. Há 13 anos saiu da casa de seus pais, já morou na França e agora, com 30 anos, trabalha como profissional do sexo e recentemente também *cuida*<sup>17</sup> de uma casa de prostituição no Jardim Itatinga.

Sheyla tem participado de vários eventos em decorrência da militância de profissionais do sexo e/ou de travestis e vem afirmando sua vontade de lutar pelas causas, de contar sua história. Com sorriso meio tímido, que contrasta com a força de sua altura e personalidade, me pergunta se alguém teria interesse sobre sua história. Digo-lhe que é uma história bonita, de luta e que de poucas linhas que ela me passara por escrito, já havia me dado vontade de ler mais. Ela me responde que está lendo o *Doce Veneno do Escorpião*, de Bruna Surfistinha<sup>18</sup>, e está adorando. Comento então que sua versão pode ser inédita, do ponto de vista de uma travesti. Daí que ela desabafa estas palavras iniciais comigo, questionando sua identidade enquanto travesti.

---

<sup>16</sup> Como explicitado na Introdução, não só nomes, como algumas características foram trocadas a fim de preservar as interlocutoras.

<sup>17</sup> A discussão acerca das casas de prostituição será melhor abordada no terceiro capítulo, contudo, arranjos de cuidar de estabelecimentos – não só de casas de prostituição, mas bares e locais de venda de comida - são frequentes no bairro.

<sup>18</sup> Há também um filme chamado *Bruna Surfistinha* (2011), que refaz sua trajetória, nascida na classe média paulistana e começando a trabalhar na prostituição, atendendo clientes em seu apartamento de luxo em São Paulo. Foi uma história de bastante repercussão, sobretudo pelo filme com atrizes e atores de novelas da Rede Globo, mas cabe ressaltar que não encontrei trajetórias e modalidades de prostituição semelhantes nas falas das profissionais do sexo do bairro.

Esta conversa ocorreu no evento pelo 29 de janeiro de 2015, Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, realizado no Jardim Itatinga<sup>19</sup>. Sheyla tem participado de eventos também em outros locais e em um outro, com caráter de roda de conversa acerca de trajetórias de travestis, ela foi categórica ao dizer: *eu queria ser travesti, não quero ser transexual, mulher... Não sou homem, nem mulher!* Em outros momentos eu já a escutei dizer que havia saído da casa de seus pais *para ser travesti ou ser o que sempre quis*. Em outro momento ainda, uma entrevista gravada e publicizada na internet, Sheyla conclui que quer se pronunciar:

*pra que as pessoas possam ver que nós, travestis e transexuais, somos gente como todos os outros seres humanos da face da Terra. Eu espero alcançar, poder fazer o máximo de coisas possíveis pra que as pessoas possam ver isso, né? Que a gente é gente. Ah, e outra coisa, eu sou Sheyla Alagoas. Não sou travesti, não sou transexual, não sou trans nada, eu sou gente, ser humano, sou eu, Sheyla Alagoas. (Nisso a entrevistadora sugere: em primeiro lugar, né?.) Em primeiro lugar e em último lugar também, eu sou Sheyla. Muito obrigada!*

Estes casos, que demonstram as diversas formas agenciadas por Sheyla de como se apresentar, combinam-se com minha escolha por começar focando nas várias experiências travestis. Embora estas falas também possam sugerir uma noção de experiência individual, há também o acionamento da categoria travesti de forma a referendá-la enquanto uma identidade política, de importância em militâncias públicas. Desde a primeira vez que entrei em contato com as que frequentam o bairro, fiquei com receio de me referir a elas como travestis, pois eu não sabia se todas se identificavam desta forma. De fato, ao longo destes dois anos de contato mais próximo, *bicha, viado, travesti, trans, transexual, mulher, gay* foram termos que muitas vezes ouvi delas para se autoidentificar; portanto, ao invés de partir destes, o esforço neste capítulo consiste em acompanhar as vivências e nomeações destas identidades.

A própria constituição identitária torna-se frutífera para análise, uma vez que é algo móvel e que está sendo refeita a todo momento:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (SCOTT, 1998, p.304)

---

<sup>19</sup> <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2015/01/27/29-de-janeiro-e-o-dia-nacional-da-visibilidade-de-travestis-e-transexuais/>

Nesse sentido, historicizar e contextualizar as experiências com as quais tive contato pretende incorporar e respeitar as categorizações da forma como me foram apresentadas – e também por este motivo me refiro às travestis no feminino.

As diversas formas de Sheyla, nomeando suas experiências identitárias - ora como travesti, ora como gente, ora como mulher - combinam-se com a discussão apresentada anteriormente sobre o fazer antropológico e etnográfico. Nem sempre Sheyla se apresenta da mesma forma, nem se sente igual em todos os momentos e nem tem um discurso linear e coerente acerca das vivências trans\* em geral. Assim como ela pode variar em sua apresentação, seus discursos também variam em relação ao das outras ou em relação ao de uma militância que apresenta falas mais organizadas, claras e coesas. O trabalho antropológico e etnográfico continuado possibilita então observar que muitos elementos vão se combinando – ou não – ao longo do tempo e das situações, sendo que aparecem planos de discursos que nem sempre trilham pelas mesmas vias. Apresentar não de maneira categórica e acompanhar as variações identitárias, com atenção para o público para o qual se volta, a temporalidade na qual são expressas e as experiências individuais, mostra-se então compatível com e reforça a necessidade do trabalho antropológico.

Portanto, neste capítulo a argumentação percorrida pretende acompanhar as vivências das travestis, que se ligam à prostituição pela especificidade do bairro (melhor discutida no **capítulo 2**). A atenção para suas construções identitárias segue tanto uma vontade de questionar o essencialismo das identidades, quanto de mostrar as experiências constituídas situacionalmente, acionando marcadores sociais da diferença. Desta forma, estes marcadores vão aparecendo ao longo do texto e a hipótese neste capítulo é a de que hierarquias de poder vão sendo recriadas, a partir e através destes nas experiências das travestis com as quais tive contato.

A discussão acerca dos marcadores sociais da diferença, ou melhor, da inteseccionalidade e articulação destes, será melhor trabalhada ao longo desta dissertação, mas desde já cabe esclarecer que há uma crescente produção acerca dessas noções (MOUTINHO, 2014). A perspectiva aqui adotada considera que os marcadores não estão dados de antemão e que não se encaixam como peças de *Lego*, mas que relacionam-se de modos contraditórios e em conflito (MCCLINTOCK, 2010, p.19). Trata-se de marcadores que operam nos e através dos corpos, de forma que fazem

sentido somente através da análise situacional. Nesse sentido, comentando acerca do início do NUMAS (Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença), fundado no Departamento de Antropologia da Usp, Lilia Schwarcz pontua:

entende-se raça, gênero, sexo, geração, região e classe como categorias classificatórias compreendidas como construções situadas – locais, históricas e culturais -, que tanto fazem parte das representações sociais como exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente efetivas. Esses ‘marcadores’ são, por sua vez, regulados por convenções e normas e podem ser considerados categorias que, apesar de sua singularidade contextual, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente. É a íntima conexão – as relações que diferentes marcadores estabelecem entre si – que lhes confere sentido. Melhor dizendo, embora não sejam redutíveis umas às outras, essas categorias refletem, assim como produzem, cotidianamente, modelos, costumes, ideologias, mitos e representações e mostram-se sempre ‘em relação’. Na verdade, a própria efetividade de sua percepção se dá a partir do confronto, do contraste, da tensão ou do entrelaçamento de diferentes marcadores de diferença. (2015, p.8)

É então através e por meio da intersecção destes marcadores que relações de poder são refeitas, de forma que os sujeitos são múltiplos e suas experiências articulam marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e geração. Por exemplo, mostra-se um desafio complexo traçar uma comparação entre mulheres e travestis que se prostituem, ao considerar que suas vivências apontam para outros marcadores que não só gênero e sexualidade. Ramon Pereira dos Reis, cujo doutorado em andamento também está inserido na produção do NUMAS, voltando-se para experiências agenciadas na circulação de homossexuais em locais ditos periféricos, afirma:

O uso de análises interseccionais é profícuo por dar ênfase ao lugar que a diferença tem na construção do sujeito e de suas relações, é uma forma de problematizar, contingencialmente e relacionalmente, situações de opressão, hierarquia, preconceito e discriminação. (2014, p. 65)

Dessa forma, as trajetórias trazidas a seguir pretendem vislumbrar os marcadores, através das experiências das travestis na prostituição com as quais tive contato, por vezes continuado e por vezes pontual, atentando para como e quais são mobilizados por estas. Esclareço desde já que não realizei entrevistas semi-guiadas, de

forma que alguns marcadores não serão plenamente desenvolvidos, pois não puderam ser discutidos, possibilitando a autoidentificação<sup>20</sup>.

Cabe ainda esclarecer, diante de uma acirrada e belicosa disputa acerca de identidades de mulheres, travestis e mulheres trans - tanto em mídias sociais, quanto em eventos políticos públicos - que minha postura é de apoio às afirmações identitárias quando reivindicadas, e de apoio às lutas que surjam dos movimentos organizados. Salientar que nem sempre a identidade é coerente e/ou reivindicada de maneira facilmente categorizável, não exclui de forma alguma a militância política por respeito e direitos, tais quais, o atendimento público pelo Nome Social ou o PL 5002/2013 João Nery<sup>21</sup>. Contudo, para os fins deste trabalho, os discursos políticos de afirmação de identidades correspondem a um dos planos que entram na análise, em conjunto com as experiências daquelas com quem tive contato. Não se trata de estabelecer nenhuma hierarquia entre quais discursos são mais importantes do que outros, mas de trazer justamente seu uso situacional e agenciado.

----

Em trabalhos etnográficos com travestis é comum esse cuidado em lidar com a variabilidade da construção identitária, bem como a busca por recursos analíticos que expressem e abarquem esta. Larissa Pelúcio, que realizou intensos trabalhos com travestis que se constituem no interior paulista, utiliza o termo *travestilidade* (p.27, 2009), seguindo William Peres (2004), para pensar não só na fluidez e pluralidade das vivências, como também para escapar do sufixo ‘ismo’, que remete à doença e patologização.

Tiago Duque constrói sua dissertação de mestrado (2009) com atenção às *novas travestilidades*, por conta de seu trabalho junto a adolescentes que agenciam suas formas corporais. Partindo da fluidez das/dos interlocutoras/os, termos como *gayrota* e

---

<sup>20</sup> Refiro-me sobretudo ao marcador de raça/cor, que será sinalizado por meio de algumas cenas. Ao final de novembro de 2014, ocorreu um evento pelo dia da Consciência Negra, mobilizando a rua do pensionato de Bianca. Durante o evento, todas se divertiram elaborando penteados com turbantes, mas não ouvi afirmações e discussões nesse sentido, embora a grande maioria das travestis do Jardim Itatinga, talvez pudesse ser classificada como negra – assim como me relatou Bianca.

<sup>21</sup> Sobre a importante mobilização da Defensoria do Estado de São Paulo em prol do Nome Social – que inclui um evento realizado no Jardim Itatinga (26/06/2014) - ver, por exemplo: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Atendimento%20a%20travestis%20e%20transexuais.pdf>. Quanto ao PL conhecido como João Nery, pela Lei de identidade de Gênero, ver [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013). E para uma análise antropológica crítica acerca de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais, ver Luiza Ferreira Lima (2015).

*meninos afeminados* vão direcionando o olhar, culminando no conceito cunhado de *montagem estratégica*. Segundo Duque, esta seria uma forma, possibilitada por novas tecnologias, de vivenciar e (des)construir o feminino. O interessante é que Duque reforça que são experiências inseridas em contextos de práticas já legitimadas, não correspondendo somente a vivências individuais.

Não só *travestilidades*, mas também *transexualidades* foram termos que ouvi nesses anos de pesquisa, agenciados de acordo com intenções distintas. Os trabalhos de Bruno Cesar Barbosa (2010, 2015), refletem estas disputas entre travestis e transexuais, que mobilizam distintos discursos, com o intuito de demarcar uma identidade em oposição a outra. Em seus trabalhos, parte em diálogo com os movimentos sociais identitários de travestis e de transexuais, frequentemente apareciam esforços de afirmar a identidade de mulheres transexuais, contrastiva das identidades de travestis, necessariamente associadas à prostituição e esta última com potencial somente corrosivo.

Ao longo deste capítulo, ficarão mais latentes estas disputas, mas desde já esclareço que não procuro um consenso ou um termo ideal, de forma que as diversas identidades aparecerão situadas ao longo do trabalho, sem implicar uma hierarquia dos termos e identidades. O desafio neste capítulo consiste então em acompanhar as vivências identitárias, como e quando aparecem, seguidas de comentários analíticos. Nesse sentido, espero explicitar que não considero o plano analítico mais importante, mas sugiro que por vezes, os sentidos êmicos e analíticos não trilham pelo mesmo caminho, embora muitas vezes combinem-se e o desejo antropológico e etnográfico parta dos usos êmicos. Por mais arriscado que seja, colocar-me, marcar-me e posicionar-me no texto, distintamente do que possa ser dito por elas, não pretende sobrevalorizar meu discurso, mas pretende imbuir de responsabilidade o que me proponho a escrever aqui.

Sendo assim, ao longo da escrita, utilizo majoritariamente as expressões *experiências*, *vivências* e *travestis*, bem como a noção de *universo trans*. Este termo foi também utilizado por Marcos Benedetti (2005, p.17) para abarcar a miríade de formas de transformação nas construções de gênero, quando também não pretendia apresentar de forma estanque as experiências das travestis com as quais teve contato em Porto Alegre. Silvana de Souza Nascimento, em seu trabalho no interior da Paraíba também maneja esta noção de maneira a abarcar e respeitar a autoidentificação:

optamos pela expressão ampla ‘universo trans’ devido à grande variação em termos de definições e classificações que nos deparamos em campo, certas vezes móveis, outras fixas. Assim, pensamos que ser (ou estar) travesti, transexual, transformista, drag depende, antes de mais nada, de uma autoidentificação e de um reconhecimento enquanto tal pelo seu grupo de sociabilidade e/ou movimento político. (NASCIMENTO, 2014a, p.379)

Universo trans então, aparece neste trabalho almejando abarcar de forma mais geral uma miríade de experiências (corporais e não), ao mesmo tempo que pretende respeitar as especificidades identitárias e atuações de movimentos políticos. O termo não pretende afirmar que é um universo distante, pelo contrário, está em relação com outros universos, mas possui uma relativa especificidade, por conta dos códigos que são partilhados. A noção de partilhamento de códigos pode ser uma forma interessante de pensar as identidades, de forma que não são essencializadas, mas socialmente apreendidas. Por exemplo, ao longo de dois anos pude acompanhar travestis que chegavam no pensionato sem silicone, como Marcyra, que depois foi mudando pelo contato com outras mais experientes, moldando seus jeitos de andar, deixou de usar peruca, afinou sua sombrancelha e passou a usar maquiagem de outra forma. Pude então observar essa construção continuada (PELÚCIO, 2005b), um devir travesti, que mostrava que ninguém havia nascido desta forma.

De algumas formas, também fui me aproximando e partilhando de alguns destes códigos do universo trans, portanto, o termo parece profícuo também por mobilizar inclusive quem não participa destas transformações em seus corpos, mas pessoas que se relacionam com pessoas trans\*<sup>22</sup>. Além de pesquisadoras/es, de uma crescente militância por direitos trans, para os fins deste trabalho, a categoria universo trans também aparece profícuo por incluir os clientes das travestis profissionais do sexo. De maneira semelhante, Larissa Pelúcio também maneja a expressão *universo travesti*, com o mesmo intuito de incluir os clientes, T-lovers e pessoas no e do mercado sexual que se relacionam com as travestis (2009, p.33).

Portanto, este primeiro capítulo pretende dialogar com estas e outras etnografias que estiveram em contato com travestis (BARBOSA, 2010 e 2015 ; BENEDETTI,

---

<sup>22</sup> É curioso notar que esta noção de um *universo trans*, com códigos específicos, que inclui também gírias, formas de montagens, referências de moda e personalidades foi algo que passei a acessar também por meio de referências fílmicas e séries, que constam ao final desta dissertação. Embora sejam em sua maioria norte-americanas, nem sempre acessadas pelas corajosas do Itatinga - sendo que em uma aula de inglês, assistimos juntas a um episódio de *Ru Paul's Drag Race* que elas desconheciam – sugiro alguns pontos em comum, quanto às aspirações de uma montagem feminina bem e bastante elaborada.

2005; DOS SANTOS, 2012; DUQUE, 2009; KULICK, 2008; NASCIMENTO 2014a e 2014b; PELÚCIO, 2009; SABATINE, 2013; SILVA, 1993 e 2007; TEIXEIRA, 2008), percorrendo temas comuns tais quais: modelos de feminino que estão sendo almejados e construídos, quais apresentações estéticas e transformações corporais são acionadas, trânsito entre cidades e a vivência na prostituição. Trago experiências, algumas mais detalhadas que outras sobre as vivências das travestis do e no bairro, que apontam para alguns aspectos que perpassam suas relações. A hipótese é a de que as relações estão sempre refazendo algumas hierarquias que não estão previamente estabelecidas e é na articulação de marcadores sociais da diferença que descortinam-se relações de poder.

### **Aulas de inglês**

Tendo combinado uma data na qual faríamos a primeira aula de inglês, não sabíamos nada sobre quem seriam as alunas, mas havia um espaço cedido pelo CEPROMM, no qual realizamos as aulas durante todo o segundo semestre de 2013. Um pouco antes de entrar na sala, lembro de comentarem que as alunas seriam do pensionato de Bianca e que havia uma *racha no meio das travestis*. Essa fala apontava para uma separação nas vivências de mulheres e travestis na prostituição, sendo que o pensionato de Bianca costuma abrigar somente travestis e mulheres trans. Contudo, eu não presenciei atritos neste sentido e por todo o bairro há outras casas onde moram travestis, sem contar muitas tantas nas quais elas realizam programas nos quartos, partilhando tranquilamente os espaços com outras mulheres profissionais do sexo.

Começou então o primeiro dia de aula, com um grupo de 6 alunas e depois mais 50 minutos com um grupo de 3 alunas, dentre as quais Bianca e Betania. Elaborei uma atividade na qual percorri o alfabeto, trazendo palavras e pronúncias, com o intuito de irmos nos conhecendo e percebendo se e quanto havia familiaridade com escrita, leitura e com a língua inglesa. Para encerrar, pedi que cada aluna apresentasse seu nome, pedindo que o soletrassem em inglês, para escrevê-lo na lousa improvisada. Foi um episódio marcante, pois no caso de duas alunas em particular, parecia que era a primeira vez que concebiam e viam por escrito seus nomes no feminino. Nesse sentido, reforço meu uso gramatical no feminino quando referido as minhas interlocutoras, alinhando-me a trabalhos que reconhecem esta assunção próximo do que elas

mobilizam entre si e como posicionamento político (BENEDETTI, 2005, p.19; PELÚCIO, 2004, p.125; MISCKOLCI e PELÚCIO, 2006, p.262).

A importância dos nomes, não só por estarem no feminino, mas tendo sido escolhidos, indicam também outros anseios, relacionados aos marcadores sociais da diferença de classe, raça e geração. Nesse sentido, colocou-se um desafio na escrita deste trabalho, quanto à troca dos nomes, na tentativa de respeitar e manter algumas características estilísticas, por considerá-las um passo fundamental na construção da *pessoa travesti* (PELÚCIO, 2005a, p.222).

No caso de Steffanie, seu nome foi caçoado pelas outras, pois ela não sabia ao certo como escrevê-lo e esta grafia final foi considerada *errada* pelas colegas. Mas com uma contagiante satisfação, ela insistiu nesse arranjo ortográfico, perguntando-nos e afirmando ao mesmo tempo *é um nome inglês, né!?*. Steffanie era bem magra, branca e no momento das aulas estava com os cabelos alisados e pintados de vermelho. Ela era bastante dispersa e tinha dificuldade para ler e escrever, sendo sempre bastante caçoada pelas demais. Logo parou de frequentar as aulas, talvez pelo ritmo do restante da turma, mas também porque algumas semanas depois foi embora do Jardim Itatinga. Segundo Márcia, que também frequentava as aulas e está há três anos morando no pensionato de Bianca, ela já havia visto Steffanie *ir e voltar três vezes*. O motivo alegado era o de que ela não conseguia lidar com as regras do pensionato, como a de acordar cedo.

Steffanie já era um pouco mais velha do que as demais (ná época, quase 30 anos) e sua transformação corporal não era recente (pois já tinha silicone nos peitos), fatores que poderiam lhe conferir mais prestígio perante as demais. Mas sugiro que sua trajetória sócio-econômica e seu comportamento briguento (sendo que chegou numa aula de óculos escuros, pois tinha brigado e estava com o olho roxo) podem ter contribuído para que ela não fosse tão respeitada.

Marcyia também teve a grafia de seu nome disputada, por parte de Márcia. Márcia é negra, tem 26 anos, nascida no interior de Goiás, já participou de concursos como o Miss Transex<sup>23</sup>, morou na Europa por anos e possui um histórico de plásticas no rosto e no corpo. Sempre muito elegante, com roupas de marca, que afirma ser como *prefere gastar seu dinheiro - afinal, diante de tanta coisa que temos que passar, por que não?*. Além destas experiências vividas e corporificadas, ela possui um bom

---

<sup>23</sup> Quanto à importância de concursos de beleza na vivência de pessoas trans\*, ver (NOLETO 2014 e 2015).

relacionamento com Bianca e com a dona do pensionato. Tudo isso lhe confere respeitabilidade diante das demais, sendo que já a vi dando broncas e impondo-se diante de novatas que lá chegavam. Houve inclusive um dia no qual algumas recém-chegadas me pediram pelas aulas de inglês, mas Márcia me puxou de lado, dizendo que não queria que *aquelas outras* também tivessem as aulas. Nesse sentido, a temporalidade, tanto da construção em seus corpos, quanto do tempo no bairro e da relação com outras figuras de poder, parece ser fundamental para o prestígio que algumas possuem em relação a outras.

Foi de sua postura assertiva, dizendo que não queria ninguém com o nome igual ao seu, que Marcyra acabou cedendo na grafia do seu nome. Na época dessa disputa acerca da grafia, Marcyra devia ser uma novata, pois até o final deste trabalho pude acompanhar uma grande transformação em seu corpo e jeito de se colocar. Marcyra é branca, de uma cidade do interior de São Paulo, na época tinha 21 anos e usava uma peruca. Acabou colocando uma prótese de silicone, passou a usar mais maquiagem e aperfeiçoá-la, lançando mão de traços mais finos.

Marcyra começou a faltar nas aulas de inglês e um dia fez questão de se desculpar comigo, dizendo que não poderia mais frequentar porque *precisava trabalhar* no horário das aulas. Com a duração de horas durante uma tarde por semana, envolvendo tempo/dinheiro, disposição e habilidades de escrita e leitura, as aulas não eram de fato acessíveis para todas. Muitas vinham comentar que gostariam de fazer as aulas, talvez pelo desejo viajar para fora do país – tal como *o sonho de ser europeia* (TEIXEIRA, 2008) -, mas muitas passaram por só uma aula e depois não voltavam mais.

Além de Márcia, Luana também negra, com 21 anos, vinda do Amazonas permaneceu até o final do curso de inglês. Seu nome era levemente diferente do que constava em seu registro de nascimento, sendo que ela acrescentava um “a” em seu documento de identidade, mantendo seu sobrenome. Ao realizar a foto para atualizar seu documento, uma vez que ela já estava *toda feita* e assinava como Luana, o nome Luan oficialmente registrado não pareceu ser um problema para o RG, com o qual ela circula.

O fato de Márcia e Luana terem permanecido até o final, me fez perceber o quanto suas trajetórias eram peculiares, inclusive tendo frequentado a escola até o primeiro colegial e a oitava série do fundamental, respectivamente. Ao contrário, todas

as desistências das aulas de inglês, de alguma maneira estavam também relacionadas com o quanto ainda são limitadas as oportunidades que as travestis possuem com experiências formais nas áreas de educação e trabalho.

Quanto à evasão escolar, esta parecia ser uma constante, mais pelos relatos de que largavam suas cidades de origem para daí vivenciar melhor sua travestilidade. Contudo, frequentemente ouvi como muitas retomavam o contato com suas famílias e cidades de origem, bem como das que voltavam a estudar. Um caso foi o de Nachiely, branca, loira, com olhos azuis, com seus 19 anos, sempre espivitada e sorridente que passou a frequentar diariamente uma escola com EJA – Educação de Jovens e Adultos. Familiarizando-se com a alfabetização, evidencio seu interesse com esse aprendizado e não deixo de me emocionar ao lembrar um dia no qual sentamos em sua cama, com cobertor rosa felpudo, para que ela me mostrasse como estava lendo, era uma colagem, que ela havia colorido, com uma história do saci-pererê. Cada palavra era um desafio, que ela encarava com uma seriedade que nunca via em seu rosto, sempre de um sorriso leve e debochado. Frequentemente, esfuziante, ela nos mostrava seus cadernos da escola, tendo uma vez mostrado *os nomes tudo das bicha lá de casa* que sua professora lhe deixou substituir nos problemas de matemática copiados para o caderno – nesse caso, *bicha* era uma reapropriação carinhosa. Sua motivação era contagiante, assim como os casos de superação de preconceitos que ela vivenciava na escola, tendo conseguido acessar o direito de utilizar o banheiro feminino.

Já a assiduidade nas aulas de inglês, por parte de Márcia e Luana, também dependia de sua boa relação com Bianca e do dinheiro que possuíam para pagar a diária no pensionato, uma vez que seu horário de trabalho era diurno. Ao contrário de Márcia e Luana que trabalhavam desde cerca 9 da manhã, Nachiely estudava durante o dia e a tarde, sendo que de noite se preparava para os programas. Márcia levava o curso com tanto afinco, que nem atendia o celular durante as aulas. Ela cobrava quando faltava algum exercício a ser corrigido e frequentou o curso até seu final. Saliento a disputa que ocorreu na primeira aula pela grafia do nome: Márcia, já *toda feita*, não queria que seu nome fosse igual a de outra, exigindo que fosse escolhida uma grafia diferente, que fosse, digamos, menos clássica e por mais que Marcyia não tivesse gostado, de alguma forma respeitou e acatou a escolha.

Esta respeitabilidade tem relação com marcadores sociais da diferença, com experiência vivida refletida na construção de seus corpos, com o tempo que se está no

bairro e com a relação que se estabelece com Bianca, e também com Clara, a dona do pensionato. Figura imponente, mas que quase nunca aparecia, Clara é uma travesti de cerca de 50 anos, branca, com visíveis plásticas retocando seu rosto, cabelos loiros e sempre usando vestidos longos. Enquanto Bianca lidava direta e diariamente com as inúmeras demandas das travestis do pensionato, além de gerenciar limpeza e comida, Clara era a dona do lugar, com um poder superior ao de Bianca. As relações que ela estabelecia com as travestis que circulavam pelo pensionato se diferenciavam das relações que Bianca estabelecia, apontando para relações de poder complexas na condução de um pensionato para travestis – assunto que será melhor abordado no **capítulo 3**. De qualquer forma, é interessante notar que as relações de poder, suas hierarquias e possíveis violências são estabelecidas entre todas as travestis que moram e circulam pelo pensionato – e não só com as donas e gerentes do pensionato.

Fafá foi outra aluna muito bem relacionada com Bianca e Clara, que tinha uma apresentação bastante questionadora, acerca dos padrões (estéticos) comumente acionados pelas outras travestis. No momento da apresentação de seu nome, de maneira satisfeita, apresentou-se como *só Fafá*. Ela possui um corpo robusto, sem silicone, raramente a vejo com cabelos alisados, deixando-os cacheados e com 24 anos na época, já havia finalizado seu curso de graduação em uma universidade do interior de Goiás. Sua trajetória difere bastante das demais, tanto por essa apresentação, quanto pela respeitabilidade, que pode ser lida pelo fato de ser *quase parente* de Clara, como me contou uma vez.

Fafá, *só Fafá*, no “Facebook” coloca dois nomes: o principal consta como Fabíola e logo abaixo, entre parênteses, Flávio. Assim como sua apresentação, sem silicone nos peitos, raramente com maquiagem, cabelos não alisados, usando camisetões e bermudas, nesta plataforma digital, desde seu nome até às fotos, sua presença também borra e expande as noções de feminino e masculino que ela constrói para si. Cabe então uma ponderação interessante acerca da construção dos nomes, quanto à identificação e apresentação que acionam perante plataformas digitais, pensando sobretudo na concepção de Richard Miskolci (2012), sobre a interdependência do cyberspaço e o contato off-line, borrando as fronteiras dos espaços online e offline.

No momento desta aula (setembro de 2013) o uso de “Facebook” não estava tão disseminado, mas ao encerrar esta dissertação (agosto 2015) não só esta, como outras plataformas digitais, como “Whatsapp” apareciam nas conversas diárias com elas.

Aponto que no período de elaboração desta dissertação, houve uma certa facilitação do uso da internet, com reduzidos custos para celular, objeto possuído por todas as travestis que conheci, sendo que Lindalva foi quem me alertou para que eu também usasse internet, *bicha, é só um real por dia!*. Tendo assim o acesso mais facilitado, penso sobretudo o quanto a utilização destas plataformas digitais - por exemplo, colocando seu nome desde sempre como feminino e escolhendo quais fotos colocar – convidam a repensar as construções e afirmações identitárias, no sentido que podem proporcionar uma validação de suas vivências<sup>24</sup>.

Além de ter trabalhado realizando programas, Fafá também trabalhou no bairro, cuidando de um estabelecimento que vende lanches. Contando-me de sua renda mensal neste ofício, chegamos a brincar que ela poderia fazer Mestrado, porque o valor da bolsa que eu recebia era quase igual ao seu salário<sup>25</sup>. Lhe perguntei se ela não ganhava mais quando fazia programas, mas ela comentou que nem tanto. Talvez isso se relacione com sua montagem e apresentação, que diferem de alguns ideais de feminilidade almejados tanto pelas travestis, quanto buscados pelos clientes. Larissa Pelúcio concentrado suas análises considerando também os T-lovers, os homens que se relacionam afetiva e sexualmente com as travestis, comenta que eles buscavam as mais femininas, talvez por afetar menos sua masculinidade (2009, p.166). Em seu trabalho em Campo dos Goytacazes no Rio de Janeiro, Rafael França Gonçalves dos Santos (2012) também aborda o fazer-se travesti. Santos aponta para três das travestis com quem teve contato, indicando que as consideradas mais *top e belíssimas* eram aquelas que ganhavam mais dinheiro na pista, na prostituição de rua. Eram estas mesmas três que também consideravam sua atuação na prostituição enquanto uma profissão e como forma de obter sucesso financeiro (2012, p.116-117)<sup>26</sup>.

Tal ascensão financeira, no caso de Fafá também estava relacionada à vivência na prostituição e não com seus estudos de graduação, na área de zootecnia. Ela comentou que os fez para entregar o diploma para sua mãe e depois partir para o Jardim Itatinga e *viver da forma que queria*. A vejo com frequência no bairro, mas costuma

---

<sup>24</sup> Ao longo da realização desta pesquisa de mestrado também pude acompanhar mudanças significativas nas fotos postadas no “facebook” por parte das travestis que colocavam prótese de silicone, reforçando o quanto esta seria um bem almejado. A impressão é que após a colocação da prótese, as fotos aumentavam em quantidade, sendo também mais produzidas e revelando semblantes mais sorridentes.

<sup>25</sup> Em julho de 2015, por volta de R\$1.800,00.

<sup>26</sup> Este argumento recorrente de que a prostituição seria uma forma de obter um considerável rendimento financeiro, por parte de mulheres e tarvestis, será melhor retomado ao final do **capítulo 2**.

viajar bastante e por isso justificou a interrupção do curso de inglês. Suas viagens são para passar períodos com sua família de origem em Goiás, como também faz Márcia. O retorno ou não perda do laço com a família de origem acaba muitas vezes mediado pelo retorno financeiro que levam da prostituição. Márcia, conseguiu comprar um carro 0km e ao mostrá-lo minuciosamente para mim, com muito orgulho, comentou jocosamente que sua mãe estava tão feliz que queria *ir até a pamonharia da cidade* com o carro.

Esta relação continuada com a família de origem não é para todas e nem sempre depende da vivência como travesti. Helena, uma travesti de cerca de 18 anos, bem magra, sem silicone, com cabelos compridos pretos e alisados e grandes olhos azuis contou-me de sua relação conturbada com sua mãe, motivo de ter saído de casa no interior paulista. Ao longo da conversa ela foi ponderando e dizendo que no começo achava que sua mãe era desgostosa com ela pelo fato de ser travesti, mas depois contou que dentre outras/os 7 irmãs/ãos uma outra irmã mais velha também vivenciava sua travestilidade e ainda morava com a mãe. Helena contou que era a única branca, achando que não poderia ser filha de seu pai e que talvez por isso sua mãe a maltratasse. Por fim, com ironia ela lançou *pensa, nasci eu, a única branquinha, olho claro, minha mãe achou que seria o garanhão da família, daí virou essa potranca safada!*

Por fim, além da relação de poder entre as travestis, houve o caso da relação com a *racha* que frequentava as aulas, que só fui descobrir ao certo quem era, por volta da terceira aula<sup>27</sup>. Tathiane foi a última aluna a se apresentar na primeira aula e após as disputas pela grafia dos nomes, ela foi certa ao dizer o seu. Ao soletrar, lhe perguntei se havia um “h” e ela foi enfática ao dizer que sim, *com “h”, é de pobre mesmo*. Apesar da risada que ela deu, a fala foi marcante, sobretudo em contraste com os outros nomes proferidos pelas travestis, pois refletiam uma aspiração de nomes americanizados ou europeizados, apontando para uma margem de agenciamento e ascensão social desde a escolha dos nomes. Se parecia haver essa margem de agência por parte das travestis que escolhiam seus nomes, há também o *nome de guerra* (FONSECA, 1996), comum dentre as mulheres que se prostituem, que poderiam ser escolhidos também de acordo com aspirações relacionadas ao marcador de classe.

---

<sup>27</sup> Se este comentário parece ingênuo, mobilizo-o pois me parece importante afirmar que as construções são admiráveis e que não se pode reconhecer tão claramente quem é *racha* e quem é travesti. Com este argumento pretendo tanto elogiar a construção daquelas que o almejam, quanto entrar em conflito com as assertivas violentas de quem fala mal de travestis. Será mesmo que podemos saber? Será mesmo que importa saber?

O que não era o caso de Tathiane, que com 25 anos, acabava sendo uma das mais velhas do pensionato de Bianca. Ela era negra, com olhos claros, pintava os cabelos cacheados de vermelho, mas não tinha muita vontade de se arrumar e algumas vezes comentávamos como não gostávamos de maquiagem excessiva, de sapato de salto, coisas que acabavam sendo muito valorizadas por algumas travestis. Em uma das primeiras aulas de inglês, falando sobre adjetivos, surgiu a palavra *fat* e todas começaram a caçoar Tathiane, repetindo *fat girl*, pois ela não tinha (e nem parecia querer ter) o corpo esbelto como as demais. Contudo, apesar dessas provocações, havia também formas afetuosas de se referir a ela, por exemplo, quando suas amigas lá do pensionato brincavam dizendo que ela era *a amiga operada*.

O apego de minha parte com Tathiane foi inevitável e seu sumiço no começo do segundo semestre das aulas foi recebido com surpresa e tristeza, também por parte de outras alunas, que disseram ter tentado contatá-la de todas as formas. O assunto ficou bastante nebuloso, mas em uma tarde que estávamos bebendo em um dos bares do Jardim Itatinga, Maria Isabel e eu encontramos Tathiane andando na rua. Embora tenham ficado pontos soltos, foi a conversa que mais rendeu com ela, talvez porque não estávamos perto das demais do pensionato, sendo que ela nos abordou alegremente, fazendo questão de contar *a novidade*. Estávamos retomando as aulas de inglês no início de 2014 (em fevereiro) e ela nos contou que estava grávida há 5 meses, *mas não sabia como, pois nunca usava camisinha mesmo*.

Tathiane comentou que pensou em abortar, mas que Clara ameaçou *lhe dar um couro*. Completou que não ia falar para o pai, porque *pra que serve homem?* (olhando em volta para os clientes do Jardim Itatinga). *Eu sempre quis ter filho sem pai mesmo! Se falar só vai piorar a vida de todo mundo, pra quê?*. Depois dessa conversa ela nunca mais apareceu e suas colegas alegaram que todas estavam dispostas a cuidar do filho, que arranhariam enxoval – e fiquei me perguntando se não seria justamente disso que ela queria se desvincular. Tathiane era uma menina-moleca, que gostava de pintar desenhos coloridos no caderno. Ela já havia trabalhado em São Paulo, fazendo programas e como doméstica e por algum motivo, que nunca soubemos, ela estava no pensionato que é conhecido *o das travestis*. Não havia problema de relacionamento pelo fato de ela ser *racha*, mas ela reclamava do fato de ter que pagar a diária (que inclui moradia e alimentação) e dizia que estava ali porque tinha que juntar um dinheiro.

Apesar de sua gravidez, ela nos pediu cigarro e um gole de cerveja, declarando que *já tinha largado o pior*. À exceção de maconha que é fumada constante e livremente, as regras anti-drogas do pensionato para que as travestis consigam trabalhar direito parecem ser seguidas com seriedade. Por conta disto, Bruninha, uma travesti jovem, chamada pelas demais de Alice (do país das maravilhas), por ser bastante sonhadora, me contou mais de uma vez acerca da salvação que foi ter encontrado Clara e seu pensionato. As regras do pensionato, que incluem não usar drogas, são apontadas por Bruninha como a motivação por ela *amar* o Jardim Itatinga. Tendo sido expulsa de casa, por não aceitarem sua identidade de travesti, ela conta que foi encontrada nas ruas se drogando, e graças a Clara e seu pensionato, ela hoje vive e trabalha.

Quanto à diferença deste pensionato para outros que abrigam travestis, Lígia que é carioca, também concorda e afirma nunca ter conhecido um lugar acolhedor assim, e por isso, *de boca em boca* outras travestis aparecem no Jardim Itatinga, vindas de todo o Brasil. Nesse sentido, nota-se a alta rotatividade de travestis que compõem o pensionato, que vindas de todos os cantos do país, ficam por algum período até realizarem as transformações desejadas em seus corpos. Isto remete a uma *rede* de sociabilidade que perpassa cidades e possibilita variados deslocamentos e construções de pessoas femininas (NASCIMENTO, 2014a, p.379).

Desse rápido convívio com Tathiane, alguns aspectos da diferença de sua vivência enquanto *racha* na prostituição, com relação às travestis que realizam programas podem ser pensadas. O fato de engravidar apareceu no caso de Tathiane, assim como sua forma mais soturna de falar quanto a possíveis maltratos e violências por parte de clientes. Ao contrário, Márcia dizia que *falava grosso*, caso tivesse que repetir pela terceira vez algo que não quisesse para o cliente<sup>28</sup>. De qualquer forma, partilhar lubrificantes, camisinhas e encontrar parceiros – e mais raro, mas possível parceiras – afetivo-sexuais parecem aspectos que aproximam as experiências de mulheres e travestis na prostituição. Por este motivo passo a referir-me a elas como corajosas, quando estiver denotando suas vivências comuns como profissionais do sexo no Jardim Itatinga.

---

<sup>28</sup> Contudo, esta forma assertiva no trato com clientes, mais do que associa-la a alguma característica essencial das travestis, sugiro que possa ser pensada pela socialização que incita mulheres a serem mais dóceis. De qualquer forma, houve um episódio no qual Tathiane desafiou um cliente que se disse evangélico. Só ao final do programa, ele lhe perguntou *por que você tá nessa vida, minha filha?* e ela logo rebateu *tamo junto nessa, irmão!*.

## Normatividades e subversões

Muitos são os fatores que se combinam e contribuem para uma travesti ser mais respeitada dentre as demais, possivelmente isso se deve às relações que estabelecem entre si, ao bom relacionamento com Clara e Bianca, ao fato de ter morado fora do país, de ter um corpo bastante trabalhado e de poder cobrar mais caro por um programa. Nesse sentido, o tempo no pensionato – e não necessariamente a idade –, assim como o tempo já dedicado em seus corpos parecem ser relevantes para pensar nas relações de poder estabelecidas entre as travestis com quem teve contato.

Destas histórias trazidas até aqui, há um aspecto que foi tangenciado e será agora abordado com mais cautela, pois é bastante discutido em outras etnografias junto com travestis e diz respeito a quais (e se) ideais normativos de feminino estão sendo mobilizados e agenciados nos corpos.

Em momentos descontraídos é frequente ouvir ácidas provocações entre elas e isso me intriga desde a primeira vez que as ouvi. Trago a seguir meu primeiro contato com elas no bairro, numa tarde de 2012, na preparação do evento mencionado na Introdução.

entrei no CEPROMM e havia um grupo de travestis preparando o cartaz para o evento que elas mesmas denominaram de “Profissionais do sexo: unidas pelo respeito”. Era um grupo pequeno, coordenado por uma estudante de Ciências Sociais. Havia uma delas que falava bastante e ficava sempre espezinhando as outras. Ouvia-se muito os termos *bicha* e *viado*, até que uma tentou dizer que aquele era um espaço tranquilo, que não era preciso se *xingar*; exigindo que aqueles termos parassem de ser usados. A resposta foi ainda mais hostil: *você acha que é mulher? Nem peito você tem, então primeiro coloca silicone e depois vem falar*. Na tentativa de apaziguar os ânimos, a coordenadora disse que cada uma poderia escolher como preferia ser chamada, se por *ela* ou por *ele*. Então fizemos uma rodada e todas as travestis afirmaram querer ser chamadas por *ela*. Eu, ao responder que gostaria de ser chamada por *ele*, fui surpreendida com a rápida e certa inquisição sobre se eu era lésbica.” (Diário de campo - junho de 2012)<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Devo aqui justificar minha resposta, que foi duramente questionada todas as vezes que apresentei esta cena, sendo que ora colocaram em dúvida se minha resposta teria sido somente um questionamento desestabilizador e ora fui criticada por não poder *brincar* com essa afirmação. Quanto ao que me cabe, foi graças ao contato com elas que comecei a repensar minha apresentação estética e performatividade de gênero, tendo inclusive me montado de Drag King. Por mais que minha vivência fluida de sexualidade não tenha constituído atritos posteriores durante o contato continuado com elas, no momento desta cena eu ainda não tinha certeza do quanto eu deveria me posicionar em campo, afirmando minhas convicções pessoais-políticas. De qualquer forma, o que gostaria de ressaltar é que essa necessidade de me justificar nesta nota é reveladora do quanto mesmo em ambientes acadêmicos, mesmo quando se discute gênero e sexualidade, por vezes normatividades escorregam (sutil ou nada sutilmente). Por que a atenção sempre

Desta cena surgiram alguns incômodos, que foram guiando a maior parte das minhas inquietações. Frequentemente acompanhei cenas de atrito como essa, nas quais *bicha*, *viado*, *gay* (e *maricona* especificamente para clientes) foram utilizadas como ofensa, mas eu nunca sei o quanto são consideradas violentas por quem as recebe. O que parece mais clara é a forma violenta e com intenção de ofender por parte de quem profere estes termos - o que infelizmente não é especificidade do Jardim Itatinga. Contudo, neste caso, ficou latente o quanto estes termos foram considerados xingamentos.

Mobilizar *bicha* e *viado* como ofensas é também uma forma de afirmar uma especificidade da identidade travesti e/ou de mulher, sendo que *coloca peito* seria imprescindível para estas. Todas as etnografias com travestis trazem elementos para pensar nessa construção continuada de ser travesti, flertando com alguns ideais de feminino, que não necessariamente correspondem a *ser mulher*. Hélio Silva, por exemplo, comenta acerca do “*hábil recurso a tais artimanhas femininas – ou melhor, artimanhas de um tipo de mulher que nos soa hoje como um estereótipo - , mas tudo isso agenciado com rara competência, precisão. Extremamente interiorizado.*” (1993, p.19)

Miriam possui uma apresentação sempre impecável, com os cabelos longos castanhos sempre alisados, brilhosos, hidratados e aloirados nas pontas. Ela é branca, usa bastante maquiagem, tem também um piercing no lábio e a vejo quase sempre com vestidos coloridos, na frente do pensionato. Uma das primeiras lembranças que tenho dela é justamente quando estava na porta e se ofereceu para *mandar um whatsapp* para Márcia que estava dentro da casa, para que ela viesse ao meu encontro e começássemos a aula de inglês<sup>30</sup>. A vejo frequentemente na frente do pensionato, embora ela tenha também a atividade de seu salão de beleza para cuidar, por isso conta que está sempre conectada, esbanjando seu “iphone” sempre em mãos. O salão que é dela com seu amigo, fica em uma cidade vizinha, onde ela também mora e de onde ela sai

---

recaía neste último aspecto e não na lógica excludente e normativa diante do caso da outra que só poderia falar depois de colocar silicone? Ademais, permito-me perguntar: uma vez que é frequente que homens cisgênero gays se refiram no feminino entre si, por que eu não podia responder assim, ainda mais que minha vivência de gênero nem é considerada tanto feminina por mim e por elas?

<sup>30</sup> Evidencio aqui que a distância para chamar Márcia não era de mais que 50m e que esse ocorrido foi no começo de 2013 quando este recurso de whatsapp ainda não era muito disseminado dentre as outras do pensionato.

diariamente com seu carro para o Jardim Itatinga, passa o dia fazendo programas e me diz que gosta dessa dinâmica.

Um dia, estávamos conversando, quando chegou uma travesti negra, novata no pensionato, que tinha o cabelo estilo “joãozinho”, espetado e não o alisava. Ao passar, com uma calça jeans larga e uma regata listrada preta e branca, Miriam me confessou: *não aguento essas travestis modernas!*. Perguntei qual era o problema, o que ela considerava moderno no estilo da outra e ela só continuou debochando *ai, não sei, deve ser muito estilo, estilo até demais pra minha cabeça!*.

Minhas conversas com ela não costumam fluir, pois ela frequentemente faz um comentário acerca de uma marca de perfumes, de roupas e de bolsas que eu costumo não acompanhar. Uma vez comentou que eu não devia ter raspado o meu cabelo (nas laterais), que ele é muito bonito e eu devia deixá-lo solto – e embora nesse dia fizesse um calor forte, ela possuía a habilidade de se manter com uma apresentação impecável, cabelo solto e maquiagem intactos.

Essa sequência de fatos e descrições remetem aos sentimentos de incompatibilidade que eu sentia de início junto às travestis. Um pouco pela minha construção identitária e corporal e um pouco pelo caráter normativo e excludente que estas transformações almejadas pareciam provocar. O caso anteriormente relatado, também evidencia uma determinada forma de beleza, de feminino, de comportamento, de se vestir, que pode ser excludente com aquelas que não se enquadram. Em um primeiro momento julguei que essa transformação das travestis era somente normativa, violenta para aquelas que não a seguiam e que, sobretudo, performatizava um modelo, próximo do de uma mulher, que inclui ter cabelos compridos, preferencialmente alisados, ser magra, usar roupas *finas*, possuir aparelhos celulares caros – valorizando uma determinada estética *branca e burguesa* (PELÚCIO, 2005b: 98). Confesso que de início fui incapaz de perceber outras nuances e atitudes<sup>31</sup>.

Contra isto, foi fundamental o trabalho antropológico continuado e a passagem do tempo foi descortinando-se como um marcador importante nas vivências tanto delas, como minha com elas. Foi dessa continuidade que pude entender a complexidade das

---

<sup>31</sup> O que resultou em um trabalho intitulado “*Como fala travesti em inglês?: notas sobre uma antropologia queer*”, que apresentei em novembro de 2013 no II ENUMAS. Agradeço fortemente a leitura crítica de Andrea Lacombe e de colegas do NUMAS presentes, cujos comentários foram moldando meu olhar de forma mais abrangente para as diversas construções do feminino, pois minha leitura acabava sendo demasiadamente normativa, justamente o que eu pretendia combater.

relações, que nem sempre diziam respeito somente a gênero e sexualidade, mas relacionavam-se também com possíveis desavenças mais íntimas, de caráter interrelacional entre elas. Por exemplo, quanto às vivências de Cíntia e Lara, que se afirmam como mulheres trans e também moram no pensionato. Havia uma forma debochada com a qual Márcia se referia a Lara, por ser considerada *feminina demais*, ao passo que Cíntia, que igualmente frequentava as sessões com um psicólogo para obter um laudo e fazer a cirurgia de transgenitalização, por ser sua amiga, não era ridicularizada.

Ao longo do ano no qual pude lecionar as aulas de inglês, pude observar as mudanças que as travestis operam em seus corpos, retratando o caráter continuado da construção, *'ser travesti' é um processo, nunca se encerra* (PELÚCIO, 2005b: 98). Os trabalhos de Larissa Pelúcio salientam transformações corporais, conformadas em algumas etapas no corpo, nos nervos, na carne, no salto e na pele – como ingestão de hormônios, silicone nos peitos, vestir-se com roupas femininas. Uma vez presenciei uma conversa entre as travestis do pensionato e uma que tinha acabado de chegar, pois queria fazer parte de lá. Prontamente perguntaram se ela já havia começado a tomar hormônios, pois isto foi dito como básico para iniciar a transformação. Não esqueço também de sua alegria, andando de salto, peruca meio mal colocada e desfilando com três roupas diferentes no meio da aula. Sua satisfação parecia combinar o fato de poder experimentar para si e poder circular perante outras pessoas e outro espaço, com satisfação e segurança.

Esse episódio também faz pensar numa dimensão importante da transformação, pois ela não está dada, sendo que ninguém nasce travesti, torna-se. Marcos Benedetti aponta para o uso do termo *transformação*, em detrimento de *inversão* sexual ou de gênero, para não recair em um modelo binário de possibilidades que considere somente feminino e masculino (2005, p.21). Nesse sentido, com o tempo no pensionato pude acompanhar as experiências de algumas que chegavam no pensionato e iam conformando um estilo de roupa, de maquiagem, de cabelo e aos poucos juntavam dinheiro e colocavam silicone. Esse investimento de capital corporal extrapola os limites do corpo, ao mesmo tempo que recoloca a importância do corpo como algo fundamental de sua construção identitária. Benedetti aponta para esta importância do corpo e da não separação dos níveis simbólico e físico:

as travestis, ao investir tempo, dinheiro e emoção nos processos de alteração corporal, não estão concebendo o corpo como um mero suporte de significados. O corpo das travestis é, sobretudo, uma

linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem às pessoas suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos. (2005, p.55)

Contudo, estas construções podem às vezes denotar uma exclusão de outras vivências, apontar para ideais de feminino que não são construídos por todas, e por vezes nem almejados, como no caso de Fafá ou do deboche quanto a Tathiane ser gorda. Mas a importância desta construção pode ser também lida, quando as ofensas vão no sentido de acusar quando não estão sendo realizadas, quando dizem que a outra é um *homem vestido de mulher*. Não pretendo aqui dizer que mobilizar estas noções como ofensa são particularidades do universo trans, infelizmente são ofensas amplamente utilizadas por qualquer pessoa. Dessa forma, pode-se pensar no quanto os códigos no universo trans se relacionam com os demais, não se trata de um universo apartado de qualquer reprodução de opressões e exclusões.

### ***“Sou she-he, cherry!”***

Se há alguns aspectos da construção identitária de travestis que são mais valorizados, esta construção não é unívoca e/ou inescapável. Bastante questionadora acerca de determinados padrões do universo trans, Claudia Wonder coloca algumas questões em seu filme:

Por que que eu tenho que parecer hétero? Por que que eu tenho que parecer mulher e não posso parecer uma caminhoneira, um caminhoneiro? Por que eu não posso ser travesti? Por que eu não posso ser os dois em um? (...) pra mim não existe essa coisa “ah travesti não é nem homem e nem mulher”. Não, ao contrário meu amor! Eu sou homem e sou mulher, sabe, eu sou os dois e ó, é um casal que vive em paz, sabe, que não brigam nunca... (Transcrição dos minutos 24 -25 do filme *Meu amigo Claudia*).

O primeiro questionamento trazido por Claudia Wonder, uma figura importante também para a música punk de São Paulo, acerca de *parecer hétero* encontra lastros na repetição do sistema heterossexual, que aparece mobilizado não só por sujeitos heterossexuais.

La (hetero)sexualidad, lejos de surgir espontaneamente de cada cuerpo recién nacido, debe reinscribir-se o re-instituirse a través de operaciones constantes de repetición y de re-citación de los códigos (masculino y femenino) socialmente investidos como naturales. (PRECIADO, 2002, p.23)

Esta reinscrição que aloca masculino e feminino como naturais e complementares é de fato constantemente acionada por qualquer pessoa, independente de sua vivência de gênero e sexualidade. Poderia ser lida, com os exemplos de quando *bicha* e *viado* são termos usados não para se autoidentificar, mas para se ofender. Nesse sentido, mais do que uma ofensa quanto a (homo)ssexualidade, que pode não ser vivenciada por travestis, havia uma ofensa à performatividade de gênero. Embora possam ser planos confundidos, analiticamente, parece útil separar gênero de sexualidade, para não incorrer na lógica compulsória de sexo, gênero e desejo, que pode limitar experiências identitárias (BUTLER, 2002, p.24).

Pensar em abarcar distintas vivências também vem sendo discutido no cenário da militância. Pude acompanhar um discurso que pretendia afirmar a identidade de pessoas trans<sup>32</sup>, entendendo que esta seria uma forma mais englobante, que abarcaria também travestis. Mas igualmente categórico, havia o discurso de muitas travestis que reivindicavam tal identidade com uma especificidade que devia ser demarcada separadamente, sobretudo pelo estigma que sofrem. Nessa linha, a reivindicação é de que o termo transexualidade, ou mesmo suas variações como trans\* - recorrente na grafia da internet, local de intenso debate, publicização e visibilidade - não englobaria a vivência específica de travestis.

Trans, transgênero, travesti e transexuais são reivindicações cotidianas e militantemente disputadas, que colocam um desafio a formas cristalizadas de se posicionar, e de alguma forma também questionam a antropologia que vem sendo produzida acerca destas identidades. Uma vez que tive contato com todas essas categorizações identitárias, me vi diante do impasse acerca de qual categoria poderia ser usada, que fosse abrangente, mas que não ofuscasse as outras. Uma possibilidade seria repetir sempre as variações – travesti, transexual, trans, bicha, gay, viado, mulher - nas partes do texto que eu pretendesse me referir as minhas interlocutoras.

Contudo, a dificuldade também remete a este momento de proliferação de identidades reivindicadas e a temporalidade aparece como um marcador fundamental. Ao longo desses anos de pesquisa, acompanhando na internet, há diversas formas de se referir. Além de diversas reivindicações há também as que vão surgindo de forma

---

<sup>32</sup> <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>

inédita, que não permitem que possamos abarcar todas. Por exemplo, até o final deste trabalho foi se fortalecendo o movimento de pessoas não-binárias, questionando frontalmente os binarismos e supostas coerências de gênero e sexualidade. Gostaria de enfatizar o potencial desta movimentação, que foi inclusive incorporada pelo IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidade, no I Encontro Nacional de Homens Trans.

Além desta movimentação não-binária, me deparei também com afirmações questionadoras de qualquer categoria, como ilustrado nas falas de Sheyla. Nesse cenário, recoloco a questão: como produzir um trabalho etnográfico que ao mesmo tempo respeite as especificidades, mas que tenha uma generalidade que contribua para pensar nessas próprias construções identitárias?

Na tentativa de algumas possíveis respostas, trago o que aconteceu durante a primeira aula de inglês, quando uma aluna perguntou: *como fala travesti em inglês?* Logo fiquei muito incomodada por não conseguir responder categoricamente diante de sua demanda clara e urgente: ela alegou que, por vezes, há clientes que a menosprezam com termos pejorativos como *traveção*. Contra isso, ela retrucou: *é travesti! Como fala travesti em inglês?*. Talvez tenha sido excesso de zelo tanto pelos conceitos quanto pelos sujeitos, mas minha incapacidade de dar uma resposta certa também remete à recente “reavaliação crítica da política de identidades” (PINO, 2007: 160). *Travestite, transgender, transex, transexual* foram possíveis respostas, mas imaginei que ao proferí-las, também deveria explicar ao que se referiam, para que elas escolhessem como prefeririam se apresentar e em qual situação. Aí o incômodo ficou ainda maior.

Mais do que uma mera questão linguística, o incômodo sugere um afastamento entre conceitos mobilizados tanto em análises acadêmicas quanto em ambientes de militância, com relação às vivências e incorporações destes por parte dos sujeitos em campo. Ademais, muitas foram as vezes que ouvi o acionamento de afirmações identitárias não como a de Sheyla Alagoas ou esta demandada pela aluna, mas no sentido de uma normatividade quanto a como deveria ser determinada identidade, excluindo outras possibilidades e vivências.

A noção de *performatividade* do gênero pode contribuir para entender estas formas *certas e naturais* que aparecem nas falas das travestis, ao mesmo tempo que abre a possibilidade destas mesmas formas não se reproduzirem. Na formulação de Butler, o gênero não seria algo que uma pessoa possui, mas um complexo aparato de produção e normalização de masculino e feminino (2004, p.42). O gênero não é descritivo, mas

normativo; e é por meio de regras que são constantemente performatizadas, reiteradas, que o gênero adquire um poder regulador, que molda os sujeitos.

Recuperando assim uma noção foucaultiana de que o discurso produz e é produzido, que tem efeitos, o gênero é e reflete estes mecanismos regulatórios. “A linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto, é, produz os corpos e os sujeitos” (LOURO, 2001, p.548). Quando se diz, *primeiro coloca silicone e depois vem falar*, também está se dizendo que uma travesti deve ter peitos para ser legitimada enquanto tal. E é através dessa produção reiterada que o gênero adquire aparência de ser natural, pré-discursivo e a-histórico.

Assim como o gênero, o sexo considerado biológico também possui este caráter fabricado. Butler sugere que é a repetição que normaliza, mas que também pode subverter; e assim como o gênero, o sexo também seria fruto de uma regulação repetida. Isto porque o sexo não é um corpo pré-discursivo, sobre o qual inscreve-se o gênero, cultural. Dessa forma, o *sexo*:

.. não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, pelas normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória. (BUTLER, 1999 : 2)

A subversão das normatividades de sexo e gênero não dependem de uma vontade individual, mas é a repetição destas normas que aponta justamente para sua imposição e abre a possibilidade também para mudança. Nesse sentido, para revelar esta força regulatória, Guacira Lopes Louro concebe uma pedagogia *queer*. A polarização (homo-hétero e homem-mulher) não reflete e não abarca a pluralidade de possibilidades sexuais, de gênero e desejantes dos sujeitos. É portanto imprescindível apontar para os limites destes binarismos, pois desvelar a interdependência dos pólos, coloca em xeque a naturalização e a superioridade de um destes (LOURO, 2001, p.550). Logo, uma pedagogia *queer* voltaria-se para produção das diferenças e desconstrução de binarismos.

Faz parte destes esforços *queer* questionar políticas que trabalhem com identidades fixas e universalizantes, pois partir de uma identidade aglutinadora pode não representar a diversidade de formas de sexualidade, gênero e práticas sexuais que são vivenciadas pelos sujeitos. Por isto, mais do que descartar e deslegitimar políticas identitárias, a política *queer* é um convite a revelar os mecanismos que produzem esta normatividade, procedendo a uma desconstrução metodológica deste funcionamento discursivo. Os esforços *queer* pretendem destrinchar essa noção produtiva e normativa de gênero e sexualidade, revelando ao mesmo tempo seu caráter fabricado.

Esta produção de diferenças pode ser aproximada da noção que Paul B. Preciado lança mão acerca de uma *estratégia hiperidentitária* (2010, p.15). Apesar de haver algumas discordâncias entre Butler e Preciado (PINO, 2007, p.184), parece-me interessante a descrição deste último acerca da *sexopolítica*. Esta seria conformada por tecnologias que geram uma produção disciplinadora e normalizadora dos corpos. Mas, é justamente na existência destas tecnologias que produzem corpos *normais*, da normalização do gênero e da sexualidade, que aparece a ação política e a possibilidade de intervenção das multidões *queer* (PRECIADO, 2010, p.12). Enquanto potência política, estas multidões podem politizar a abjeção (Ibid, p.15), ressignificando e produzindo outros discursos.

Isto porque *queer* era inicialmente uma ofensa dirigida aos estranhos e excêntricos sujeitos que viviam a homossexualidade. Justamente contra uma normalização, os estudos e estudiosas/os *queer* movimentam-se na reapropriação do termo, denunciando o processo pelo qual identidades são fixadas e normalizadas (LOURO, 2001, p.546) Enfatizando os mecanismos dessa normalização, as identificações negativas são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização. (PRECIADO, 2010, p.15)

Nesse sentido, como convite, encerro este capítulo com a resposta de Luana, no meio de uma aula de inglês. Márcia provocou-a, indagando se ela seria *he* ou *she*. Surpreendeu-me a prontidão e a lucidez da resposta de Luana, que com sorriso triunfante, logo lançou: *sou she-he, sou cherry!* Tal resposta fez com que rissemos, e com uma única atitude incorporou a provocação e a fez virar-se contra a imposição de uma única categorização ou de enquadrar-se em um dos pólos do binarismo de sexo e gênero. Assim também encerrou o potencial ofensivo e todas rimos. Ao longo do meu

contato com as corajosas do pensionato de Bianca, não faltaram elementos indicando justamente esta fluidez e variabilidade identitária, sugerida nessa resposta de Luana.

## Capítulo 2 - Pelo bairro e trocas na prostituição

*Da rodovia dos Bandeirantes, pego o acesso para outra estrada, que dista ainda cerca de 10 km do centro da cidade de Campinas e no outro sentido, conduz ao Aeroporto Internacional de Viracopos e a outras cidades do interior paulista. Seguindo as placas, chega-se facilmente ao bairro Jardim Itatinga, com um limite geográfico demarcado, por ser entrecruzado por essas rodovias.*

*Antes de atravessar o viaduto, de um lado, há um grande motel. Do outro, avisto que o drive-in está repintado e agora possui um nome/marca. Ao lado, galpões de grande extensão, sendo um ferro-velho, uma borracharia, uma mecânica, uma loja de auto-peças e outro grande motel. Sigo com meu carro pela rua vicinal à estrada que ladeia o bairro, passo por postos de gasolina, um ponto de taxi e pontos de ônibus. Dentro do bairro estes ônibus não circulam, mas como não é muito extenso, o Jardim Itatinga pode ser percorrido a pé. Há ruas esburacadas, uma ou outra sem asfalto, calçadas craqueladas, salpicadas de cacos de vidro e pacotes de camisinhas. Quando ando com alguém de salto alto, fico pensando na arte de manejá-lo nesse piso.*

*Estou voltando ao bairro após o recesso do final do ano de 2014 e avisto novos estabelecimentos, reformas em casas de prostituição, em botecos e um novo salão de cabeleireiro. Uma casa reformada me chama particularmente atenção, pois estava funcionando no esquema que costuma ser usado de noite no bairro, mas observo que ainda está claro. É um modelo que parece exigir maior investimento, pois havia profissionais do sexo e homens “laçadores”, chamando clientes para entrar no estabelecimento. Perfiladas/os no meio da rua (e não nas calçadas), conseguem abordar os veículos que transitam pelos dois sentidos. Três homens com camisa branca, gravata e calça azul escura de terno ao lado de mulheres com vestidos curtos. Não deixo de pensar que o calor, com sensação térmica de quase 40 graus, não devia ser fácil para estes homens que gesticulavam incessantemente para que os carros estacionassem na casa diante da qual estavam e para qual trabalhavam.*

*Passo pelo CEPROMM, a sede do Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada que atua no Jardim Itatinga e como é começo de janeiro, estava fechado para as férias, de forma que as vagas de estacionamento que oferece estavam barradas por correntes. Penso nas correntes desta sede, protegendo vagas esvaziadas, simbólica e ironicamente diz muito sobre a atuação salvacionista desta instituição, contrastada*

*pela atuação de Bianca na Pastoral, que faz questão de levar o debate da “profissional do sexo (travesti) que não é coitadinha”.*

*Percorro ainda um portão com uma madeira e seu escrito improvisado de tinta alertando: “residência familiar”. Dentre diversos e inúmeros estabelecimentos com banners e letreiros que indicam que ali funcionam casas de prostituição, há alguns poucos portões no bairro com essa indicação. Estaciono com a atenção de sempre, para que o carro não atrapalhe a visibilidade das profissionais que estão nas calçadas e performam seu trato com os clientes, que passam quase que exclusivamente de carro, moto e caminhão.*

*Nesse dia, havia mais carros estacionados na rua que de costume; sendo que os veículos de clientes não costumam ficar nas ruas, estacionando nos estabelecimentos nos quais as profissionais alugam os quartos para o programa. Por vezes, ouço a possibilidade de realizar programas dentro do carro ou em um estacionamento, de forma que não pagam o valor do aluguel do quarto para a dona da casa.*

*Já na frente do pensionato de Bianca, avisto Márcia sentada em uma cadeira de balanço, típica de vó, e ela afirma ser “da vó mesmo”, que é como se referem carinhosamente a Bianca. Ao lado dela, Miriam está em pé, sempre com apresentação impecável e seu iphone na mão. Sentada em uma mureta, também está Cintia. São as três que vejo há três anos pelo bairro, costume vê-las fazer ponto juntas, sempre com maquiagem não excessiva, mas “fina”, assim como suas roupas de marca. Elas aproveitam a sombra debaixo de uma árvore, na qual também penduram suas bolsas, sendo pegadas de forma quase que ritual quando vão em direção a um carro ou a um quarto, para realizar um programa.*

*Me contam que estava ocorrendo uma reunião da Associação Mulheres Guerreiras, que atua em prol do reconhecimento e melhores condições para profissionais do sexo de Campinas e região. Daí descubro o motivo dos carros na rua. Passo pela reunião, na qual se discute um caso de violência policial que acometeu o bairro em outubro de 2013, quando policiais militares sitiaram o Jardim Itatinga por um final de semana inteiro.*

*Encerrada a reunião, de volta ao pensionato, falo com Lígia, sentada diante da manicure que faz as unhas das profissionais do sexo, que ficam nas calçadas do Jardim Itatinga. Ambas negras, Lígia travesti sorridente com seus vinte e poucos e Virgínia mulher vivida com seus quarenta e muitos e a determinação de arrastar seu carrinho*

*com os apetrechos de manicure por todo o bairro. Converso com Silvia, uma travesti negra, que conta ser de Cuiabá e começa a me falar de sua relação com seu namorado, que é ciumento a ponto de tê-la agredido fisicamente. No que eu já me contorcia com a história dele ter apertado seu pescoço em uma festa, Silvia conta que um dia lhe revidou com um soco na cara e desde então, nunca mais ele “se meteu a besta” com ela.*

*Depois acompanho Bianca em suas atividades diárias de manutenção dentro do pensionato. Além de inúmeros quartos onde as travestis dormem em beliches, há uma quantidade infundável de orquídeas, paixão de Bianca. Nada em pouca quantidade, há também quase tantos pequenos cachorros, quanto a quantidade de travestis que dormem nos quartos. As que ficam mais tempo no Jardim Itatinga - pois muitas passam somente dias ou temporadas, retornando para suas cidades para visitar suas famílias ou circulando por outras cidades para realizar programas - acabam cuidando de um cachorro em especial. Um outro dia, fui com Márcia, em seu carrão novo, 0 km, levar o cachorro de Cintia, que estava doente. Márcia aproveitou para comprar um shampoo de quase 50 reais – o mesmo preço médio que cobra em meia hora de programa - para o seu cachorro, do qual ela cuida tão bem quanto de sua apresentação pessoal.*

*Ainda acompanho Bianca até outra casa de travestis no bairro. Aproveito para colecionar os vários nomes dos diversos estabelecimentos do Jardim Itatinga. Há categorizações como drink bar, show bar, boate, nomes que acionam fetiches como “As cariocas”; banners com closes de bundas e mulheres semi-nuas em poses sensuais. Mesmo quando não estou acompanhada de alguém do bairro, minhas andanças são estranhamente tranquilas, não sendo assediada por nenhum homem de carro - ironicamente oposto ao meu movimento diário a pé pelas ruas de qualquer outro local.*

*Chegamos na ampla e reformada casa de Jéssica, uma travesti negra, com cerca de 30 anos, que já morou na Europa. Em seu estabelecimento há somente duas vagas para carros, mas um longo corredor com cerca de 8 quartos para realização de programas. Noto pela primeira vez que há máquina para passar cartão, o que pode facilitar o pagamento e parcelamento do programa por parte do cliente. Na entrada há um sofá e nada que indique venda de bebidas ou espaço para socializar antes do programa.*

*Acompanho uma conversa sobre os preparativos para o evento do 29 de janeiro, Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, que seria realizado no Jardim*

*Itatinga. Chega um amigo de Jéssica de carro, que meio acanhado nos cumprimenta: beijos nas outras e comigo faz questão de apertar a mão, me olha firme nos olhos e diz se chamar Carlos. Em uma troca de frases muito rápida e decidida, Bianca lhe pede que chame seus amigos para o evento, “porque é assim, acontece que muitas não são lésbicas, e com o tempo vão descobrindo que são transgênero mesmo”. Carlos ainda meio constrangido, mas simpaticamente sorri e diz que avisará, completando “é, eu sei, tô pensando, na verdade é a Jéssica que fica me ensinando essas coisas”. Num outro dia, pergunto para Jéssica de seu amigo Carlos e ela diz que ele é homem trans, que o acha uma graça também, mas que ele namora e é só seu amigo.*

*Ainda voltamos ao pensionato. Já está escuro, são cerca de 20 horas e algumas ainda estão se arrumando para ir fazer programas fora do bairro. Volto para meu carro e no ponto que ladeia o bairro, avisto por fim, um grupo do pensionato de Bianca, que espera o ônibus para ir trabalhar em outra cidade.*

Esta longa descrição, adaptada do meu diário de campo do início de janeiro de 2015, pretende ilustrar a imbricação entre o bairro e a prática da prostituição que é ali realizada, com foco nas experiências de travestis com donas e suas casas de prostituição. Longe de somente situar a leitura, a descrição aparece como uma forma de análise, fundamental para compreensão de como o Jardim Itatinga se estrutura e, ao mesmo tempo, como possibilita determinadas relações na prostituição e nas vivências das travestis profissionais do sexo que por ali moram, circulam e trabalham. Como aponta Michel Agier “*a localidade jamais é uma questão evidente, ou seja, o espaço constitui um desafio simultaneamente prático e teórico*” (2011, p. 10).

Com esse trecho inicial também pretendo compartilhar minha exasperação em relação à intensa dinâmica das relações, pessoas, associações e acontecimentos no bairro. Todas as vezes que volto do Jardim Itatinga, fico com a cabeça cheia de coisas, sem saber ao certo o que focar na escrita. Nesse sentido, explico a ineficácia de uma generalização ou tentativa de abarcar uma totalidade na análise do bairro, das trocas na prostituição e das vivências de travestis ali realizadas. Marilyn Strathern, ao explorar o efeito etnográfico, afirma que a escrita etnográfica cria um segundo campo, que deve fazer sentido para outro público, mas mantendo uma “*recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo*”(2014, p.346). Dessa relação complexa entre estes dois campos, a/o etnógrafa/o não sabe de antemão o que vai ser significativo e

também não pode abarcar todos os elementos, de forma que Strathern define o trabalho antropológico permeado por uma espécie de premonição da perda.

Sendo assim, no recorte deste capítulo, foco na hipótese de que o bairro Jardim Itatinga e as experiências de travestis na prostituição possuem uma relação inextricável e não há como analisá-los como duas esferas separadas ou como se uma fosse somente o plano de fundo analítico da outra. Seguindo a atenção de Michel Agier para construções identitárias, de como as pessoas fazem a cidade, “*não é a identidade num sentido substancial, abstrato, mas sim em seu sentido situacional: com que tipo de lugar, de situação, de configuração, em dado momento, eu me identifico.*” (2011, p. 52).

Nesse sentido, as vivências enquanto travestis e profissionais do sexo são analisadas aqui, a partir especificamente do bairro Jardim Itatinga e da atuação da organização política da Associação Mulheres Guerreiras, trazida na descrição inicial. Contudo, pela movimentação das interlocutoras e pelas suas falas, fica latente que tais vivências não são somente enquanto travestis e profissionais do sexo, ou melhor, que nem sempre são assim categorizáveis. Do primeiro capítulo, foram se delineando as experiências identitárias que perpassam e extrapolam a noção de travesti e neste capítulo, o mesmo movimento perfaz a noção do bairro e da prática da prostituição, abordando vivências que remetem (mas não só) ao trabalho na prostituição. Se anteriormente propunha acompanhar a fluidez das construções identitárias nas vivências de gênero e sexualidade, nesse momento pretendo abordar a fluidez nas trocas econômico-sexuais-afetivas engendradas na prática da prostituição.

Para tal, será melhor detalhada a especificidade do bairro Jardim Itatinga, que vai aparecendo como sinônimo para prostituição. Portanto, percorro um argumento circular: partindo dos elementos da descrição inicial, trago a configuração característica do bairro, atentando para como possibilita determinadas vivências de travestis na prostituição; ao mesmo tempo, evidencio algumas experiências de travestis nas ruas e nas casas de prostituição do bairro, pois estas conformam a especificidade do Jardim Itatinga. Trata-se de um bairro periférico com uma relativa autonomia, no qual as trocas e negociações de programas podem ser mais livremente realizadas nas ruas do bairro, por meio da concentração de inúmeras casas de prostituição. Para melhor esboçar esta característica, trabalho detidamente com a noção de heterotopia de Michel Foucault. Por fim, através do caso de violência policial ocorrido no Jardim Itatinga, frequente em contextos de prostituição, e da sucessiva atuação das corajosas do bairro contra esta,

tangencio a discussão acerca da prostituição enquanto trabalho sexual, tendo como horizonte uma crescente produção sócio-antropológica.

### ***Heterotopia***

A localização do bairro, entrecortado por grandes rodovias e distante do centro da cidade de Campinas, caracteriza-o tanto com um limite geográfico relativamente demarcado, quanto como periférico. Somam-se a isso, as descrições das calçadas, nem sempre asfaltadas e dos galpões de grandes extensões. Especificamente pela centralidade da prostituição para o Jardim Itatinga, os motéis de grande extensão também contribuem para esta caracterização dos espaços mais amplos do bairro, além de próximo de rodovias. Penso sobretudo em oposição a pequenos hotéis/motéis de centros de cidades, frequentemente usados para programas, que costumam ser visíveis por uma escada e um letreiro luminoso, mais do que por esbanjar espaço.

Contudo, considerar o Jardim Itatinga como bairro periférico não necessariamente implica que haja uma vivência de periferia por parte de suas/seus moradoras/es e trabalhadoras/es. Como já foi sinalizado no primeiro capítulo, é justamente através da prática da prostituição ali realizada, que as travestis conseguem juntar dinheiro para suas transformações corporais e/ou para suas aspirações a bens e viagens. No caso relatado, Márcia com o dinheiro que ganha na prostituição, conseguiu comprar em dois anos um carro 0km, no valor de cerca de 60 mil reais e com ele, leva seu cachorro de estimação ao Pet Shop. Márcia também já foi *européia* (TEIXEIRA, 2008), tendo vivido alguns anos em Portugal, o que lhe confere determinado prestígio e respeito, tanto entre as outras travestis que circulam pelo bairro, quanto pelos clientes. Dessa forma, o preço médio dos programas que ela realiza é de cerca de R\$50, mesmo valor que ela pagou no shampoo para seu cachorro de estimação.

No Jardim Itatinga, os variados estabelecimentos do bairro variam em arranjos, podendo apresentar banners ilustrativos, cobrar a entrada para shows, somente locar quartos para programas, abrigar as profissionais como moradoras ou ainda oferecer um espaço de socialização, com venda de bebidas. Por conta dessa variação, a centralidade da prostituição no bairro Jardim Itatinga torna-o referência/centralidade no que concerne essa prática. Isto também fica explícito nos discursos das travestis que buscam moradia no pensionato de Bianca, vindas de vários locais do país – por exemplo, somente das citadas nessa descrição inicial, com relação aos Estados de nascimento: Márcia e Cintia

são de Goiás, Bianca de Tocantins, Miriam de São Paulo, Jéssica do Maranhão, Lígia do Rio de Janeiro e Silvia de Mato Grosso. Em seus relatos, muitas afirmam nem sequer conhecer o restante da cidade de Campinas, frequentando somente o Jardim Itatinga por temporadas com objetivo de juntar dinheiro com os programas.

Assim como pontua Heitor Frúgoli Jr., interessa pensar o desenvolvimento de metrópoles a partir de centralidades, na medida em que ativam uma configuração multipolar:

a realidade metropolitana é hoje marcada por centros ou pólos em competição, cuja força de cada um – seja o antigo centro, sejam os subcentros posteriores – difere a partir do dinamismo econômico, do conjunto de empresas que abarcam, das políticas do poder público quanto ao desenvolvimento metropolitano e dos grupos sociais que, com diferentes intuitos, situam-se nessas áreas. (2001, p.52)

Nesse sentido, o pólo do bairro Jardim Itatinga, possui um dinamismo econômico, que impulsiona todas as outras atividades do bairro, como o exemplo da manicure, do novo salão de cabelereiros, do ponto de taxi e de outros comerciantes ambulantes que percorrem as ruas do bairro. Além destas atividades, a centralidade das casas, dos banners chamativos que indicam que são casas de prostituição que funcionam no bairro, apontam para uma relativa autonomia deste, em relação a outras localidades, sendo frequente que quem vai ao bairro pela primeira vez se espante com uma certa liberalidade e quantidade da prática.

Dessa relativa autonomia do bairro, o conceito de heterotopia esboçado por Michel Foucault, se apresenta como uma profícua ferramenta analítica para pensar o bairro com sua especificidade, mas também em relação com outros lugares e códigos. A noção de heterotopia é fruto de uma conferência realizada em 1967 no âmbito do *Círculo de Estudos Arquiteturais* de Paris, no qual discutia-se a renovação e reunificação da cidade de Berlim (FOUCAULT: 2013a, p.33). Nesse contexto, Foucault profere “*Des espaces autres*”, que será autorizado para publicação em um curto texto somente em 1984, pouco antes de seu falecimento. Desde então, há inúmeras versões de tradução, mas centralmente estas reverberam a proposta do autor de proceder a uma heterotopologia, ou seja, uma análise, uma descrição sistemática “(d)esses espaços diferentes, esses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos.” (FOUCAULT, 2013b, p.116).

Segundo Foucault, não estamos em um vácuo onde alocamos indivíduos e coisas, mas vivemos no meio de uma série de relações que delineiam lugares e nenhum desses é redutível ou sobrepujado por outro. Seu interesse recai na exploração daqueles lugares que estão em relação com outros, mas que suspendem, neutralizam, invertem e contradizem o conjunto das relações destes (Ibid, p.115). Nesta classificação estariam: as utopias, que não correspondem a nenhuma localização real, e as heterotopias, descritas em contraste às primeiras, correspondendo a lugares que existem e são formados pela sociedade. Heterotopias seriam então *contra-lugares*, pois ao mesmo tempo que são localizáveis, nelas se encontram representados, contestados ou invertidos outros lugares existentes.

Ao longo de todo o texto, há muitos exemplos para ilustrar os argumentos e como exemplificação de uma experiência mista, entre utopia e heterotopia, Foucault cita um espelho. Este representaria tanto utopia, pois traz um reflexo, uma imagem de algo que não está lá onde se vê; ao mesmo tempo que é também uma heterotopia, porque há uma existência do espelho que torna possível o espaço que está nele refletido, sendo que também esta existência conecta o reflexo com o restante dos espaços, tornando-o real. (Ibid, p.115).

Partindo então da descrição de aspectos do bairro Jardim Itatinga, pretendo pensá-lo como uma heterotopia e seguindo o convite acerca de realizar uma heterotopologia, percorro os seis princípios que Foucault delineia junto a um esforço analítico de descrição do bairro. A construção desta descrição é ao mesmo tempo a exploração e delimitação da prática de prostituição que é realizada no bairro, uma vez que desde sua configuração histórica, o Jardim Itatinga é considerado e buscado para tal.

Como **primeiro** e **segundo** princípios, Foucault aponta para capacidade de criação de heterotopias, sendo que todas as culturas as elaborariam, de formas variadas e com um funcionamento preciso e determinado. Os tipos variariam entre: heterotopias de crise e heterotopias de desvio, que o autor considera mais frequentes *hoje*. As de crise seriam lugares privilegiados, sagrados ou proibidos, para indivíduos em estado de crise e seriam típicos das *sociedades ditas 'primitivas'*, embora o autor também traga exemplos considerados atuais, como o serviço militar para rapazes e a noite de núpcias

para uma mulher recém-casada<sup>33</sup>. Estas de crise, estariam sendo substituídas pelas heterotopias de desvio - como casas de repouso, clínicas psiquiátricas e prisões – nas quais seriam alocados indivíduos com comportamento considerado desviante em relação à norma exigida.

Nesse sentido, o Jardim Itatinga poderia ser considerado uma localidade desse tipo de heterotopia de desvio, por conta da prática da prostituição ter sido considerada desviante. Foi desta consideração, que se deu a consolidação histórica do Jardim Itatinga, bairro periférico, consolidado a partir de um articulado projeto do poder público de Campinas, que visava confinar a prostituição fora dos limites da cidade. A noção de desvio, revelada na criação do bairro, permeia comentários preconceituosos que ainda ouço com relação ao Jardim Itatinga e às pessoas que nele moram e trabalham.

Regina Mazzariol realizou um trabalho histórico-etnográfico que percorre a criação do Jardim Itatinga. “*Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*” traz uma riqueza de dados sobre este processo que ocorreu no período de 1966 a 1968. A autora demonstra como a articulação entre polícia, imprensa e justiça possibilitaram o confinamento da prostituição no bairro. Havia pontos de prostituição - entendidos como lugares que possibilitam o encontro que objetiva a realização de um programa -, espalhados por toda a cidade de Campinas.

Com o crescimento populacional, foi alegado um rearranjo do espaço urbano, forçando a saída da prostituição do perímetro original da cidade. Segundo Mazzariol, a polícia, enquanto instituição autorizada pelo Estado, ficou encarregada de contatar imobiliárias para localizar um loteamento afastado da cidade, com cerca de 30 lotes ainda não vendidos e sem residências fixadas. Uma vez escolhida a região do Jardim Itatinga, a força da polícia foi acionada e por mais que fosse ilegal manter uma casa de prostituição, os policiais se encarregaram de convencer as donas das casas a adquirir os lotes e transferir seus negócios para lá.

O convencimento era incrementado pelo poder judiciário, que diante da recusa à transferência agia com a instauração de inquérito policial por lenocínio. Esta atuação do

---

<sup>33</sup> Neste curto texto, as noções de *cultura*, *sociedades ditas 'primitivas'* e *hoje* não aparecem bem pontuadas e muito da discussão antropológica questiona estes usos. Embora algumas objeções a estes conceitos generalizantes possam ser feitas, a argumentação e conceitualização de heterotopia parece válida para o objetivo proposto nesta dissertação.

poder público serviu a um projeto campineiro denominado emblematicamente de Operação Limpeza, em prol do qual bares e cortiços também foram varridos do centro da cidade. Nesse sentido de estabelecer a alegada *ordem e moral*, cabe salientar que este procedimento se deu nos primeiros anos da ditadura militar no Brasil. Segundo Diana Helene, “*o Estado utilizou o planejamento urbano como suporte burocrático do terror para introjetar a disciplinarização no cotidiano das cidades.*” (HELENE, 2012, p.2)

Em poucos anos o bairro Jardim Itatinga passou a ser ocupado por 70 casas de prostituição (MAZZARIOL, 1976, p.105). Interessa aqui notar como já neste trabalho os termos *dona de casa* e *casa de prostituição* eram adotados. De fato, neste primeiro levantamento empírico e documental, por volta de 1973, a autora não encontra registros de donos. Embora houvesse registros de proprietários de imóveis, central é a figura das donas, pois são elas que atuam no gerenciamento e na relação direta com as prostitutas.

Além dessa configuração histórica, o trabalho contemporâneo de Helene, na área do urbanismo, pontua que “*dados do Centro de Saúde do Jardim Itatinga indicam que trabalham cerca de 2 mil profissionais do sexo no local, distribuídas em cerca de 200 casas de prostituição, de pequeno, médio e grande porte*” (HELENE, 2012, p.6). Como já foi apontado e será melhor descrito no próximo capítulo, variam os arranjos dos estabelecimentos, assim como variam as negociações com as donas de casas de prostituição.

Em virtude desta consolidação histórica e urbanística, em eventos públicos decorrentes da Associação Mulheres Guerreiras, Betania costuma dizer *o bairro foi feito para nós*. Ela aciona este argumento da criação do bairro para se opor ao estigma negativo que recai sobre o Jardim Itatinga. Nesse sentido, há uma equiparação e parece que Itatinga é sinônimo de prostituição, ambos considerados negativamente. Há relatos de muito preconceito, inclusive das vezes que me propus a acessá-lo de ônibus interurbano, na volta, de noite, foram raros os que paravam no ponto do Jardim Itatinga. Somam-se a isso, as reclamações de que serviços de recapeamento das ruas esburacadas demoram meses para se efetivar e que serviços não são entregues, quando o CEP do bairro é revelado para uma entrega. Cabe notar, que existem bairros mais distantes do centro da cidade de Campinas que não passam pelas mesmas situações.

Sugiro então que o preconceito em relação ao bairro tem motivações que devem ser buscadas na articulação de alguns fatores: pelo Jardim Itatinga ser um bairro afastado da cidade, por envolver a prática da prostituição e por abrigar profissionais do

sexo, que inclui travestis, que não são consideradas de luxo. Isto porque há uma gama de serviços sexuais que são considerados mais chiques e discretos, mas que não caracterizam o Jardim Itatinga, com as trocas negociadas parte na rua e parte dentro dos estabelecimentos.

A visão negativa sobre o bairro é também fruto de uma moralidade que desde o que fica explícito no trabalho de Mazzariol, perpassa o imaginário, acerca da (hetero)sexualidade de mulheres e homens. A noção da prostituição como *mal necessário* parece estar fundamentada em princípios tais como: a complementaridade e o necessário binarismo homem- mulher, a compulsão e naturalidade atribuída ao homem na sua satisfação sexual e a (im)pensabilidade de uma mulher de explorar este mesmo aspecto de sua sexualidade.

Monique Wittig, ao elaborar sobre *The Straight Mind* (1992), explicita o poder dos discursos e especificamente do discurso da heterossexualidade, afirmando que o problema está nas consequências tirânicas de não se poder pensar para além dele, resultando em violências nas mentes e corpos (p.53). A heterossexualidade então, aparece como norma e natural, “*uma relação cuja característica está intrínseca na cultura, assim como na natureza, que é a relação heterossexual. Eu a chamarei de relação obrigatória entre ‘homem’ e ‘mulher’*”. (Tradução livre, p.54)

Quanto a esta obrigatoriedade do par homem-mulher, cito somente dois episódios ocorridos no Jardim Itatinga que foram marcantes nesse sentido. Na segunda vez que fui ao bairro, sem conhecer ninguém de lá, eu estava ainda muito nervosa, mas decidida a negociar um programa, para saber como funcionavam a negociação e os valores. Estando de carro com uma amiga e seu amigo, decidi perguntar a uma mulher quanto ela faria o programa comigo, para depois perguntar quanto seria com o homem que nos acompanhava. Para minha surpresa, ela corou e timidamente balbuciou *olha, eu não faço isso, mas se quiserem entrar, tem umas meninas, sei que tem umas que lá dentro fazem*. Dessa forma, vendo sua vergonha, maior que a minha, também fiquei pensando nas moralidades e preferências desta mulher, que mesmo estando ali disposta a trabalhar, podia manejar não fazer programas com outras mulheres.

Já na outra cena, também ocorrida de noite, só que mais de um ano depois desta primeira, eu estava preparada para negociar a entrada em uma casa, das raras do bairro que são fechadas e só se entra com carro, após negociação com os laçadores. Fui com uma amiga e desde o começo, os laçadores nos trataram de forma cordial, gesticulando

e oferecendo que entrássemos com o carro na casa. Mas ao perguntarmos quanto cobravam, disseram que para homens seria R\$10, ganhando uma cerveja, mas para nós, *podia fazer R\$30*, ganhando também uma cerveja. Ao indagar porque a diferença do preço, a obviedade no tom da resposta: *porque vocês são mulheres*.

Contudo, se há essa dimensão da heterossexualidade que molda algumas relações no bairro, há também variantes. Dentre as travestis, comentam que quase não há mulheres que buscam programas, mas Fafá conta que quando aparecem, costuma ser por vontade de seus maridos, e em seu caso, ela não se importa de fazer o programa com o casal – embora faça uma careta ao pensar na possibilidade de fazer programa só com uma mulher<sup>34</sup>.

Quanto ao **segundo princípio** elaborado por Foucault, intimamente conectado com o primeiro, alega que cada heterotopia possui uma precisa e determinada função na sociedade. Nesse sentido, a leitura que negativiza e ao mesmo tempo funda a prática da prostituição liga-se com a noção de manter afastada a prática da prostituição das famílias. A própria ideia de *mal necessário* implica no paradoxo de considerar a prostituição como um mal, mas cuja existência deve ser garantida e manejada, pois é fundamental para produção e reprodução da sociedade<sup>35</sup>.

A seguir, trago dois relatos de jornal com discursos semelhantes, que foram acionados em prol do afastamento de prostitutas mulheres e travestis do mesmo espaço físico que *famílias*:

"A POLÍCIA E OS COSTUMES  
Há alguns dias - e não pela primeira vez - abordamos aqui nessa coluna, o problema do "trottoir"... A avenida permanece proibida para o trânsito de famílias, senhoras e senhoritas. Algumas (ou dezenas) de decaídas lá se postam, ao longo da noite, como se estivessem desfilando em uma passarela. Em consequência, os cavalheiros à cata de aventuras às vezes confundem senhoras e senhoritas, com as prostitutas e dirigem-lhes então gracejos os mais atrevidos... Por essa razão, não se entende como possa a polícia campineira ficar indiferente a esse estado de coisas." (grifo meu) (Diário do Povo, Campinas, terça-feira, 9 de maio de 1972, pág. 24).

(MAZZARIOL, 1976, p.16)

<sup>34</sup> Há uma grande discussão quanto à heterossexualidade das travestis e dos clientes que as buscam, como traz com atenção Larissa Pelúcio, ao analisar os T-lovers (2009). Contudo, muitas vezes ouvia delas que quanto a sexualidade, consideravam-se *gays mesmo*. Luana uma vez foi categórica ao dizer: *sou gay ué, gay é mais geral, já dá pra entender e depois vem que sou travesti*.

<sup>35</sup> No capítulo 3, será melhor comentada a situação legal da prostituição, que também contribui para esse paradoxo, criminalizando as casas de prostituição, mas não profissionais do sexo.

Este primeiro, publicado no Diário do Povo de Campinas em 1972, exemplifica a indignação de uma moradora diante do trottoir de prostitutas no centro da cidade de Campinas, no contexto da consolidação do bairro Jardim Itatinga. A separação entre *famílias, senhoras e senhoritas* da mulher prostituta é tão latente que se afirma que seu trânsito estaria *proibido* na presença destas últimas. Não resta dúvidas da desqualificação moral: as prostitutas são denominadas como *decaídas*. Nesta reclamação aparece também uma condescendência e naturalização dos *cavalheiros à caça de aventuras*, uma vez que não são eles que constituem ameaça às famílias, mas o problema é a confusão que fariam ao confundir prostitutas com senhoritas. Ou melhor, o problema são as prostitutas *desfilando* e não (ou não também) os cavalheiros. Claramente pedindo uma intervenção policial para resolução desse problema, o relato evidencia uma moralidade ainda bastante presente<sup>36</sup>.



(SANTOS, 2008, p. 26)

Já esta segunda reclamação, é de abril de 2004 e foi publicada no jornal Interbairros, com relação à presença de travestis profissionais do sexo em um valorizado

<sup>36</sup> Esta moralidade que perpetua a separação entre mulheres de família e mulheres prostitutas, liga-se com uma ideia de degeneração por parte das mulheres que trocariam serviços sexuais por retribuições financeiras. Um exemplo disto encontra-se no PL377/2011 – que tipifica o crime de contratação de serviço sexual. Proposto pelo Deputado Federal, Pastor Evangélico e Delegado de Polícia João Campos do PSDB/GO, a justificativa alegada neste projeto centra-se na ideia da prostituição como contrária à “integridade sexual”. <http://www.joaocampos.com.br/pl-3772011/>.

bairro da cidade de Campinas. Esse período foi marcado pelo movimento de moradoras/es do tradicional bairro Bosque, que promoveram uma série de rechaços contra a presença de travestis. Estas foram consideradas uma ameaça às *famílias* do bairro e este embate aparece cuidadosamente relatado na dissertação de Paulo Reis dos Santos (2008). Assim como sugere Hélio Silva, há uma “potencialidade corrosiva na simples *presença*” (2003, grifos do autor - p.57) das travestis nas ruas, que inclusive são referidas no masculino neste relato do jornal.

O intuito da notícia era *alertar* para o fato de que *este é um bairro onde moram famílias com crianças e não local para prática libidinosa que se vê atualmente*. Contudo, nesta notícia aparece uma dimensão nova, em relação à anterior publicação de jornal. Há uma crítica direta aos *frequentadores ou chamados clientes*, referidos também como *fregueses*, marcadamente entre aspas, que tornam-se inclusive alvo de ameaça. Por serem pessoas de *alta cúpula*, suas fotos poderão ser divulgadas na internet, causando assim vergonha. Essa mudança de alvo da crítica, pode ser explicada pelo fato de que são travestis que se prostituem. Ainda pensando em padrões idealizados de sexualidade, parece legítimo que homens busquem o que consideram mulheres para prostituição, mas não travestis. Como se ao buscá-las sua masculinidade fosse afetada e a prática que é considerada corrosiva (também ou mais para) travestis, contaminasse também os homens que as procuram; além, é claro, de afetar as famílias e crianças.

De qualquer forma, trazer estes dois relatos tem o objetivo de mostrar como a prática da prostituição é considerada incompatível, mas não algo a ser completamente eliminada. Aparece incompatível com os bairros e pessoas em questão, todas alocadas e protegidas sob a identidade de *famílias*, mas de alguma forma fica autorizada a prática da prostituição, contanto que seja separada dessas famílias. Embora com uma diferença de cerca de 30 anos, o discurso em prol da família é acionado e colocado como pólo oposto e excludente da vivência de prostitutas mulheres e travestis, indicando ideais normativos acerca do comportamento (hetero)sexual de homens e mulheres e só estes enquanto pares necessariamente complementares. Ademais, as duas notícias publicadas em jornais de Campinas, tiveram consequências que levaram e reforçaram a prática da prostituição no bairro Jardim Itatinga, por parte de mulheres e de travestis.

O **terceiro** aspecto de uma heterotopia é a possibilidade de justapor em um mesmo lugar real, espaços que por si só seriam contrastantes. Exemplos como um palco

de teatro e uma tela de cinema são acionados por Foucault, pois ilustram a possibilidade de condensar múltiplos e incompatíveis espaços. Com relação com o que foi dito anteriormente, da separação família-prostituição, pode-se pensar nos exemplos das placas com os escritos “residência familiar” do Jardim Itatinga. Assim, são reunidas no bairro, mas marcam uma diferença, de que são casas onde residem famílias e não são locais onde se realizam programas, como é o caso da maioria das outras construções do bairro.

Será melhor recuperada no último capítulo desta dissertação, mas a noção êmica de *casa* para um local onde se realiza um programa da prostituição parece ser um elemento interessante para reunir a noção de família e prostituição. Nos casos nos quais as prostitutas também moram nessas mesmas casas onde fazem programa, sobretudo por parte de travestis, parece fazer ainda mais sentido.

Nesse sentido, Betania se vangloria de sua profissão e afirma que foi esta que a permitiu criar suas três filhas, sendo que a mais velha, está orgulhosamente formada em uma universidade particular. Com frequência, ouvi argumentos que indicavam a prostituição como uma forma para mulheres de obter renda e sustentar seus filhos. Uma vez conheci no ponto de ônibus, Renata, que vinha duas vezes por semana para o bairro, enquanto deixava seu filho com sua mãe em São Paulo. Jovem negra, me contou de um marido francês que teve por anos e disse que *até* gostava dele, mas que era uma situação cômoda, vendo-o somente duas vezes ao ano. Com horário das 8 às 18h, ela se organizava para se deslocar e ir trabalhar no Jardim Itatinga, dizendo que preferia não morar lá, pois ficar sempre no bairro era prejudicial e acomodante, pelo dinheiro ganho, de forma que muitas de suas amigas nem pensavam em *sair*. Conheci também Lurdes que após ter se divorciado do marido, já com seus quase quarenta anos, encontrou na prostituição uma forma de sustento. Na mesma faixa etária, Mirtes me contou que era casada e seu marido não deixava-a trabalhar fora. Com seu falecimento, ela se viu diante de filhos para criar e *sem saber fazer nada*, começou assim a trabalhar no Jardim Itatinga.

No caso das poucas mulheres que pude conhecer no Jardim Itatinga, esta relação com a família, especificamente (com o fim do) casamento com homens, parecia ser um motivador do início na prostituição. Assim como são comuns casos nos quais ao se casar, elas deixam de realizar programas ou reduzem a frequência – como ocorreu com Luana, que deixou de morar no bairro, para casar e morar no apartamento de seu atual

marido. Mais do que excludentes, arranjos matrimoniais e trabalho na prostituição constituem um continuum, sobretudo considerando quando as parcerias afetivo-sexuais são também donas ou donos de casas de prostituição.

Dessa forma, no Jardim Itatinga a justaposição de arranjos familiares, matrimoniais e arranjos de trocas na prostituição se combinam, de forma a questionar esta separação, aproximando os pólos do construído binarismo “santa X puta”. Embora estes casos contribuam para dissolver a separação estanque entre família e prostituição, paradoxalmente, esta separação aparece reunida no bairro, por conta das placas que alertam para “residência familiar”<sup>37</sup>.

Outro exemplo de coexistência de valores constrantes no mesmo lugar, que apontaria para o Jardim Itatinga como heterotopia, pode ser expresso pelos espaços do CEPROMM. Esse Centro é uma ONG criada em 1993, ligada à Pastoral da Mulher Marginalizada, que possui sede no bairro e que tem uma perspectiva de salvação das profissionais do sexo<sup>38</sup>. Algumas freiras e muitas mulheres que julgam a prostituição como contrastante com seus princípios, trabalham então no bairro, com esse objetivo de ajudar. A existência e atuação desta instituição no bairro é curiosa, pois com o intuito de *salvar as pessoas em situação de prostituição*, acaba proporcionando eventos que dinamizam as vidas das pessoas nesta prática; estes eventos são apropriados pelas profissionais do sexo do bairro, que se aproximam do espaço, mas não dos objetivos do CEPROMM.

Quanto a isto, faço um rápido parêntese, pensando sobretudo em dois eventos artísticos que ocorreram no bairro e negociaram com o CEPROMM o espaço para sua realização – a peça de teatro *Duty Free*<sup>39</sup> e a performance *Entre Saltos*<sup>40</sup>. Não me deterei aqui nas análises destes eventos, dos quais também participei, mas indico que havia intenções distintas em jogo, entre as propostas das/dos artistas, das/dos trabalhadoras/es

---

<sup>37</sup> Ficará mais latente adiante, mas cabe ressaltar que a noção de puta, com toda essa carga negativa e distante da noção de família pode e é muitas vezes reproduzida mesmo pelas que realizam programas. Lembro-me sobretudo de uma mulher que contava que em seu trabalho no Jardim Itatinga, 90% dos homens que recebia eram casados, mas que fora dali, ela não se relacionava com casados. Nesta fala, transparecia de alguma forma a recriminação moral do comportamento sexual de algumas mulheres que se envolveriam com homens casados. E por que a recriminação não recai sobre estes homens casados?

<sup>38</sup> Parte da visão desta instituição consiste em “ser um centro de excelência e referência de prevenção à prostituição e combate a violência, ao abuso e à exploração sexual”. Ver mais em: <http://www.cepromm.com.br/quem-somos/>. Para uma análise detalhada dos discursos e da atuação da Pastoral da Mulher Marginalizada junto às prostitutas ver (SKACKAUSKAS, 2014).

<sup>39</sup>

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.488685374596124.1073741829.477475782383750&type=3>

<sup>40</sup> <http://www.coletivopi.com/p/entre-saltos.html>.

do CEPROMM e das travestis que participaram destes eventos. Ela pode ser ilustrada por esta segunda, Entre Saltos, que foi realizada pelas ruas do bairro (cujas fotos constam no **Anexo 1**). A proposta das artistas desta performance era percorrer as ruas do bairro, com um salto no pé e outro na mão, sendo que ao final, os pares de sapatos seriam jogados de cima do viaduto e ficariam ali pendurados, como resultado da intervenção artística no espaço urbano. A performance foi realizada e resultou em um vídeo, que foi posteriormente apresentado no espaço do CEPROMM, sendo bastante elogiado pelas suas trabalhadoras, alegando que era finalmente um retorno para o bairro. Por outro lado, as travestis, comentaram desde antes da performance ocorrer, que os sapatos pendurados no viaduto desapareceriam rapidamente, porque *as bicha vão tudo pegar ou vender*. Afinal, no dia seguinte, os sapatos não estavam mesmo mais ali, mas ninguém soube me dizer como teriam saído.

Complementar a esta resignificação por parte das corajosas do bairro, Betania Santos é uma figura importante e por isso mantenho seu nome, em reconhecimento e admiração pela sua militância pública. Sua trajetória é interessante, tendo começado seus estudos por conta desta Pastoral e brincando com o jogo de palavras, diz que é *filha da Pastoral*. De início, fazia trabalhos alinhados com a ideia de *tirar as mulheres em situação de prostituição*. Mas continuando a realizar programas e alegando que possui *mestrado e doutorado em putaria*, Betania é hoje uma fundamental impulsionadora da Associação Mulheres Guerreiras. Seus anseios são diferentes: enquanto o CEPROMM pretende combater a prostituição – equiparada com exploração sexual; Betania reivindica melhores condições para realização de seu trabalho - por exemplo, pela diminuição da burocracia na retirada de preservativos, pela distribuição efetiva de lubrificantes e pela facilitação do coquetel, caso estourem camisinhas. Serviços que são parcialmente efetivados no Posto de Saúde que funciona no bairro e é uma das conquistas da Associação. Quanto a estes objetivos diferentes, Laura Agustín afirma que o impulso de quem quer ajudar, pode ser controlador e incompatível com os desejos de quem migra e/ou se dedica ao trabalho sexual (2005, p.121)

O **quarto** princípio esboçado por Foucault assegura que as heterotopias também estariam em relação com *recortes do tempo*, chamados de *heterocronias*, como se um espaço heterótopo também apresentasse uma passagem do tempo mais característica, numa articulação complexa entre espaço e tempo. Bibliotecas e museus seriam exemplos, por refletirem uma acumulação de tempo em um mesmo espaço, ao passo

que festas também são citadas, de forma oposta, nas quais em um curto período de tempo haveria acúmulo de lugares.

Diante deste aspecto com relação a um tempo particular, Foucault cita também casas de prostituição. Esse exemplo se encontra na versão traduzida pela Editora n-1, referido a “casas de tolerância” enquanto heterotopias, uma vez que o horário de início de trabalho seria às seis horas da tarde (2013a, p. 26), contrastando com a lógica do usual *horário comercial*.

O Jardim Itatinga, enquanto uma condensação de casas de prostituição, pode muito bem ser pensado com uma passagem do tempo característica, já que seu movimento funciona 24 horas, com alternância de profissionais do sexo e clientela. O movimento intenso mesmo durante o dia, aponta para uma especificidade da passagem do tempo no bairro. De dia e de tarde, os clientes costumam ir de forma mais pontual, com pouco tempo e a intenção da realização de um programa. Não raro, enquanto eu ficava conversando com as meninas do pensionato de Bianca, uma ou outra logo negociava com um carro e rapidamente voltava, depois de um programa encerrado em 20 minutos.

Desde a primeira vez que fui ao bairro, fiquei impressionada com a quantidade de carros de empresas, daqueles com escadas em cima, que entregam e realizam serviços, como observo que continuam frequentes pelas ruas do bairro no período de manhã e tarde. Além de carros de manutenção de serviços, caminhões, motos e homens quase sempre sozinhos. É comum ouvir que elas preferem fazer programas de tarde, pois são mais garantidos, mas nem todas, sobretudo as travestis, se sentem à vontade para circular durante o dia – embora o bairro garanta mais segurança que outros pontos de rua. Isto porque é recorrente em etnografias junto a travestis apontar para sua circulação noturna, por receio de violências recorrentes à luz do dia – tal como o título de Larissa Pelúcio “*Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti* (2005a). Esta vivência da e na noite é tão marcante que o trabalho de Hélio Silva o reproduz na organização de seu livro (2003), trazendo primeiro as cenas de tarde, depois de noite e só por fim, durante o dia, apontando para especificidade das vivências travestis na prostituição.

A noite do Jardim Itatinga, ao contrário do dia, é mais atrativa para grupos de jovens, para beber, flertar, ouvir música e não necessariamente realizar um programa. De qualquer forma, independente de período de férias e feriado o Jardim Itatinga não

tem seu movimento muito alterado, sendo sempre bastante buscado para realização de programas. Em um dia de frio e chuva, perguntei a uma comerciante de um bar se o movimento caía por isso, mas ela categoricamente afirmou que não mudava nada. Segundo ela, a variação do movimento tem a ver com final de semana, sempre mais cheio, e sobretudo com o dia de pagamento. Isto aponta para uma determinada clientela de trabalhadores assalariados - embora carros luxuosos de clientes também transitem pelo bairro – que conforma uma lógica não tão específica de funcionamento do bairro. Uma vez que trabalhadores assalariados que recebem no começo do mês compõem a maioria dos cargos, que o bairro fique mais frequentado quando recebem salário aproxima a passagem do tempo no bairro com as lógicas de fora dele.

Outro exemplo dessa conexão com o tempo *fora* do bairro pode ser lida pela fraca movimentação durante os jogos do Brasil desta Copa do Mundo de 2014. Durante o jogo que assisti com as meninas do pensionato de Bianca, quase não passaram veículos e ao perguntar para Fafá se ela já havia visto o bairro tão deserto, ela alegou que isso só havia ocorrido no final de semana de violência policial. Somente o jogo de estreia da Copa foi considerado um sucesso pelas profissionais do sexo, comentando que *tinha até fila na porta*. Mas os seguintes, como o jogo que assisti lá (23/06/2014), ficaram somente como promessa de muitos clientes. Algumas alegaram que iriam para São Paulo, em busca de alguns programas, já que Campinas não estava atraindo estrangeiros.

Toda a movimentação anterior e durante os jogos da Copa do Mundo não parecia distoar do restante dos lugares, havendo uma proliferação de venda de camisetas da seleção e itens com as cores verde e amarelo. Durante o jogo que assisti no bairro, quase todas do pensionato estavam reunidas em um boteco, “postando” uma infinidade de fotos tiradas ao longo dos minutos do jogo. Ficamos reunidas diante de uma tv de tela média e imagem chuviscada, participando de um bolão (do qual não acertei o resultado da vitória de 4x1 da seleção brasileira sobre Camarões). Enquanto uma ou outra ficava meio à espera de clientes, dos raros carros que passaram durante o jogo, nenhum parou. Houve quem me dissesse que haveria clientes em busca de companhia para assistir aos jogos, o que não parece incomum pelos relatos de que além do prazer encontrado nas mais diversas formas de fetiche, muitos homens procuram um programa, querendo simplesmente companhia e nesse sentido as profissionais atribuem a si mesmas a função de *psicólogas do amor* (SOUSA, 1998, p. 118 – 119).

Neste dia do jogo, divertimo-nos com uma corneta de plástico e com comemorações históricas, gritos e pulinhos a cada gol. Nachiely, envolta de maneira sexy e casual somente em uma bandeira do Brasil, vinha me perguntar quem tinha feito o gol para daí sim começar a comemorar, abraçando e dando pulinhos com as demais.

Em sua apresentação nas ruas do bairro, muitas aderiram a algum item – sandália, blusa, calcinha, corneta – agenciando seu capital corporal na negociação do programa. Contudo, o movimento não aumentou, *foi uó*, assim como me relataram e toda a Copa transcorreu com movimento fraco de clientes, contrariando todas as promessas de alto rendimento e contato com estrangeiros neste período.

Quanto ao **quinto** princípio das heterotopias, Foucault afirma que apresentam um sistema de abertura e fechamento, tornando-se lugares igualmente isolados e penetráveis. Um exemplo trazido pelo autor é o de um quarto de motel, no qual pode-se entrar de carro com a amante, realizando um sexo considerado ilícito, mas de forma garantida e consentida (2013b, p.120). Em outra versão de tradução, há explicitamente o exemplo de uma *casa de tolerância*, pois justamente enseja o paradoxo de ser um local onde *fervor se emana* e um sexo igualmente considerado ilícito pode se concretizar (2013a, p.28).

Esta característica de uma certa liberalidade característica de um determinado espaço, pode ser pensada no Jardim Itatinga através da proliferação de estabelecimentos visivelmente destinados à prostituição, uma vez que ainda constam criminalizados perante a legislação brasileira. De fato, a expressão unânime de todas as pessoas que passam pelo bairro pela primeira vez é de espanto, perante a *normalidade* com a qual as mulheres e travestis ficam nas calçadas em seu trato com clientes. A enorme quantidade, variabilidade e visibilidade dos estabelecimentos também proporciona esse aspecto de uma realidade apartada do restante. A regra no bairro é a prática da prostituição e isto é tão evidente, a ponto das/os moradoras/es sentirem a necessidade de marcar suas portas com “residência familiar”. Do que já foi relatado, essa relativa autonomia para que as trocas sejam aberta e diariamente realizadas nas ruas desse bairro, indicam essa porosidade e especificidade da configuração do Jardim Itatinga.

O **sexto** e último princípio esboçado por Foucault quanto à heterotopia, situa esta como local que se relaciona com o espaço restante, apresentando determinada função. Ou trata-se de uma heterotopia de compensação, que cria um lugar extremamente meticuloso, para apontar como os demais são caóticos, ou pode ser uma heterotopia de

ilusão, que cria um espaço de contestação de outros espaços reais – quanto a este tipo, novamente citam-se *casas de tolerância*.

A ideia de (casas de) tolerância remete à ideia de mal necessário, já argumentada, acerca da prostituição ser estigmatizada. A separação do bairro Jardim Itatinga em relação à cidade de Campinas e a demarcação das “residências familiares” são exemplos disto e apontam para as oposições entre espaço público X privado, família X social. Nesse sentido, Foucault sugere que nossa noção contemporânea de espaço talvez não tenha sido completamente *dessacralizada*:

talvez, nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar, e que a instituição e a prática até agora não ousaram atacar: oposições que admitimos como inteiramente dadas – por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazeres e o espaço de trabalho; todas elas são animadas ainda por uma surda sacralização. (2013b, p.114)

São oposições que ao mesmo tempo apartam e aproximam o bairro do restante de lógicas e códigos. Não só as casas de prostituição, mas todo o bairro Jardim Itatinga apresenta esta relação com o entorno, de relativa autonomia.

Em um dos postos de gasolina que fica nas margens do bairro, reproduzo parte de uma entrevista gravada com um funcionário, que comentou acerca do movimento no bairro e do preconceito visível que por vezes presencia:

L: Quem é que mais vem aqui comprar, que você acha?

F: Ah, todo tipo de gente, não dá pra falar assim: vem um tipo, um público específico.

L: Mas você acha que é mais homem, mais mulher?

F: Mais homem, mais homem. Sem dúvida.

M.I.: Que estaria vindo pro bairro, será?

F: Sim..

M.I.: ou que trabalha por aqui...

F: ó, tem um pessoal das firmas de lá (aponta para a estrada Santos Dumont) que às vezes eles saem e vem pra cá, tem os frentistas também, eles compram direto, tem as *meninas* também do bairro, que sempre tão aqui..

[...] M.I.: Mas as pessoas, assim, que vem aqui né, tem algum preconceito. Tipo, pessoa que vem de fora e passa por aqui..

F: Ah, você fala tipo assim, vem aqui e *as meninas do bairro* aqui, aí entra tipo sei lá, uma mãe com filho.. Tem! Eles tipo assim: atende ela logo pra mim ir embora, pra tipo, ficar só eu. Entendeu? A gente vê, no rosto das pessoas. Entendeu?<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> L. corresponde a mim, M.I. corresponde a Maria Isabel Zanzotti e F. ao funcionário que gentilmente nos cedeu a entrevista.

Ao ser indagado quanto ao número de pessoas desavisadas, como essa *mãe com filho*, que passariam pelo Jardim Itatinga, sem saber da dinâmica do bairro, ele comentou que há bastante gente por causa da rodovia: *tem bastante gente, que é fora do bairro que nem sabe que isso aqui existe e passa aqui. É tipo assim, eles entra assim e as menina ta aqui e eles ficam: Puh! Cara de espanto, sabe?*

Desta entrevista aparece uma forma recorrente de se referir às profissionais do sexo do bairro, enquanto *meninas* – o que mais que idade, pode sugerir uma forma de amenizar o estigma negativo, usado por quem se relaciona de forma carinhosa com as corajosas do bairro. Na fala do funcionário entrevistado também fica marcada a impressão que se tem do bairro e expressões como *fora* e *dentro* são comumente acionadas.

## **Violência policial**

Se por um lado há esta lógica própria do Jardim Itatinga, também há essa constante relação com o entorno, que ficou mais evidente para mim, sobretudo por conta da já mencionada violência policial que ocorreu no bairro em outubro de 2013<sup>42</sup>. A reunião que ocorria no relato inicial, impulsionada pela Associação Mulheres Guerreiras tinha o objetivo de continuar o diálogo sobre as ações legais tomadas contra este episódio que ocorreu no bairro por um final de semana inteiro. Após a morte de um sargento no bairro vizinho, policiais militares foram ao Jardim Itatinga na sexta-feira de noite e abordaram de forma violenta moradoras/es e trabalhadoras/es, impedindo que circulassem pelas ruas do bairro. Dentre relatos de *cárcere privado* e *toque de recolher*, policiais militares também sitiaram o bairro por três dias, impedindo que serviços fossem entregues no bairro e que clientes acessem a ele<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Para mais informações sobre este ocorrido, ver também TAVARES, 2014 e ZANZOTTI, 2015.

<sup>43</sup> Na época do ocorrido, os policiais abordaram violentamente também outros dois bairros periféricos e próximos de onde ocorreu a morte do sargento - DIC I e Ocupação Joana D'arc – mas a abordagem que durou pelo final de semana inteiro ocorreu somente no Jardim Itatinga. A Câmara Municipal de Campinas, ao chamado do vereador Carlão do PT e de Paulo Mariante (PT) do Conselho de Direitos Humanos de Campinas, reuniu relatos dessa violência policial ocorrida nestes três bairros e levou adiante uma ação no Ministério Público - <http://cartacampinas.com.br/2013/11/vitimas-da-violencia-policial-relatam-casos-na-camara-municipal-de-campinas/>. Foi ter participado desta reunião, ouvindo variados relatos da atuação violenta e preconceituosa dos policiais em todos os níveis – contra prostitutas, travestis, negros, pobres - que ficou clara pra mim uma dimensão do bairro a ser pensada em relação e semelhante a outros bairros, podendo entendê-lo como periférico; bem como ficou latente a necessidade de repensar a articulação de marcadores sociais da diferença.

De acordo com o que já foi descrito, as ruas do bairro figuram como locais importantes para negociação do programa, sobretudo porque os clientes chegam quase que exclusivamente em veículos. A importância econômica das casas e da prostituição realizada em parte nestas e em parte nas ruas do bairro é tamanha, que interromper esta movimentação, foi alegado como modo de fazer com que as pessoas falassem o que sabiam sobre a morte do sargento.

Segundo Márcia:

Márcia: Nunca tinha visto, nunca tinha nem presenciado, de você ser presa dentro de casa, de não deixar você sair e ser agredida verbalmente e até fisicamente. Entraram nos quartos, reviraram tudo. Tinham assassinado um sargento. [...] Não fui agredida porque eu O-BE-DE-CI, né.

L: Qual era a ordem?

Márcia: De entrar pra dentro e não sair pra nada, de não ir pra lugar nenhum, então eu assim.. eu não fui agredida fisicamente, mas verbalmente eu fui, porque eu tava saindo pra comprar coisas no mercado e eles falaram pra mim entrar pra dentro, que se não ia enfiar o cassetete no meu cu, já que é o que eu tava querendo e não sei o que... Então pra mim isso é agressão. Que ia enfiar na minha boca, não só pra mim.

(Entrevista realizada dia 22/04/2014)

Márcia, ao contar da ameaça do cassetete no seu cu, não só pra ela, mas também pras outras do pensionato de Bianca, demonstra que a abordagem policial com travestis pode ser ainda mais carregada de preconceitos. Na continuação da entrevista, ela revela uma noção aguçada do (des)serviço policial, quando trata-se de travestis na prostituição de ruas:

L: E o que você acha da polícia?

Márcia: Acho eles uns idiotas, uns fdp, (“uns verme, aloka!” – acrescenta Luana ao lado) Assim, sabe o que que eu acho ruim? Que a gente tem medo de pessoas que tão ali na sociedade pra poder proteger a gente. Então eu vou ter medo de uma pessoa, eu tenho medo da lei.. não da lei, mas das pessoas que servem à lei. Eu não, a gente tem...

(Entrevista realizada dia 22/04/2014)

Luana, que também estava presente durante o ocorrido, contou que o bairro ficou sombrio, só com a circulação de policiais e as luzes dos postes, referindo-se à ausência do rotineiro movimento de carros de clientes, que iluminam e enchem as ruas. Dentre os resultados da violenta abordagem policial, ocorreram ofensas verbais, xingamentos contra um casal de lésbicas que gerencia um bar, quebra dos braços de uma prostituta estrangeira e um tiro disparado. O *toque de recolher* configurou uma

situação de *cárcere privado*, bem como foi relatado por uma moradora, que alegou não poder nem sair nas ruas, ao som dos policiais dizendo que enquanto não achassem o culpado, *ninguém poderia trabalhar*.

Isto se refere à enorme quantidade de comércios variados que coexistem no bairro e segundo esta moradora *isso aqui é uma pirâmide, um depende do outro*. Em seu caso, ela e seu marido possuem barraquinhas que vendem comidas e sua mãe cuida de crianças *das meninas que trabalham* e também lava suas roupas. Reafirmando essa dependência entre as/os moradoras/es do bairro, ela comentou que estas *meninas* teriam ficado também sem comer, uma vez que entregadores não podiam adentrar o bairro e nas ruas onde elas geralmente comem nessas barraquinhas, não se podia ficar. Por este motivo, ela e sua mãe, que moram numa dessas casas com escrito “residência familiar” também participaram da manifestação de uma das rodovias que corta o bairro.

Na segunda-feira, terceiro dia no qual o Jardim Itatinga amanheceria com as pessoas sem poder circular, houve uma importante manifestação das corajosas do bairro, que ocuparam as pistas da Rodovia Santos Dumont, para chamar atenção para situação<sup>44</sup>. Com essa atuação, aos poucos o movimento e as atividades foram retomadas no bairro.

A ideia de *pirâmide* relatada, revela-se na quantidade de serviços que existem no bairro, que funcionam em relação direta com as pessoas e com os estabelecimentos envolvidos com a prostituição. As profissionais do sexo são também consumidoras de comida, oferecidas em estabelecimentos ou em barraquinhas e são também ávidas compradoras de roupa e produtos de beleza. Aparece então, outro lado do negócio que movimenta o bairro: além dos estabelecimentos para realização de programas, há o Posto de Saúde, salões de beleza, postos de gasolina, ponto de taxi, mercados, lojas de roupa, estúdio de tatuagem, consultório de dentista, consultório de psicanalista e ambulantes que prestam diversos serviços - como aqueles que possuem um ponto mais ou menos fixo em uma esquina ou aqueles que percorrem as ruas vendendo algo. Há a venda de produtos tanto para os clientes quanto para as profissionais do bairro, para as quais já presenciei a venda de dvds piratas, roupas, calçados, doces, salgados e produtos de beleza e farmácia.

---

<sup>44</sup> [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2013/10/capa/campinas\\_e\\_rmc/110277-moradores-reclamam-de-truculencia-da-pm-no-itatinga.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/110277-moradores-reclamam-de-truculencia-da-pm-no-itatinga.html). Para uma análise desta inventiva e *loca* forma de fazer política, sugerida por Ochoa (2008), ver Zanzotti 2015.

Estes últimos merecem especial atenção uma vez que no bairro não há uma farmácia e todos os produtos são revendidos a preços absurdamente mais caros. Já constatei carros de marcas de produtos de beleza, com suas revendedoras que paravam na frente de cada casa de prostituição, oferecendo-os para as profissionais do sexo. É a dinâmica de trabalho das profissionais do sexo que faz com que produtos e serviços sejam negociados nas ruas, de porta em porta e talvez isso justifique os preços abusivos. Um maço de cigarros que é normalmente vendido a cerca de R\$ 6,00 é lá revendido a R\$10; ao notar esta diferença, manifestei a Sheyla o espanto, ao que ela olhou com cara de resignada e comprou mesmo assim. Márcia diz saber que os preços dos produtos que compram no bairro, como hidratantes, são muito mais caros, mas alega que é mais prático do que se deslocar para comprá-los.

Outro serviço que presencio frequentemente nas calçadas, em frente às casas de prostituição é o de manicure. Uma vez participei de uma conversa interessante com uma manicure, uma senhora branca, com seus cabelos curtos também brancos e óculos de grau. Ela estava fazendo as unhas de Betania e já sabe o jeito que ela prefere. Ao comentarem sobre valores de seus lucros, Betania comentava sobre sua tentativa de abrir um salão de beleza, mas que fazer uma escova demorava 2 horas e só valia R\$ 40,00, ao passo que um *programinha* de meia hora lhe rendia R\$ 50,00. Reafirmando que enquanto profissional do sexo ganhava muito mais, a manicure também aproveitou para dizer que só trabalha no Jardim Itatinga e isso lhe rende muito dinheiro – sendo que ao levantarem os valores, o da manicure correspondia a metade do lucro da profissional do sexo. Esta senhora, também alegou que por seu trabalho no bairro ela via *cada coisa* que lhe fazia pensar que *homem não presta mesmo* e por isso ela conta não ter se casado.

Outra manicure, Cássia, que apareceu na descrição inicial, costuma fazer as unhas de muitas travestis do pensionato de Bianca. Ela me contou que foi trabalhar no Jardim Itatinga, pois não queria mais ficar com seu marido. A única alternativa era sair da cidade e já em Campinas, apareceu a oportunidade de trabalhar no bairro, o que ela diz ter sido assustador no começo. Há 17 anos Cássia trabalha lá como manicure e vendendo produtos rendados, alegando que hoje gosta muito do bairro e de seu trabalho, até porque há um ano ela conseguiu comprar seu carro. Ela é negra e evangélica, tendo enfatizado que justificou para seu pastor o fato de trabalhar no bairro. Na conversa com ela, aparecia constantemente essa forma de se justificar, jogando com o estigma e

preconceito associados ao bairro, e por fim ela alegou uma culpa por sua filha ter trabalhado lá como profissional do sexo. Cássia se culpava, pois havia largado seu marido, trazendo sua filha para morar com ela, neste contexto. No começo, sem nada, dormiam em um colchão no chão, e aos poucos ela foi juntando dinheiro e agora mora do outro lado da rodovia, no bairro vizinho. Conta que vem a pé para o Jardim Itatinga, arrastando seu carrinho com inúmeros esmaltes, por um caminho com muitas ladeiras. Sua história contada em tom de superação se combinava com uma aceitação das pessoas do bairro, que ela conta serem suas *amigas*, e disse ser agradecida pelo contexto que a fez *entender melhor a profissão da filha*. Enfaticamente contou que sua filha *escolheu* ser profissional do sexo, embora tenha se casado, largando a profissão e o bairro.

**“Às vezes é uó, mas às vezes é bom”**

Ao longo de todo o contato com as corajosas do Jardim Itatinga, esta dimensão da escolha de trabalhar na prostituição estava sempre presente, às vezes de forma mais explícita e organizada, por meio das falas advindas das militantes da Associação e às vezes, de forma mais pontual e solta, como na fala da manicure Cássia. *Às vezes é uó, mas às vezes é bom* foi um comentário feito por Helena em um dia que chovia bastante e ela se retirou da calçada, não mais disponível para fazer programas, mesmo dizendo que a clientela não diminuiria com a chuva. As condições nas quais elas realizam os programas, envolvem muitos aspectos que extrapolam o momento específico deste intercâmbio com clientes.

Resulta fundamental ouvir o que dizem as profissionais do sexo, pois muitas vezes, suas falas vão diretamente contrárias às que falam sobre elas. Nesse sentido, cabe acompanhar a Associação Mulheres Guerreiras, que participou da manifestação na rodovia, após a violência policial, na reivindicação que pudessem voltar a trabalhar. Sua atuação política<sup>45</sup>, se vincula a Rede Brasileira de Prostitutas. Tal Rede iniciou-se em 1987, com o *I Encontro Nacional de Prostitutas*, organizado por Gabriela Leite. Eminentemente urbano (SIMÕES, 2010: 29), deste movimento político começaram a despontar reivindicações acerca do reconhecimento da prática enquanto profissão,

---

<sup>45</sup> O documentário *Mulheres Guerreiras: desbravando estradas da vida - (30 min)* recupera a trajetória de criação desta organização, desde 2007.

denunciando a violência decorrente sobretudo do estigma e da criminalização de seu agenciamento.

Esta movimentação das profissionais do sexo junto a Associação e a Rede é central para discussão aqui trazida e se relaciona com uma vasta gama de trabalhos sócio-antropológicos que partem da noção de prostituição enquanto um trabalho sexual, bem como das profissionais do sexo enquanto ativas e ativistas (para citar alguns, CHAPKIS 1997, BERNSTEIN, 2007, OLIVAR, 2013, BLANCHETTEeSILVA2009). No contexto norte-americano, há a organização COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics) fundada em 1977, que afirmava que diferenciar entre ser paga por uma hora de serviços sexuais ou por uma hora sendo escritã ou atriz é traçar uma distinção que não existe (CHAPKIS 1997, p.70).

É interessante notar que esta produção bibliográfica parte de uma relação próxima com as pessoas diretamente envolvidas na prática da prostituição, quando não é produzida em conjunto com estas. As estratégias e reivindicações do movimento brasileiro de prostitutas também não são homogêneas, embora haja um reconhecimento generalizado da prática enquanto profissão. Há uma grande discussão acerca da terminologia, referindo-se a *putas*, *prostitutas*, *profissionais do sexo*, *garotas de programa*, *meninas*, *trabalhadoras sexuais*. Esta variação terminológica reflete disputas e distintas concepções, perpassando identidades politicamente construídas para reivindicações de legislações e políticas públicas. *Profissional do sexo* aparece desde o terceiro encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1994, junto a *trabalhadoras sexuais* (OLIVAR, 2013, p.209-210).

Coexistem movimentos tanto no sentido de investir na terminologia como *trabalhadora sexual* ou *profissional do sexo*, quanto posicionamentos aos moldes de Gabriela Leite, que reafirma e valoriza a palavra *puta*. Destaco aqui a atuação de Gabriela por seu papel fundamental (não só) para o movimento brasileiro de prostitutas, no sentido de ressignificar um termo: “*eu gosto muito da palavra puta, porque eu quero que um dia essa palavra se torne uma palavra bonita. Porque você não faz movimento nenhum se escondendo debaixo da mesa...*”<sup>46</sup>.

Muito inspirada por esta força de Gabriela, Betania também aciona sua identidade política de puta, impulsionando a Associação Mulheres Guerreiras, com

---

<sup>46</sup> Fala transcrita de um trecho do filme *Um beijo para Gabriela* - Laura Rebecca Murray, 29 min.

atividades em prol do respeito e regulamentação da prostituição. Betania se apresenta como *P.P.P.* – *preta, pobre e puta* e seu discurso empoderado sempre me surpreende. Esta noção de empoderamento tem sido bastante disputada nos movimentos feministas e ainda não consta completamente englobada em dicionários da língua portuguesa, por isso retomo a noção da escritora norte-americana Patrícia Hill Collins, em seu clássico *Black Feminist Thought* (2000). Embora pareça paradoxal citar esta autora, pois esta argumenta que prostituição seria uma forma de explorar e mercantilizar a sexualidade da mulher negra e de aliená-la desta (p. 144-145), considero importante trazer sua concepção de *empowerment*. Da parte de Betania, ao se apresentar como *P.P.P.* seu discurso parece se aproximar das formas de resistência e subversão apresentadas pela autora quanto ao empoderamento de mulheres negras. Segundo Collins:

*Repensar o feminismo Negro como um projeto de justiça social envolve desenvolver uma complexa noção de empoderamento. Trocar a análise para a investigação de como a matriz de dominação é estruturada, através de alguns eixos – raça, gênero, classe, sexualidade, e nação – assim como para a forma que operam, através de domínios de poder interconectados – estrutural, interpessoal, disciplinar, e hegemônico – revela que a relação dialética que liga opressão e agência é muito mais complexa do que simples modelos de opressores e oprimidos poderia sugerir. ... Assim como a opressão é complexa, também a resistência que objetiva promover o empoderamento demonstra similar complexidade.* (Tradução livre - 2000, p.289)

Desta forma, relações de poder articulam-se de maneira complexa, de forma que táticas de empoderamento, entendido também como resistência, resultam também de difícil apreensão. Mas a atitude de Betania contribui para tal, politizando o estigma e lutando por melhores condições de trabalho para profissionais do sexo de Campinas e região. É dessa movimentação, desta agência dos atores sociais na prostituição que constrói-se esta dissertação, cotejando também etnografias que contemplam tanto estes discursos mais organizados, quanto elementos que apontam para fluidez nas trocas econômico-sexuais-afetivas vivenciadas na prostituição.

Dessa forma, tangencio brevemente a discussão acerca da escolha ou não de trabalhar enquanto profissional do sexo, pois é muito disputada em ambientes de militância feminista. Trago um rápido comentário sobre dois eventos impulsionados por um coletivo feminista do curso de Relações Internacionais da USP. Foi realizado em duas etapas: na primeira o debate ocorreu comigo e uma militante da Marcha Mundial

das Mulheres e na segunda o embate foi entre Betania Santos e Cleone, uma mulher que se auto intitula *sobrevivente* da prostituição e também é militante da MMM. Este grupo feminista se coloca contrário à prostituição, bem como ao projeto de lei Gabriela Leite (PL 4211/2012), que será discutido mais adiante, e talvez por isso, a grande maioria da plateia em ambas as etapas do evento tenha sido composta por pessoas que se alinhavam a essa argumentação.

Considero que duas falas resumem bem esta posição: *desculpe Betania, mas não estamos falando aqui de situações violentas na prostituição, para nós, prostituição é violência! e considero inclusive leviana a escolha dessa mesa, por trazer uma fala que não representa a maioria das mulheres em situação de prostituição*. Esta última foi proferida por uma integrante do Comitê pela Abolição da Prostituição e as expressões utilizadas já marcam muito do discurso: *mulher em situação de prostituição, mulher prostituída, cair na prostituição* são formas de marcar a posição de vítima, alheia a qualquer vontade ou agência<sup>47</sup>.

Desde a primeira vez que fui ao Jardim Itatinga fico atenta a estes elementos - que situam a prostituição como uma violência em si, uma sujeição da mulher ao desejo masculino - mas talvez também por estar em contato próximo com as militantes da Associação que partem da prostituição como trabalho e não exploração, eu sempre senti uma margem de agência por parte das profissionais do sexo. A propósito desta possibilidade de agência, partilho da definição de Olivar, que segue teorias sobre *agency* ao pensar a prostituição. Segundo o autor,

a capacidade de agência, isto é, a capacidade de uma pessoa, uma classe, um grupo, uma rede, agir, gerenciar, representar, promover, narrar, interpretar e transformar a própria experiência cultural, os próprios desejos ou possibilidades, antes que a obediência ou seguimentos irreflexivo e “passivo” das normas, *habitus*, ou estruturas culturais, é o campo de possibilidades que a ideia de “agency” abre. Antes que uma teoria sobre resistência, ou antes que uma teoria sobre a felicidade dos indivíduos apesar da opressão (como alguns exercícios pareceria traduzir), trata-se de uma teoria sobre as possibilidades da ação e da criatividade prática. (OLIVAR, 2010, p. 37)

Sobretudo na dinâmica do bairro, pode ser curioso pensar que são os clientes que passam e são abordados pelas profissionais, são eles que recebem “fiu-fiu”, são eles que

---

<sup>47</sup> A movimentação deste Comitê e o “Material Abolicionista” podem ser visualizados neste site: <http://comiteabolicaoprostituicao.wordpress.com>.

têm sua atenção desviada ao transitar pelo bairro. Enquanto que são elas que podem estar sentadas nas frentes das casas ou em pé na rua, mas não chegar no carro, nem se prestar a uma negociação de programa ou ainda lançar mão de técnicas que aumentem, reduzam (ou nem cobrem) um programa. Não pretendo aqui cair no exato oposto do discurso, não diria que esta é uma possibilidade sempre e pra todas, mas argumento que é possível que as profissionais do sexo tenham técnicas para exercer sua atividade na prostituição que possibilitem uma relação que é mais de troca do que de sujeição ou exploração. Troca que parece se beneficiar se elas tiverem apoio de outras colegas de trabalho, de um estabelecimento – como no caso do Jardim Itatinga – e de alguém a quem recorrer caso aconteça alguma coisa que não as agrade antes, durante e depois da negociação do programa.

A noção de atividade econômica e o termo *trabalho* aparecem a todo momento nas falas das minhas interlocutoras, assim como nos discursos das militantes da Rede e em etnografias sobre prostituição. Enquanto trabalho, portanto, inserido em um contexto mais geral de serviços comerciais, ponderando acerca da desigualdade nesta atividade, também encontrei que:

a demasiada maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente enquanto trabalhadoras e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mero objeto inanimado. (BLANCHETTEeSILVA, 2009, p.23)

Saliento a advertência dos autores quanto a situar o trabalho de uma mulher na prostituição enquanto uma escolha somente se for considerada a situação macroeconômica do trabalho feminino em geral. Diante de um quadro de desvalorização e desigualdade de remuneração do trabalho feminino, os autores constataram que frente às outras opções de trabalho, a prostituição é vista pelas mulheres como melhor forma de sobreviver e ensaiar uma ascensão socioeconômica (Ibid, p.14). Para corroborar esta tese, afirmam não ter encontrado, durante os anos de pesquisa, nenhum caso de mulher com a mesma jornada que outra trabalhadora, que ganhasse menos que um salário mínimo. Tedesco aponta que: “*uma maneira de encarar a prostituição como trabalho sem cair no ‘entusiasmo’ de pensar a prostituta como emblema de autonomia sexual é perceber o sexo como campo instável, não fixo, de posições de gênero e poder*” (2008, p.47). Dessa forma, conceber como instáveis estas categorias de homem e mulher, recoloca como captar possíveis situações opressivas.

Estas, por sua vez, também não devem ser essencializadas, uma vez que não se colam diretamente em uma identidade: situações opressivas podem (ou não) ser reproduzidas por qualquer um, através de discursos, atitudes e mecanismos.

Enquanto Betania estava no evento, falando de sua experiência na prostituição, sinalizava inclusive que estava perdendo tempo e dinheiro de programas, uma vez que era sexta-feira. Cleone não falou muito sobre sua experiência passada na prostituição e ambas sinalizaram suas trajetórias sócio-econômicas de dificuldades, bem como suas vivências enquanto mulheres negras. Embora eu não pretenda contribuir para um debate polarizado, ele acabou sendo reproduzido desta forma: Betania representava quem escolhia trabalhar enquanto profissional do sexo e Cleone representava o discurso contrário à prostituição, tendo sido majoritariamente aclamada.

Estas falas foram quase unanimidade em ambientes e discussões feministas nas quais participei e parece que não há o que se diga, o que se mostre, quem diga (como no caso de Betania) que estes argumentos são repetidos e pior, é dessa linha argumentativa que surge uma polarização constantemente ativada. A partir destes discursos a redução do debate se resume a: ou você está do lado das mulheres, em prol da maioria delas que é negra, violentada, objetificada e explorada, ou você está incentivando tudo isso e acredita numa ideia liberal de que se prostituir é uma escolha totalmente livre.

Sealing Cheng realizou uma belíssima etnografia acerca das aspirações de trabalhadoras sexuais filipinas em campos militares norte-americanos na Coreia do Sul (2010). Em outro trabalho (2013), a antropóloga comenta acerca de um sentimento *esquizofrênico* em meio às reivindicações destas profissionais do sexo que têm suas falas e vivências excluídas pelos discursos que as colocam como vítimas. Cheng pergunta:

Por que ativistas, que trabalham incansável e fervorosamente para ajudar mulheres na prostituição, consideram aquelas que se colocam como trabalhadoras sexuais como o inimigo com o qual nem vale dialogar? Como é possível que a humanidade de alguém seja hierarquizada de acordo, se não completamente presumida, com a vitimização e não de acordo com a afirmação de direitos? (Tradução livre, 2013, p.4)

Nesse sentido, procuro não descartar a possibilidade de contextos de exploração, nos quais a agência da profissional seja quase anulada e fico atenta aos discursos daquelas que não estão satisfeitas trabalhando na prostituição. No primeiro evento no qual vi Betania, perguntei o que ela achava dessa discussão sobre objetificação e o

quanto o discurso dela era representativo, mas sua resposta foi evasiva. A partir de então, ficou claro para mim que estas não são perguntas válidas, porque também não há respostas objetivas; as respostas são necessariamente variáveis e situadas e nem mesmo uma prostituta pode falar por todas as outras – nem quando diz que escolheu e nem quando diz que foi forçada.

Dessa forma, recoloco inquietações: como se mede o grau de objetificação? Como se vê, se escuta, se comprova o quanto uma mulher está ou se sente oprimida? No caso de um michê que se prostitui, sendo que realiza programas com outros homens, ele também estaria sendo explorado? Ou uma prerrogativa da exploração essencializa a mulher como vítima do homem? E o que dizer das poucas, mas existentes mulheres que são as clientes que pagam pelas profissionais do sexo? E daquelas raras também que pagam pelos michês? Ou então das travestis na prostituição? Como se pode medir o grau de opressão ou de violência sofrida? Como a atenção e disposição antropológicas podem captar essas nuances? Basta ouvir e reproduzir o que está sendo dito, basta a fala de uma ou algumas prostitutas? Quais falas então devem ser selecionadas para compor um argumento? Quais então ficam de fora e são consideradas não-representativas? Mais do que representatividade, como pensar em políticas públicas e legislações que abarquem a complexidade das relações e garantam (pelo menos no papel) melhores condições para mulheres e travestis que estão realizando programas?

Todas as etnografias sobre prostituição tangenciam este debate e é interessante considerar que discursos e atuações feministas possuem um caráter normativo. Adriana Piscitelli, traz um apanhado sobre o heterogêneo cenário feminista, apontando como determinadas fusões conceituais – como estas abolicionistas - podem levar a políticas que cerceiam os direitos de trabalhadoras sexuais (PISCITELLI, 2013, p.111). Ao rotular a prostituição como essencialmente negativa, estão contribuindo para uma imagem da mulher como vítima inescapável de um homem opressor e esquece-se pontencial de agêncial. Não se trata de afirmar que não existam situações opressivas, mas há que considerá-las em sua complexidade, uma vez que não são só homens e mulheres e nem suas posições estão cristalizadas.

Diante desse debate engessado, Betania ironizou: *então ta, você pode ser contra, vai lá agora no Jardim Itatinga e fala pras mulheres que acabou o que estão fazendo e o que você vai fazer com todas aquelas mulheres? Onde elas vão trabalhar?* Nesse sentido, o argumento de Betania foi conduzindo a pensar em condições e oportunidades

mais gerais de trabalho, que devem ser consideradas no momento de discussões acerca da prostituição. Seu discurso, assim como o da Rede Brasileira de Prostitutas não considera que qualquer escolha seja livre de consequências ou não relacional a um contexto. Laura Agustín pontua acerca desta noção de escolha:

Ningún tipo de determinismo explica por completo el fenómeno humano de la elección. Toda opción se ve intervenida por cuestiones de clase, género, etnia y nivel económico, por las condiciones sociales del momento (guerra, dictadura, hambruna, violencia, paro, etc) y por la naturaleza del individuo, de sus deseos, sus pasiones, su aburrimiento, su curiosidad y su capacidad de arriesgarse.(AGUSTÍN, 2005, p. 115-116)

Uma vez que não cabe então considerar como dois pólos opostos: ou uma pessoa pode escolher livremente ser profissional do sexo ou está submetida à exploração de seu corpo, vale retomar a noção de prostituição como trabalho, na prestação de serviços sexuais. A antropóloga Wendy Chapkis dedica um capítulo – *Emotional labour of sex* (1997) - para pensar nessa dimensão de trabalho sexual, reconhecendo que é uma reivindicação de grupos de prostitutas militantes. Dialogando sobretudo com o movimento COYOTE, é interessante a construção deste capítulo, no qual ela coteja argumentos de correntes feministas contrárias à prostituição, com falas das profissionais do sexo. O principal argumento percorrido neste capítulo traz a noção de um trabalho realizado, que envolve prestação de serviços sexuais e manejo da dimensão emocional que pode estar envolvida.

Chapkis recupera então a noção de trabalho emocional, elaborada Arlie Hochschild (1983) em sua etnografia com aeromoças. Nesse contexto, seu sorriso aparece como ferramenta de trabalho, que garantiria por exemplo que os clientes ficassem tranquilos durante o voo e que voltassem a usar os serviços da companhia. O sorriso seria agenciado e a emoção seria portanto uma ferramenta de trabalho, bem como um efeito que pode ser manipulado através do trabalho. Basta pensar no trabalho de atores, psicanalistas ou cirurgiões que lidam com emoções e são reconhecidos por isto. De volta à profissionais do sexo então, Chapkis argumenta que seu trabalho pode envolver esta dimensão de trabalho emocional, sem comprometer o self ou emoção das que se dedicam ao trabalho sexual. Pois uma crítica forte é a de que a venda da sexualidade, poderia comprometer suas relações fora da prostituição. Com a argumentação de Chapkis, ficam em destaque as falas das profissionais, que explicitam como agenciam seus sentimentos no programa, como isto inclusive aponta para seu

profissionalismo. Uma inversão é produzida: as mulheres que trabalham com serviços sexuais sentem-se mais profissionais, agenciando sua técnica, ao realizar um programa com um cliente, sem necessariamente se envolver.

Silvana de Souza Nascimento, em seus trabalhos com travestis no interior da Paraíba também constatou que “*a prostituição atua como um vetor, econômico e simbólico, para a transformação corporal e facilita a aquisição de variados objetos e substâncias*” (2014b, p.82). Muitas vezes é com o dinheiro da prostituição que elas conseguem financiar as transformações desejadas, bem como implantação de silicone e plásticas faciais. No Jardim Itatinga há uma alta rotatividade, que vindas de todos os cantos do país, ficam por algum período até realizarem as transformações desejadas em seus corpos.

Quanto à escolha de trabalhar na prostituição, por parte das travestis, no primeiro capítulo já despontaram alguns casos, como o de Miriam que é dona de um salão de beleza, mas também vai ao Jardim Itatinga para realizar programas. Havia também Fafá, que mesmo com o diploma de graduação, tinha saído de sua cidade para morar e trabalhar no Jardim Itatinga. Falar na escolha de ser profissional do sexo, deve ser lida sobretudo pensando nas possibilidades de vivenciar sua travestilidade, que foi sempre relatada pelas travestis a partir da saída de suas cidades e famílias de origem. Assim como já foi discutido, esta escolha depende das possibilidades de frequentar escola e mercado de trabalho, que no caso das travestis, são ainda bastante reduzidas.

Uma vez Marcyia fez um comentário marcante, *se eu fosse rica, não teria virado travesti*. Muito curiosa, tentei fazer mais perguntas, mas ela só completou de forma certa e tranquila *é, se eu fosse rica, teria ficado gayzinho, não precisava ser travesti*. De alguma forma, esta frase aponta para a expectativa e possibilidade de na prostituição encontrar formas de sustento. O que também não significa que todas as travestis estejam satisfeitas com a possibilidade de ser profissionais do sexo ou que se concebam como tais. O estigma negativo da prostituição perpassa suas falas e um dia Gracy relatou que ficava incomodada com *aqueles religiosos que ficam falando Jesus te ama!*. De forma jocosa completou *Jesus me ama, mas é o diabo que paga meu salário!*

É então por meio dos programas realizados no Jardim Itatinga que surgem elementos da prostituição, como trabalho remunerado, levando a considerá-la a partir da dinâmica de casas de prostituição, nas quais realiza-se uma troca explícita de serviços sexuais por dinheiro. Neste contexto, mulheres e travestis ficam nas calçadas e nas ruas

do bairro para negociar programas, que são realizados nos variados estabelecimentos. *Fazer programa* é um termo êmico que corresponde a um intercâmbio previamente estabelecido de dinheiro por serviços sexuais, que não necessariamente corresponde a práticas sexuais. Esta função também foi alegada por parte de mulheres *garotas de programa*, em um dos primeiros trabalhos antropológicos sobre prostituição, de Maria Dulce Gaspar (1985). Com relação às mulheres do Rio de Janeiro, Gaspar já observava que:

a mulher prostituta atua em diferentes esferas da vida social, ela não é prostituta o tempo todo, ela vive situações fora do mundo da prostituição, ela divide basicamente o mundo em duas esferas de atuação e representação: o “profissional” e o contrário a ele; manipulando suas identidades de acordo com situações.. (1985: 17)

José Miguel Nieto Olivar, também realizou um trabalho de fôlego junto a mulheres prostitutas, retratando a complexidade de relações que caracterizam a prostituição. Seu livro, *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes* (2013) é fruto da tese de doutorado realizada em Porto Alegre. Olivar, com uma riqueza de material etnográfico, traz inúmeros elementos que apontam para a palavra prostituição demarcando um tipo de relação que são milhares de relações. Segue afirmando que prostituição é uma imagem:

que padece de uma relativa estabilidade de valor negativo no Ocidente, enquanto guarda-chuva axiomático, imagético, que envolve e constrói (e é envolvida e construída por) uma diversidade indeterminada de práticas.. nem todas econômicas, nem todas sexuais. É nesse sentido que não é mais sustentável falar antropológicamente de prostituição se não for na relação com classe, gênero, geração, etnia, entre outras; e no marco de sistemas maiores de parentesco, trabalho, ganho econômico, lazer, ocupação da cidade e trocas afetivas, sexuais e corporais.(2013, p. 33)

Ao longo de seu livro, Olivar retrata essa complexidade de relações e âmbitos engendrados por e através da prática da prostituição. Contudo, pela riqueza etnográfica trazida pode-se mesmo pensar que estamos falando de tantas trocas e âmbitos que ao mesmo tempo, não seria nada específico. Nesse sentido, o autor pontua:

como núcleo mínimo-pragmático, podemos entender a relação prostituição como uma troca *explícita* e negociada de dinheiro e outros bens materiais por serviços que, generalizando as formas e as perspectivas, chamamos de sexuais. (grifos originais - Ibid. p.34)

Nesse sentido, Olivar traz as diversas dimensões, ao mesmo tempo que pontua uma especificidade do trabalho sexual da prostituição. Sua atenção parte dessa

concepção de trabalho sexual, por conta do reconhecimento da militância de suas interlocutoras em prol de direitos para prostitutas. Esta reivindicação por direitos é acionada pela Associação Mulheres Guerreiras, na luta pela descriminalização das casas de prostituição e suas donas.

A dimensão de negócio, de uma indústria do sexo, é argumentada nos trabalhos da antropóloga Laura Agustín (2005, 2007). A autora afirma que a comum imagem publicizada de uma mulher curvada em direção a um carro, acaba perpetuando uma ideia da mulher/servidora e homem/cliente que desconsidera toda uma indústria do sexo que perpassa esta relação. Seu convite volta-se então a pensar nos contextos sociais mais amplos nos quais estão inseridas as trocas de um programa, com atenção para a dimensão de um trabalho realizado em um mercado econômico. Segundo Agustín:

no pienso en la industria del sexo sólo en términos de los trabajadores; en cambio, ya que la mirada obsesiva siempre se ha dirigido hacia ellos (o mejor dicho, ellas) prefiero señalar otros asuntos, sobre todo la existencia y la naturaleza de un mercado sexual. (2005, p. 109-110)

Dialogando com esta noção de uma indústria do sexo, Adriana Piscitelli (2013) também argumenta em favor de pensar acerca de mercados do sexo. Esta conceitualização teria a vantagem de considerar também outras trocas, que não as especificamente da prostituição, sobretudo atentando para contextos nos quais esta indústria teria um caráter mais “artesanal”. A noção de *mercados do sexo* pode então contemplar relações inseridas em uma conceitualização mais ampla, que junto com a prática da prostituição, abarca outros intercâmbios de serviços sexuais por dinheiro, sem perder de vista o caráter estruturante e mercadológico de indústria do sexo. Piscitelli explicita:

refiro-me aqui a mercado no sentido de intercâmbio de bens, materiais e simbólicos, que remete a uma noção de economia em termos amplos, constituída por trocas entranhadas no social. (2013, p.30).

Portanto, a descrição do bairro pretendeu situar as práticas permeadas por relações econômicas, afetivas e sexuais, até porque o Jardim Itatinga possui sua identidade marcada por essas trocas, e no capítulo a seguir pretendo analisá-las no âmbito da relação tida como cafetinagem.

### Capítulo 3: Quem tem medo? Donas de casas de prostituição

“eu canto uma música de La Lupe que diz:

‘Segun tu punto de vista  
Yo soy la mala  
Vampiresa en tu novela  
Ah!  
La gran Tirana

Cada cual en este mundo  
Cuenta el cuento a su manera  
Y lo hace ver de otro modo  
En la frente de cualquiera  
Desencadenas en mi  
Venenosos comentarios  
Despues de hacerme sufrir  
El peor de los calvarios’

E essa é a verdade, cada um cuenta el cuento a su manera!”

(Phedra de Córdoba – *Quem tem medo de Cris Negão?*)

É assim que Phedra de Córdoba, renomada atriz do grupo teatral Satyros, encaminha para o fim o curta-metragem *Quem tem medo de Cris Negão?*. São instigantes 25 minutos dirigidos por René Guerra, que especulam acerca de Cris e sua trágica morte, ocorrida no centro de São Paulo. Dentre músicas dramáticas, depoimentos diversos e cenas das ruas do centro da cidade, vai surgindo a imagem de uma respeitada e temida travesti, que cuidava e cobrava de outras/os profissionais do sexo das ruas do centro da cidade.

Além de Phedra, notadamente uma profissional do teatro, são ouvidas Gretta Star, Thalia Bombinha, Divina Núbia, Marlene Roçasso e sua filha Roberta Gretchen comentando diversamente acerca das atitudes e do falecimento de Cris. Logo no começo, há falas do possível diretor, negociando como Phedra deve chegar em cena, para uma *entrevista natural*. Ajeitando-se em direção à cadeira onde ocorrem as filmagens, ela esbanja talento ao perguntar qual é o tom que ela deve dar na cena, alegando *sou eu mesma, mas eu quero entrar nessa personagem também*. Afirma que precisa saber se está se voltando a um policial, pois seria algo mais *cerimonial* ou a um jornalista, pois daí se sentiria mais à vontade.

Thalia Bombinha chega a derramar lágrimas ao contar do tecido que teria ganho de Cris, um dia antes de sua morte. Tendo ido encontrá-la, chamou-a de lado, *gordo*, forma carinhosa como se referia a Thalia, para que recebesse o tecido e fizesse um vestido. Gretta Star também comenta sobre essa forma ao mesmo tempo carinhosa e provocativa com a qual Cris a tratava, abraçando-a e dizendo *meu velhinho, tá tomando xarope, onde tá guardando a dentadura?*. Gretta completa aos risos: *ela adorava brincar comigo disso*. Além dessa jocosidade nas falas, Thalia sente a necessidade de usar sua bombinha no meio da entrevista, em uma cena dúbia na qual com ironia ela solta: *todo mundo vai ficar olhando?*.

Ao longo do curta, algumas falas e cenas parecem de humor e caricatas, assim como há cenas estendidas retratando as esquinas das ruas do centro da cidade de São Paulo, acompanhadas de melodias de violino, que sugerem um tom dramático. Ouvem-se detalhes acerca da morte de Cris, indicando uma esquina precisa (rua Major Sertório com Rego Freitas), local notadamente conhecido de pontos de prostituição, onde travestis e michês realizam programas. Ao mesmo tempo, também há informações que se contradizem, sobre o momento no qual Cris foi brutalmente assassinada, alegando que ela estava *sozinha*, ou *com cachorrinhos* ou *com outra bicha*.

Sobre Cris, há comentários esparsos alegando que era *negra, negra, negra e forte*. Algumas contam tê-la conhecido enquanto *Negro Marcos, era um viadinho como um qualquer*, mas em geral, ela preferia ser chamada de Cris, Cristiane Jordão. Gretta Star relembra quando *era um menino que ficava na Praça da República, com a fama de marginal, mas que também já tinha essa chegada legal com o pessoal da noite, com as travestis*.

Sua fama foi assim se consolidando, dentre falas que apontam inveja, tipo a de Phedra, alegando que Cris *se achava demais*. Thalia também comenta sobre esse seu poder, contando que se ela gostasse de uma bolsa, bastava um olhar, que seria dela. Há uma ou outra menção às multas que Cris cobrava, às vezes só por não gostar de alguém – como relata Roberta, acompanhada de sua mãe Marlene. Dessa queixa começa a sequência de cenas, que reproduzo a seguir: ,

“**Marlene Loçasso:** ela infernizava ali, ela cobrava dos cara, das menina, das travesti.. ela queria dinheiro, a vida dela foi dinheiro, sabe? Não queria trabalhar, não queria fazer nada, ela queria viver às custa dos traveco né..

**Voz da direção:** Qual era realmente a profissão da Cris Negão?

Silêncio

[passa para outra cena] **Thalia Bombinha:** (silêncio) empresária. Ela falava pra

mim assim, meio.. (rindo) empresária, né? Porque ela cuidava das meninas na rua; as menina pagava pra ela, né? Por exemplo, um programa 60 reais, 30 era da empresária.

[cena seguinte] **Roberta Gretchen:** Cris, olha fulano fez isso. Então a Chris ia lá tirar satisfação, a Chris que mandava.

**Marlene Loçasso:** Olha, nunca soube o que ela fazia não.

**Roberta Gretchen:** É, eu também, de profissão assim, acho que, de profissão qual que era?

**Marlene Loçasso:** Não, não lembro.

**Roberta Gretchen:** Também não.

[cena seguinte] **Phedra Córdoba:** (tirando seu lenço do pescoço) Sei também que era uma cafetina, de todas as travestis de rua.”

Cafetina é profissão? Pode ser considerada e verbalizada como tal? Dentre cobrar o que chamam de multas de outras/os profissionais do sexo e cuidar do espaço, estabelecendo ordem e ritmo de trabalho, a figura de Cris aparece como uma travesti cafetina, poderosa e temida. Houve quem dissesse que ela cuidava e botava ordem, porque naquele meio, havia as que roubavam, mas *sempre teve bicha que roubava, sempre teve isso, como qualquer meio tem.*

Sobre o trágico assassinato de Cris, o curta também não apresenta uma versão unívoca. Infelizmente, isso se relaciona com as frequentes mortes dramáticas e abruptas no caso de travestis, transgêneros e transexuais, quanto à ausência de notícias acerca desses crimes de ódio. Quando há notícias, são relatos desrespeitosos, sobretudo quanto à identificação pelo nome. Para exemplificar, cito somente um dos casos que pude acompanhar mais de perto durante esses anos de mestrado, sobre o assassinato de Géia Borghi. Enfermeira de um hospital renomado da cidade de Campinas, poucas notícias indicavam que ela havia sido encontrada baleada, amordaçada e carbonizada e das poucas notícias que foram veiculadas, desde a manchete se referiam a Géia como “o” transexual<sup>48</sup>. Contra esse desrespeito e cobrando mais informações, fui com outras travestis do Jardim Itatinga numa manifestação no centro de Campinas<sup>49</sup>.

A omissão de informações sobre estes casos, bem como acerca da vida de pessoas trans\* contribui para a exotização que ainda perpassa o imaginário comum. Contra este, é crescente e pungente a militância de travestis e transexuais, na afirmação e positivação de suas identidades e vivências. Bianca, uma vez em um evento público foi certa ao dizer que a *mídia é violenta*, pois através dela vemos todos esses casos de

<sup>48</sup> [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/10/capa/campinas\\_e\\_rmc/213554-homem-e-encontrado-baleado-e-amordacado-em-monte-mor.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/10/capa/campinas_e_rmc/213554-homem-e-encontrado-baleado-e-amordacado-em-monte-mor.html)

<sup>49</sup> <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/10/grupo-faz-protesto-apos-assassinato-de-auxiliar-de-enfermagem-transexual.html>

roubos, assassinatos, de travestis associadas à violência e concluiu: *nos meios de comunicação, não dá ibope ver uma travesti cuidando da casa.*

Contudo, se há esse desrespeito midiático através de grandes veículos de informação, René Guerra, traz com cuidado e respeito a memória de Cris. Pouco antes de lançar o curta, ele havia gravado cenas com ela, pois conta ter descoberto que era uma *lenda urbana*, vista pelas outras travestis com uma mistura de respeito e medo. Dessa forma, constrói seu curta, costurando falas diversas, atentando para realidade complexa na qual Cris, negra, travesti e cafetina se insere. Na versão final do curta, Guerra opta por suprimir as cenas gravadas com Cris e ao ser perguntado porquê, afirma:

*... O filme é uma tentativa de resgate dessa memória, de verbalizar esse discurso fragmentado das travestis, para oficializar que o discurso é uma recriação do real. Porque todos os discursos são recriações, lembrar é recriar. Acho que a verdade não importa. Decidi não mostrar porque acho que enfraquecia a Cris. O poder da palavra e da sugestão é tão mais forte... E no fundo a Cris são todas as travestis do filme. A Cris é o ser travesti. O mais importante é a presença dela, o eco...*

Enfático quanto ao poder das palavras, ao poder da criação de discursos, quanto à representatividade da figura de Cris e despreocupado acerca de uma única ideia de verdade, o curta de Guerra serve de inspiração para este capítulo. O curta enseja três eixos que ficam nebulosos: nem bem fica claro como (e por quê) Cris morreu, nem ficamos com a certeza se ela era amada ou odiada e não é possível captar se os depoimentos são expressões do que gostariam de dizer ou se foram escritos, pedidos e dirigidos. Com essas questões em aberto, fruto de uma delicada e potente direção, que nos deixa com essa sensação de não saber ao certo, inicio este último capítulo que pretende trazer alguns elementos para pensar na relação de travestis na prostituição, em relação com donas e suas casas de prostituição.

Ao longo do meu trabalho, tive contato com dez ditas cafetinas, que em geral, preferiam ser chamadas de donas de casas (de prostituição). Variações quanto às suas identidades de gênero e sexualidade que se conectavam com as diferentes relações que estabeleciam com as profissionais que trabalhavam para elas, refletiam arranjos diferentes nas conduções das casas. Um pouco desta variabilidade será percorrida neste capítulo, com atenção para especificidades encontradas e ao mesmo tempo, respeito para não comprometer as interlocutoras.

Atentando para isso, colocou-se uma dificuldade ética-metodológica de pesquisa que é também uma preocupação legal com relação a agenciadoras e casas de prostituição, que permanecem criminalizadas perante o Código Penal brasileiro. Este capítulo então inicia com um pouco dessa problematização, para depois trazer um caso específico, *Uma possível Célia*, criado a partir do conjunto de experiências que me foram relatadas. Como horizonte, o curta acerca de Cris Jordão pretende dissolver as angústias acerca da veracidade, da busca por clareza absoluta e de certezas estanques do que virá escrito. O vídeo de René Guerra foi escolhido como convite para pensar nessas figuras femininas que agenciam a prostituição no caso específico de travestis, sendo que desde já, deve-se abarcar a incongruência. Não sairá daqui uma conclusão de que cafetinas são boas, nem que são más, ou melhor, que são tudo e mais que isso.

### **Anotações ético-político-antropológicas**

Nesta seção, trago um pouco dos questionamentos ético-metodológicos que consumiram parte da pesquisa, visto que meu objetivo consistia em me aproximar de relações tidas como ilegais, justamente com a hipótese de que poderiam não ser tão perversas, como a criminalização no Código Penal sugere. Busquei inspiração em trabalhos como a dissertação de Adalton Marques (2009), que borra lugares, datas e nomes, ao estudar crime e *proceder* nas relações entre ladrões, que poderiam ser implicados legalmente pelos elementos trabalhados pelo antropólogo.

No caso das donas de casas de prostituição, sua rastreabilidade se daria por estarem situadas no Jardim Itatinga, de forma que somente a troca dos nomes não seria suficiente para preservá-las. Embora haja um entendimento legal mais flexibilizado e não seja frequente que sejam de fato presas, até por conta de inúmeras histórias de acertos com a polícia, repensar o fazer antropológico diante da relação com as donas será abordado aqui como um questionamento metodológico-ético-político.

De acordo com o que já foi dito, a importância da análise situacional das relações de poder, que reflete e perpassa marcadores sociais da diferença aparece de fundamental importância para as temáticas abordadas nesta dissertação. Desta forma, como reproduzir os casos, os perfis das donas, seus arranjos de casas – que variam de acordo com a localidade dentro e fora do bairro Jardim Itatinga, bem como variam por estarem em ruas mais ou menos transitadas do bairro? Como refletir estas marcações de

diferenças de forma situada e ao mesmo tempo sem comprometer estas donas e suas casas? Como trazer a riqueza etnográfica, que aponta para complexificações nas relações, quando se trata de uma temática que é por si só criminalizada?

Como já foi comentado, o episódio de violência policial no bairro Jardim Itatinga, (infelizmente) soma-se aos casos de violência que acometem a prostituição por sua situação de semilegalidade. Agenciadoras/es e casas - embora estas últimas tenham tido uma relativa flexibilização de acordo com o entendimento de algumas/ns operadoras/es do direito - permanecem crime diante do Código Penal brasileiro, conquanto *profissional do sexo* seja reconhecida como uma categoria na Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002. Este reconhecimento na COB foi fruto das reivindicações de organizações de prostitutas, que costumam também pautar pela descriminalização deste suporte – casas e suas donas/donos -, justamente por considerá-lo essencial ao exercício das trocas na prostituição.

A necessidade de repensar a criminalização de agenciadoras/es e estabelecimentos no Código Penal brasileiro, já teve alguns projetos de lei apresentados<sup>50</sup>. O mais recente é o PL 4211/ 2012 , denominado Gabriela Leite, justamente por ser fruto do diálogo com sua militância. Proposto pelo deputado Jean Wyllys do PSOL, o projeto pretende modificar os artigos referentes a *favorecimento, casa e rufianismo* (artigos 228, 229, 230, 231). Delimitando uma tensa, complexa e disputada fronteira, a principal mudança refere-se à alteração de prostituição para exploração sexual, que aparece agora tipificada:

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente

---

<sup>50</sup> Sobre outros dois projetos anteriores que tramitaram em prol do reconhecimento de profissionais do sexo, ver FONSECA & PASINI (1998) sobre o PL 3436/1997 apresentado pelo deputado Wigberto Tartuce e RODRIGUES (2009) sobre o PL 98/2003 apresentado pelo então deputado Fernando Gabeira. No momento de escrita deste trabalho também tramita o já sinalizado PL 377/2011 de João Campos, visando criminalizar os clientes. Este movimento inspira-se no modelo sueco, que também já suscitou mudanças recentes nas legislações da França e dos Estados Unidos. Todavia, há produções etnográficas que vêm apontando para problemas ao criminalizar os clientes, pois colocaria ainda mais na ilegalidade a prática das profissionais do sexo, sujeitando-as a mais situações violentas. Nesse sentido, Elizabeth Bernstein, que realiza esforços ainda escassos no sentido de analisar a demanda dos clientes e seus desejos por programas, afirma que criminalizá-los ofusca questões como *a pobreza pós-industrial e a gentrificação* (2008, p.353), ligadas às profissionais que se prostituem nas ruas.

da maioria ou da capacidade civil da vítima. (Justificativa do PL 4211 – BRASIL, 2012, p.4)

Mais do que uma mera troca de palavras na lei, o projeto representa outro entendimento da prática da prostituição, defendida enquanto trabalho, portanto, tendo que ser melhor regulamentada para reduzir os riscos nesta atividade. Defendido também como forma de “*acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento*” (Ibid, p. 3), o projeto prevê também aposentadoria especial de 25 anos e a organização das profissionais como trabalhadoras autônomas ou em cooperativas.

Outro entendimento deste projeto, visa especificar o lucro máximo que pode ficar com agenciadoras/es, não mais que 50%, o que descriminalizaria boa parte dos negócios na prostituição. No caso do Jardim Itatinga, em todos os arranjos com os quais tive contato, havia somente uma taxa a ser paga para o estabelecimento pela locação dos quartos – dentre R\$10 e 15 reais por 30 minutos. Este valor ficava a cargo da profissional do sexo, que negociava o valor de seu programa com o cliente da forma que preferisse e dentre as travestis o preço médio era de R\$ 50 por esta meia hora. Dessa forma, as donas e suas casas de prostituição do bairro, seriam regulamentadas por meio deste projeto.

O debate sobre este PL 4211/2012 é intenso, mas parece haver um entendimento comum de que só ele não é garantia de melhores condições, embora sua formulação aproxime-se do movimento brasileiro de prostitutas e de etnografias que abrangem a movimentação e a militância de profissionais do sexo. Contudo, uma vez que este projeto ainda está em tramitação - e até o momento da redação final desta dissertação com horizonte de não ser aprovado, sobretudo pela atual composição da bancada evangélica no Legislativo - falar aqui de donas de casa de prostituição coloca esta complicação legal.

Desde a elaboração do meu projeto de mestrado havia a proposta de mergulhar nestas relações com donas de casas de prostituição, pelo fato de serem centrais no bairro Jardim Itatinga, no qual fui consolidando minha presença enquanto antropóloga. O objetivo inicial pretendia abarcar um conjunto de casas diversas do bairro, focando na relação especificamente entre mulheres na prostituição deslocando assim a costumeira atenção bibliográfica na relação mulher-prostituta X homem-cliente. Por um lado,

pretendia tensionar noções de gênero e sexualidade, de forma a não cristalizar relações de poder desiguais somente entre homens e mulheres. E por outro, também pretendia investigar melhor quais desigualdades e possíveis relações opressivas são produzidas (se são) nessa relação tida como cafetinagem. Foi contudo, pelo meu contato continuado com as travestis do bairro – pela abertura e carinho que me proporcionaram – que fui colecionando elementos para abordar as relações de poder na prostituição por parte especificamente das travestis.

Em um segundo momento, após os objetivos do projeto de pesquisa, as aulas de inglês tornaram-se um pretexto para minha recepção e circulação no meio das tantas travestis que circulam pelo bairro Jardim Itatinga. Foi difícil encarar que o projeto inicial não poderia se concretizar, uma vez que quase todas as conversas que tive, foram com travestis, ouvindo histórias de casas de prostituição nas quais moravam/trabalhavam e relações com *mães* travestis. Foi então no momento da qualificação, que me foi sugerido retomar a análise das relações de poder, com donas e suas casas de prostituição, especificamente na vivência de travestis.

Ponto esta trajetória, também porque tenho em vista uma alegada crítica contra cristalizar a experiência de travestis na prostituição. “*Ruas de prostituição e casa de cafetinas ou moradias exclusivamente de travestis são os lugares mais presentes nas referidas pesquisas. Nosso receio era de repetir dados e de viciar o olhar...*” (2011, PELÚCIO, p.116). Bianca também sempre foi categórica ao alertar *travestilidade não é sinônimo de prostituição*. Embora em seguida, logo acrescenta: *prostituição é trabalho*. Portanto, seguindo-a, meu interesse não está em replicar a fórmula travesti-prostituta, considerada somente com potencial negativo. Sugiro que é através do reconhecimento desta experiência de travestis enquanto profissionais do sexo, que podemos pensar em contribuições para situação das que se prostituem junto às donas e suas casas de prostituição – sendo uma prática que não marca somente travestis.

Ao invés de fugir da associação, que por vezes parece recriar o estigma negativo da prostituição, meu interesse está justamente em me embrenhar nas relações que as travestis travam na prostituição, de forma a complexificar e transparecer a fluidez tanto de suas vivências de gênero e sexualidade, quanto de suas experiências nas trocas econômico-afetivas-sexuais, entendidas sob a noção de prostituição.

Contudo, eu não poderia trazer as falas e histórias que me contaram, pois situaria demais minhas interlocutoras. No caso das travestis que circulam pelo bairro, uma vez

que já foi comentado acerca de seu intenso trânsito por outras casas e lugares, talvez não fosse tão problemático trazer suas histórias específicas. Mas o problema começou a tomar forma ao considerar entrevistas que eu possuía com donas de casas de prostituição com as quais tive contato dentro do bairro. Embora sejam muitas as donas e casas do bairro, esmiuçar as relações que estabelecem, analisar as diferenças entre elas, contemplando a articulação situacional dos marcadores sociais da diferença, bem como da localização específica de suas casas pareceu arriscado demais. Sobretudo no caso das casas de travestis, que são menos numerosas no Jardim Itatinga.

Surgiu então, como sugestão de minha orientadora, o esforço de não especificar o bairro e de trazer os casos que conheci, partindo de uma cidade qualquer. Como exemplo, há o trabalho de Thiago Teixeira Sabatine (2013), que cria o nome de uma cidade, Chamosa, preservando suas interlocutoras e adentrando nas relações analisadas. Neste seu trabalho, há um pressuposto compartilhado nesta dissertação, acerca de não considerar a prostituição das travestis como algo ruim a priori e necessariamente associada a uma noção de sexualidade desregrada (2013, p.12). Pela chave das apropriações das travestis, Sabatine problematiza “*as ações empreendidas e/ou propostas para a promoção da qualidade de vida e saúde, bem como suas implicações na gestão da sexualidade e da saúde corporal das travestis que se prostituem na cidade*” (Ibid, p.13).

Contudo, pelo que já foi analisado aqui, o Jardim Itatinga apresenta uma configuração específica (histórica e urbanística), de forma que não consegui abordá-lo como outro contexto qualquer. A longa descrição e análise do bairro no capítulo anterior, também visava situar as específicas relações na prostituição, realizadas parte na rua e parte em casas. Pontuar estas práticas e trocas parecia também uma forma de contribuir e dialogar com esta produção sócio-antropológica de fôlego, que vem sendo produzida e materializa-se, por exemplo, em livros, grupos de trabalho e eventos. Um exemplo disto é o livro *Prostituição e outras formas de amor* (2014), em parte resultado de um GT na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia de 2012<sup>51</sup>. Há também um Dossiê recentemente organizado por José Miguel Nieto Olivar e publicado na Revista *Ártemis*

---

<sup>51</sup> Naquele momento, pude participar deste GT como ouvinte e ressaltar a importância e variedade dos trabalhos e discussões propostas. Foi também de uma conversa despreziosa com Thaddeus Blanchette, a quem agradeço por esta generosidade, que passei a focar minhas análises do projeto de mestrado nas figuras das donas de casas de prostituição.

(vol. XVIII, n1, 2014)<sup>52</sup>, cujos artigos vislumbram interessantes desdobramentos dos estudos da/na prostituição, em contextos particulares. José Miguel Nieto Olivar trabalha com uma zona fronteiriça entre Brasil, Peru e Colômbia, atento para jovens nos mercados do sexo; Silvana Souza Nascimento volta-se para as experiências trans nas *bordas das regiões metropolitanas* da Paraíba; e Laura Murray, no contexto do Rio de Janeiro, retrata os violentos impactos da atuação policial contra prostitutas.

Portanto, na tentativa de diálogo com esta efervescente produção, demarcar o Jardim Itatinga resulta também em um investimento político. Olivar afirma:

o campo político da prostituição no Brasil, e em muitos outros países do mundo, é bastante intenso e disputado. Quando um ou uma pesquisadora entra no campo, mesmo sem fazê-lo consciente, começa a fazer parte do conflito. Na escolha das fontes, das histórias, dos ângulos para a câmera ou das palavras do título ou da manchete, nos vinculamos a uma força, nos opomos a outra, desconhecemos aquela ou alimentamos essa. Em contextos de guerra como esse, tão cheios de paixões e sutilezas, a neutralidade é uma fabricação complexa e arriscada demais, pois requer a desconstrução total do confronto, e em alguns casos, a total marginalização com relação às realidades em jogo. Importante é então para quem – jornalista, antropólogo, psicólogo ou legislador – se aproxima saber-se num campo de batalha, saber as posições e, fundamentalmente, construir a sua própria. Rapidamente eu desisti da opção pela neutralidade (OLIVAR, 2010, p.29)

Nesse sentido, minha postura em contato com estabelecimentos e agenciadoras, foi desde o começo marcadamente em prol deste suporte. Apesar de concordar que a neutralidade não é possível e nem desejada, pergunto-me: como realizar o contato com agentes no campo, uma vez que militam no movimento social? Será que a aproximação com determinados indivíduos, que ocupam posições distintas, não representa uma tomada de posição que norteia toda a vivência etnográfica? Dessa forma, determinados agentes, opostos politicamente à minha atuação, ficariam de fora da minha prática etnográfica? Seria então atingida uma análise, muito contaminada pela minha postura? Ciméa Bevilacqua em um artigo sobre questões éticas da metodologia de pesquisa antropológica traduz esta inquietação:

O que está em jogo nesses contextos não é apenas o compromisso ético do antropólogo com os sujeitos de sua pesquisa, mas também, por via indireta, o próprio desenvolvimento teórico desse novo campo de estudos. (2003: 52)

---

<sup>52</sup> Que pode ser acessado online: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/1539>.

Nesta colocação, coloca-se a preocupação com a produção teórica sobre donas de casas de prostituição, que não são concebidas *a priori* com potencial negativo. Tornam-se objetivo da análise justamente as relações de poder refeitas em campo. Dessa forma, uma vez que situei o bairro Jardim Itatinga, falar das donas de casas de prostituição de lá, sobretudo das travestis que são minoria no bairro, acabaria por situar demais suas vivências, incluindo riscos legais as suas práticas.

Foi então bastante inspirada por Donna J. Haraway, em seu *Manifesto Ciborgue* (2009) que afirma sobre a ilusão ótica da fronteira entre ficção científica e realidade social, acabei optando por criar uma única personagem, *Uma possível Célia*. Haraway afirma que “*realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo.*” (2009, p.36) Não pretendo tanto, mas recupero esta dimensão criativa da ficção com uma função e importância política essencial, sobretudo diante de temáticas tão disputadas politicamente.

No caso das disputas no âmbito da prostituição, o trabalho de mestrado de Lauren Zeytounlian traz uma análise detida de duas criações fílmicas, justamente pelos seus efeitos no debate e nas políticas públicas que envolvem temas como prostituição de jovens e exploração sexual. *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de ‘meninas’ brasileiras no mercado do sexo* (2014) é um trabalho de fôlego que contempla aspectos da produção fílmica de *Anjos do Sol* (2006) e *Sonhos Roubados* (2010), discutindo suas pretensões e criações de realidade. Dessa forma, a dimensão ficcional, ao mesmo tempo que cria algo, também tensiona o que é verdadeiro, aludindo ao fato de que as verdades são múltiplas e fabricadas. A meu ver, as análises antropológicas são esforços no sentido de compreender estas múltiplas relações.

Sugiro então que é dessa relação entre verdade e ficção ensejada no curta sobre Cris Jordão, que se pode manter a noção de criação, sem perder de vista os efeitos normativos (e possivelmente temíveis) desta. Por este motivo, Célia aparece nas páginas a seguir, como uma dona de uma casa de prostituição, que combina moradia e quartos para locação de programas. Não há casos (nem casas) no Jardim Itatinga que correspondam a esta figura, contudo dos relatos que ouvi das travestis em outras casas pelo país, e a partir do que pude observar, esse modelo é recorrente nas vivências de travestis na prostituição. Ao final, portanto argumento, como esse modelo pode

corresponder a um ponto seguro para travestis enquanto profissionais do sexo (e não só). Iniciar o capítulo com o caso de Cris possui o objetivo de tensionar a ideia de ficção e realidade, verdade e mentira, bem como de borrar a fronteira entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida.

### **Uma possível Célia**

Como já foi relatado no capítulo anterior, as trocas na prostituição envolvem as dimensões econômico-afetiva-sexuais de maneira imbricada. Não só com clientes, mas a seguir ficará evidente que estes âmbitos compõem também a relação de agenciamento. Para tal, elaborei a construção da narrativa de Célia, a partir de relatos das muitas travestis que circulavam pelo bairro, vindas de outras experiências em casas de prostituição também em outros locais, que não o Jardim Itatinga. A elaboração narrativa a seguir pretendeu também sinalizar marcadores sociais da diferença, na tentativa de repensar relações de poder entre travestis que se prostituem e as que as agenciam.

----

Célia é uma travesti de cerca de 40 anos, que trabalhou desde os 15 como prostituta. Ela ainda possui alguns clientes, daqueles meio fixos, que foram ficando em sua vida, em um misto de carinho e ajuda mútua. É curioso imaginar como puderam acompanhar mutuamente a passagem dos anos modificando seus corpos – as peles deles enrugando e as próteses de Célia ainda rijas. Não só corpos mudaram, Célia agora possui uma casa de prostituição, onde moram e trabalham outras 5 travestis. Estes clientes a acompanham há cerca de 15 anos, desde pouco antes que ela começasse a montar sua casa, quando ela ainda percorria as ruas das cidades.

Com estes clientes, Célia eventualmente ainda realiza um programa, o que gera inclusive comentários meio maliciosos, das travestis mais novas. Seus risinhos envergonhados tem a ver com o fato de Célia já lhes parecer velha e enquanto tal, parece estranho pensar que ainda faça programas. As mais novas, mesmo sem muita prática, vão narrando suas histórias de forma que um programa e um cliente não representam só (ou de forma alguma) sexo. Não é também só dinheiro, pode ser que gozem, pode ser que gostem do cara e alguns tornam-se até clientes frequentes, namorados e maridos. Mesmo assim, quando Célia recebe um cliente, no mesmo quarto

onde as mais novas recebem os seus, causa sorrisinhos a meia boca e bochechas rosadas. É uma reação que não costumo ver, mas que posso já ter visto quando Lisa me mostrou um cara com quem conversava no *Facebook*. Ela disse que era seu namorado, apesar de só tê-lo visto uma vez, há um ano. Quando me contou que nem transaram da vez que se viram, uma outra gritou *fez a santa, né amiga?* e sua pele branca avermelhou-se nas bochechas, no que Lisa voltou-se novamente para TV. Ela é noveleira assumida e eu sempre a via na frente da única tv da casa, na sala comum. Enquanto assistíamos ela costumava fazer as unhas ou acariciava um gato de estimação. Lhe perguntei se ela não trabalhava, mas era sempre de tarde quando a via e ela respondeu que só saía de noite pra trabalhar. Quando ainda morava em sua cidade, no interior do Piauí, Lisa conta que tinha um emprego fixo de costureira, mas diz que cansada do calor e daquele emprego, saiu de lá e foi conhecendo outras travestis que lhe falaram da casa de Célia.

A casa de Célia fica numa rua afastada do centro da cidade e acaba sendo conhecida por ser uma das casas da cidade que abriga travestis. Betina é uma das outras moradoras, que veio do interior do Maranhão e ajuda Célia com a limpeza e com a cozinha para as demais. Ela é negra, com cerca de 23 anos e Célia costuma reclamar de sua preguiça, pois no trato que fizeram, Betina não precisa pagar o valor da diária da estadia, por ajudar nas tarefas em troca. Mas Betina também faz programas, pra juntar dinheiro para si, embora me conte que tem um namorado que vai buscá-la muitas vezes de carro. Ao dizê-lo, parece que ela ostenta uma ideia de proteção e ter um namorado, com carro e que a busque, parece conferir prestígio perante as demais. Embora não falem comentários maliciosos das demais quanto a como pode ser uma perda de tempo, dinheiro e independência se dedicar a uma relação destas.

Mas Betina não liga de não estar ganhando com programas enquanto está com seu namorado e considera inveja das outras. Um dia na cozinha, me conta que os piores clientes que ela teve são negros, que por isso, nem entra mais no carro se aparecer algum negro. Tento lhe perguntar se não havia também brancos que seriam maus clientes, ao que ela responde que sim. *Mas tenho trauma de negro, sempre que tem cliente chato é negro* e pergunto, *chato por que? Por que tipo assim, fica segurando a sua cabeça enquanto você tá lá no boquete. Poxa, eu sei fazer! Se é pra ficar me tocando, paga o valor de um programa!.* Dessa vez passei a perceber que existem

negociações e programas diferentes, sendo que pagar *o valor de um programa* apontava para um tempo maior a ser dedicado, diferente de *só um boquete*.

Além do preparo diário da comida, Betina também ajuda Célia na limpeza da casa, que possui um puxadinho, no qual funciona um quarto, que serve somente para programas. A incumbência de Célia consiste em garantir os produtos para limpeza, os lençóis limpos e a segurança deste quarto, além do mesmo para o restante da casa. Neste quartinho, nada de luxo, não há TV, pra isso, *bastaria ir para um motel*, como ela argumenta. Célia conta que não se importa que as *meninas* façam programas em outros lugares, até porque, comenta que o quarto que montou é simples e que não daria se as 5 profissionais precisassem usar ao mesmo tempo.

Mas Célia também enfatiza que elas devem tomar muito cuidado com os clientes, quando vão para outro lugar com eles. Em sua casa ela pode garantir mais segurança. Se algo ocorre no quarto, que não é ligado diretamente na casa, todas podem se juntar. Quando a profissional do sexo está no quarto, se ela gritar, as outras ficam alertas. Embora conte que na grande maioria das vezes neste quarto, se ouvem-se gritos é porque o cliente não quer pagar ou quer pagar menos, *bicha podre, essas mariconas são tudo bicha podre!*.

Separar esse quarto para o programa, do resto dos outros dois quartos da casa é tanto uma medida de segurança, quanto marca de seu empreendimento. Célia tem um ímpeto de administradora e comenta que pensa fazer outros quartos, tanto pra abrigar mais profissionais, como para locá-los para programas. Mas não é fácil juntar dinheiro. Isto porque seu rendimento depende do que as travestis repassarem para ela, tanto do valor do aluguel do quarto para programa, quanto do valor diário que pagam pela moradia, alimentação e segurança na casa.

Tudo misturado assim, não se sabe muito bem quando estão trabalhando e quando estão descansando, embora elas destinem períodos precisos aos quais se dedicam a realizar programas. Além dos horários distintos, havendo quem trabalhe de tarde, considerado de mais risco por conta das frequentes gozações e violências que sofrem nas ruas da cidade, há aquelas que só saem de noite. Gracy faz ponto em um posto de gasolina, numa rodovia próxima da cidade, todas as noites. Célia brinca *ela trabalha no posto, a gente diz que ela é o frentista*. Com seu riso largo e costumeira expressão debochada, Gracy não parece se irritar, já passou por muitas experiências. Também tendo deixado sua família no Maranhão, Gracy é a mais velha na casa, com

seus 32 anos e tendo vivido 3 na Europa. Especificamente na Itália, contando que lá, *se você for pega com 5 camisinhas, vai pra cadeia, mas se forem 3 tudo bem, é só sexo.* Lhe pergunto qual a lógica disso, se havia alguma lei e ela responde: *isso é pra gente né, que tá lá, eles sabem.* Sendo que um dia foi parar numa delegacia justamente por estar realizando programas nas ruas.

De qualquer forma, ela fala muito bem dos italianos, diz que *é outro mundo, eles respeitam muito mais, sem comparação.* Kelly que também mora na casa e escuta nossa conversa também concorda. Kelly possui mais plásticas, tendo ajeitado seu nariz, *mas ainda quero melhor.* Já Gracy não aparentava tanta preocupação com sua estética, vestindo-se e maquiando-se de maneira menos rebuscada. Kelly, dez anos mais nova, também negra, morou em Portugal por cerca de 3 anos, cuidando de um apartamento no qual realizava programas. Ela também conta que há mais aceitação, *assim pra essas coisas de transexualidade.* Contudo, sua volta para o Brasil deu-se por conta da *saudade da família e das coisas do Brasil*, sendo que ela frequentemente voltava para casa de seus pais de origem. Gracy também voltou por saudade e porque queria voltar a ver sua família na sua cidade natal, depois de estar com o corpo desejado e de ter vivido fora. Mas seu semblante fica triste ao dizer, *não deu certo, não me aceitaram e nunca mais voltei.*

Gracy só trabalha de noite, vai e volta para o ponto de gasolina ou de ônibus ou de carona com algum amigo/cliente. Célia se assegura que as meninas saiam de casa para trabalhar, assim como que voltem para dormir. *Enquanto elas não chegam, eu fico na cama, que fica ali do lado do portão da frente, abrindo pra cada uma quando chega.* Por isso, Célia costuma estar exausta e diz querer alguém para lhe ajudar a cuidar das meninas, que mesmo sendo poucas, *dão muito trabalho.*

Por vezes até me esqueço que Célia é dona da casa e lucra com isso, porque suas falas e parte de suas atitudes vão no sentido do cuidado com as demais. Ela conta que sua casa começou porque *as bicha da cidade vinham bater na minha porta. Elas sabiam que eu era travesti e se ficassem em um abrigo, obrigavam elas a usar roupa de menino.* Assim conta que foi abrigando as travestis nos quartos da casa que possui hoje e que foi comprada com seu dinheiro, conquistado pelos anos de trabalho na prostituição. Foi o que conseguiu juntar, que não foi subornado pelos policiais. Mesmo quando ela não estava disposta e disponível para um programa, havia policiais que a abordavam no meio da rua. Porém, por serem conhecidos, até de um ou outro programa,

suas batidas costumavam agredí-la com seus olhares e xingamentos, até que ela passasse o dinheiro.

Daisy, com seus 19 anos, negra, que trabalha hoje para Célia, não encontra uma situação melhorada diante dos policiais. Um dia me contou que saiu da cidade onde trabalhava, depois de um surto de um dos policiais que costumava buscá-la para programas quando não estava fardado. Daisy conta que um dia ele foi encontrá-la *muito chapado de pó* e lhe pressionou com uma arma apontada, exigindo que ela o penetrasse. Mesmo experiente na prostituição, realizando programas desde os 13 anos, Daisy contou que nessas situações é muito difícil, *tem que pensar em muitas coisas pra ver se consegue fazer né, mas com a arma apontada, como faz pra ficar excitado?*.

Nesta casa de Célia, pelos seus anos trabalhando na prostituição, acaba sendo conhecida por alguns chefes de polícia, mas sempre que trocam os agentes, ela tem que fazer uma mesma conversa. De alguma forma, por conta deste contato ela consegue manter sua casa e as demais em segurança, mas não há garantias de retaliações contra clientes, nem quanto aos próprios policiais. Se houver um envolvimento mais afetivo com uma das travestis de sua casa, às vezes conseguem movimentar alguma cobrança de contas com um cliente - como no caso daquele que disparou um tiro na mão de Glória. *É verdade, ela foi roubar a carteira dele, mas não precisava do tiro.*

Nesse caso, pela articulação de Célia, Glória foi levada para o hospital e teve sua mão reconstituída. Contudo, Célia lamenta estes casos de roubo e institui uma política na casa contrária a esse tipo de tumulto, bem como contra brigas entre as meninas. Há uma multa que é paga caso briguem, que dobra de valor se continuam a brigar. Apartar uma briga, pode envolver entrar nela, assim como Célia um dia me conta que muito nervosa, *caiu pra cima das bicha.*

Uma vez que é Célia quem administra o dinheiro das travestis, tanto recolhendo o dinheiro das diárias, quanto das multas, as meninas não possuem muito controle de suas finanças. Célia centraliza o dinheiro, inclusive aquele que juntam para colocar silicone ou comprar uma roupa. Ao mesmo tempo, é por esses motivos e por essas funções que também a chamam de mãe. Contudo, nem todas estabelecem uma relação afetiva e íntima a ponto de chamá-la dessa forma. Uma vez, Kelly se referiu a ela como *cafetina* na minha frente, ao comentar que devia pagar um dinheiro. Célia então logo gritou *alguém te maltrata na tua casa? Não né? Então, é a dona da casa onde eu moro, a dona lá de casa, não cafetina!*.

Célia diz isso, porque trabalhou em outras casas e em ruas, lidando com caprichos de outras cafetinas e donas de pontos de prostituição. Por vezes, a relação era bem profissional, mas em outras, as cobranças emocionais e laborais eram excessivas e pareciam não fazer sentido. Segundo ela, *tem muita bicha invejosa*. Como ela possui o corpo ainda bem moldado pelas curvas de silicone industrial no peito e na bunda, me propõe imaginar como seria anos antes. Pele negra, conta que fazia sucesso anos atrás, com seus cabelos alisados e mechas loiras. Hoje, o corte mais curto serve pra facilitar seu trabalho, na lida com tarefas mais braçais de limpeza e manutenção da casa.

Dessa possível Célia, surgem elementos para pensar nas relações com agenciadoras/es que são refeitas também de formas diversas, perpassando noções de afeto, trabalho, sexo e segurança. É importante ressaltar que mesmo nesse imbróglio de relações, mesmo o agenciamento abra possibilidades de afeto e (re)crie relações familiares, isso não exclui episódios que seriam considerados violentos. Trata-se de relações inseridas em uma conceitualização mais ampla de trocas no âmbito de *mercados do sexo* (PISCITELLI, 2013), conceitualização que abarca a prática da prostituição, junto a outros intercâmbios de serviços sexuais por dinheiro, ao mesmo tempo que também contempla um caráter estruturante de indústria do sexo (AGUSTÍN, 2005).

### ***“Quem cuida somos nós!”***

Utilizo o termo dona de casa de prostituição, pois foi o termo amplamente ouvido e é o que as próprias reivindicam para si. Assim como há inúmeras variações para se referir a uma profissional do sexo, existem também muitas formas de nomear casas de prostituição e suas donas. Para citar alguns: proxeneta, rufiã, casa de tolerância, lupanário, bordel, prostíbulo, casa da luz vermelho, casa de meretrício, randevu, casa da mãe joana. Talvez essa diversidade de termos remeta à situação de semilegalidade da prostituição, fazendo com que diferentes categorias sejam mobilizadas para dizer aquilo que não poderia ser dito.

A seguir, elaboro elementos que merecem atenção numa relação com uma dona de casa de prostituição, cotejando outros casos e arranjos. Marcadores sociais da diferença quanto às donas e às profissionais do sexo configuram relações de afeto,

sexuais e/ou econômicas. Para adentrar nessa relação, há algumas perguntas de fundo como: como se dá o salário, arranjo de trabalho, quais funções cabem a quem? Quanto e como é passado para dona? A dona retém o dinheiro e depois repassa? Há regras e multas? Como começaram suas casas? Como as profissionais começam a trabalhar em suas casas de prostituição?

Diferentes tipos de estabelecimentos, tendo lucro com o aluguel dos quartos e com bebidas, aludem aos tipos de *pontos fechados* analisados por Thaddeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2009) no Rio de Janeiro. Considero um trabalho fundamental, que em um primeiro momento argumenta em favor da ideia de trabalho sexual, ressaltando a dimensão econômica deste, para depois levantar taxas de exploração, de acordo com quanto dinheiro é mobilizado da profissional. Blanchette e Silva identificaram tipos diversos de organizações, havendo serviços de call girl, termas, casas de massagem, privês e casas propriamente. Estes diferentes arranjos surgem das categorizações êmicas, de como as profissionais se referiam aos locais, tendo em vista a duração do programa e o tipo de trabalho sexual realizado. Em uma análise detida de variados arranjos, a atenção volta-se para as condições nas quais o trabalho sexual é realizado.

Dos casos que trago aqui, não consegui realizar um levantamento pormenorizado, mas também identifiquei que sob o modelo genérico de *casas de prostituição* não havia relação rigidamente fixa entre profissional do sexo com a dona e a casa, apresentando um horário mais flexível e agenciado de trabalho (2009, p.36). Blanchette e Silva também estipulam a necessidade de quatro requisitos para que a prostituição se realize: um lugar que possibilite o encontro com o cliente e a negociação do programa; um lugar para a realização do programa; um “apoio” de terceiros que assegurariam o pagamento do programa e representariam uma garantia em face da violência física que sofreriam e, por fim, insumos específicos para práticas sexuais – que abarcam roupas, brinquedos eróticos, camisinhas (2009, p.23-24).

Dessa forma, complexificam-se as noções negativas deste agenciamento, destas figuras estigmatizadas das cafetinas e das casas. A seguir então, percorro três casos, junto com o de Célia. Apresento Gláucia, uma dona de casa de prostituição que estabelece uma relação comercial, que pode não excluir afetos, mas que majoritariamente envolve a dimensão econômica, baseada na locação dos quartos que oferece às profissionais do sexo. Ainda como exemplar de uma relação mais comercial, há o caso de Meire, mas que ao contrário de Gláucia, ainda realiza programas. Além de

sua trajetória continuada na realização de programas, ela é locatária de um estabelecimento, não sendo sua proprietária legal. Em seguida, borrando mais as fronteiras da relação econômica e afetiva que pode ser estabelecida com uma dona de casa de prostituição, trago a experiência de Claudete. Sua casa além de maior, mais movimentada, melhor situada do que as anteriores e ela possui uma relação sexual-afetiva-econômica com uma mulher que é profissional do sexo junto a esta casa. Por fim, retomo da casa de Célia, como exemplo de um local que é também moradia para as profissionais do sexo. Neste exemplo específico, pretende-se vislumbrar as experiências travestis nestas casas, no emaranhado de relações afetivas e econômicas que estabelecem-se com as *mães* travestis, que são também donas de casas de prostituição.

### ***Gláucia: a locação de quartos e relação comercial***

Gláucia, com uma postura encurvada, seus quase 60 anos e um vestido florido é uma travesti negra que possui uma casa simples. Para ela é simples, pois não há espaço para socialização com os clientes e nem para consumo de bebidas, sendo que seu lucro se dá só por meio do aluguel dos quartos para programas. Com dois quartos para realização dos programas, ela também mora nesta casa, junto com seu marido que está doente. Por este motivo, ela alega um funcionamento regrado e diurno, das 8 às 19 horas.

Quando a encontrei, estavam ela e mais três mulheres sentadas na calçada em frente a sua casa, ao que ela me contou que já não trabalham mais travestis *para ela*. Sua fala a seguir, traz indícios do papel de uma dona de casa de prostituição e da organização do trabalho que ela opera. Gláucia comentou que há 4 anos não trabalha mais fazendo programas, apesar de ainda ligarem pedindo seus serviços. Quanto a isto, ela afirma que não vai, pois agora outras funções lhe cabem:

**Gláucia:** Eu vou fazer o quê, três anos, quatro anos que eu não trabalho mais. Eles ligam pra mim: ‘ai, ô Gláucia você não vem, ô Gláucia não sei o que, ô Gláucia não sei o que lá. Eu, eu não vou, entendeu? Eu não vou...

**L:** Porque você tem que cuidar daqui?

**Gláucia:** Eu tenho que olhar, cuidar, lavar os lençol, tenho que ficar aqui, entendeu? Tem tudo isso daí...

**L:** E se você quiser me comentar um pouco como funciona sua casa.

**Gláucia:** a minha casa é das 8 horas às 7 horas da noite.

**L:** Ah! Tem horário?

**Gláucia:** Tem horário, que de noite eu não trabalho. Muito medo ficar de noite, dá 6, 7 horas, fecho.

**L:** Você acha que é porque também tá longe das outras casas, ou não?

**Gláucia:** É porque tá longe de outras casa e aqui é mais simplesinho. Não tem bar feito, já assim, sabe? Mais é quarto, entendeu, que funciona.

**L:** Entendi.

**Gláucia:** É, mais é quarto. Não tem assim negócio de, igual as outras casa, à noite, de dia, casa bem arrumadinha, tem balcão, tem tudo. (Entrevista realizada dia 02-05-2014)

A entrevista prosseguiu apontando para elementos que sugerem uma organização do estabelecimento e da prática da prostituição, por mais *simplesinho* que seja. A troca de lençóis costuma ser função da dona do estabelecimento, que cobra da profissional do sexo o preço pelo aluguel do quarto durante o programa. Segundo Gláucia, são R\$ 10 e R\$ 15 se for inclusa a alimentação do dia, pois há casos de mulheres que eventualmente dormem nesta mesma casa – e no momento da entrevista, havia uma mulher morando lá, pois era de outra cidade. Sobre as mulheres que lá trabalham, Gláucia traçou dois perfis a partir de duas experiências: a de uma que ficou dois dias em sua casa e não conseguiu nenhum dinheiro; em oposição ao trabalho de mulheres que ela denominou *de ponto*, pois às 15-16 horas, iam embora, independente de ter conseguido o dinheiro que se propunham.

Neste arranjo, como Gláucia não realiza mais programas, seu rendimento depende dos programas das mulheres. Se estas não realizam programas no dia, como não há uma cobrança de diária, Gláucia não ganha nada. Nesse sentido, quando algumas profissionais de outros lugares ficam por dias em sua casa, ela cobra uma diária pela alimentação, que acaba sendo uma garantia de seu rendimento diário. Nesse quadro, não há cobrança pela permanência no ponto, que possivelmente também não possui uma segurança mais garantida, devido as suas condições e relações. Nesse exemplo, nota-se uma relativa autonomia das mulheres, de fazerem seu horário ou irem só por alguns dias para trabalhar, com um intuito específico de pagar uma conta ou comprar algo desejado de imediato.

Elisiane Pasini em seu trabalho de mestrado na rua Augusta, em São Paulo, elabora uma etnografia acerca das *donas de ponto*, mulheres que autorizam e negociam a permanência de uma mulher prostituta em um ponto de prostituição na rua. Pasini relata que esta prática na Augusta consiste em abordar os clientes na rua e a realização do programa ocorre em hotéis. A *dona do ponto* aparece como a personagem fundamental, que gere as atividades em um determinado ponto de prostituição, aproximando-se assim de uma *dona de casa*. Cada um dos pontos é gerido por uma

dona e determinadas corporalidades são acionadas de acordo com as suas respectivas regras. O contrato que existe com as prostitutas, regulamentando sua permanência em um ponto, é de respeito; apesar de que às vezes as donas do ponto cobram uma parcela do programa (PASINI, 2000: 52). De maneira semelhante ao que ocorre no caso de Meire, há esta relação que permite certa fluidez quanto ao vínculo financeiro a ser negociado com a dona.

### ***Meire: (ainda) profissional do sexo***

Meire, uma mulher negra com seus 40 anos, desde que a conheci, já alugou três estabelecimentos no Jardim Itatinga, mas ao contrário de Gláucia, ainda realiza programas. Sua primeira casa possuía um pequeno bar e quartos que eram utilizados também por outras profissionais do sexo. A segunda casa funcionava neste mesmo esquema, mas era um pouco maior, situando-se em uma rua mais central do bairro, com um palquinho e pole dance. Da última vez que a vi, estava locando um espaço pequeno, com um único quartinho improvisado no qual ela também realizava programas.

A mudança de um tipo para outro relaciona-se com sua frequente alegação no sentido de não querer *prender as mulheres*, pois ela própria conta que nunca ficou fixa e obrigada em lugar nenhum. Além dessa trajetória na prostituição, tendo trabalhado em vários outros estabelecimentos, Meire também atua na Associação Mulheres Guerreiras, o que se relaciona com seu discurso bem articulado na defesa da descriminalização das casas de prostituição.

Trabalhando de dia ou de noite, fazendo programa ou locando o quarto pra outras profissionais do sexo, sendo prostituta e dona de uma casa de prostituição, a figura de Meire é fundamental para repensar a articulação de vários âmbitos que a prostituição mobiliza. Este caráter de empreendimentos menores, montados e desmontados com frequência, apontam também para uma instabilidade. Assim como Gláucia, possui sua casa por ter trabalhado muitos anos como profissional do sexo, sendo uma trajetória que simboliza a de muitas donas, que geralmente já trabalharam fazendo programas ou ainda o fazem enquanto gerenciam um estabelecimento.

Nesse sentido, é interessante articular os marcadores sociais de geração e gênero, uma vez que uma dona de casa de prostituição costuma ser mais velha do que uma profissional do sexo, por conta desta experiência passada realizando programas. Quanto aos donos de casas de prostituição não conheço registros de que já tenham tido

experiências realizando programas e especificamente no Jardim Itatinga não conheci nenhum. Parece haver esta diferença quanto a ter trabalhado realizando programas, de forma que haveria uma continuidade e inclusive ascensão por parte de uma mulher que passa a ter uma casa de prostituição. De outras formas, um dono de uma casa de prostituição iniciaria um estabelecimento por outras vias, como a relação afetiva e sexual com profissionais do sexo<sup>53</sup>.

### ***Claudete: e a experiência de parceria afetivo-sexual-econômica***

Diferente dos casos trazidos até agora, o de Claudete refere-se a um estabelecimento mais consolidado, com uma localização mais central, quatro quartos para locação, bar e mesa de sinuca para socialização dos clientes. Além disso, ela nunca realizou programas, embora já tenha trabalhado no Jardim Itatinga em outra casa, enquanto gerente. Desse dinheiro e experiência acumulados, conseguiu comprar este estabelecimento, que gerencia há onze anos. Claudete me contou ter conhecido o Jardim Itatinga através de uma *mulher da vida* e pela relação conjugal com esta, ela montou seu estabelecimento no bairro.

A encontrei, com horário marcado especificamente para uma entrevista. Como não a conhecia antes e ela não sabia da minha postura, sua fala foi bastante defensiva, não aceitando que eu gravasse e jogando constantemente contra uma figura de cafetina comumente caricata e abominada. Quando perguntada se preferia ser chamada de *dona de casa*, ela estranhou, pois além de denotar posse, poderia ser confundido com *as donas de casa*. Exemplificou contando de sua mãe, que seria uma *dona de casa* e não gostaria de ter a ver com prostituição. Sugeri também o termo cafetina, mas Claudete o

---

<sup>53</sup> Comento ainda algumas impressões quanto às figuras dos donos de casas de prostituição, que apareceram muitas vezes, mas só nas falas que ouvi. Uma vez, em uma reunião da Associação Mulheres Guerreiras, apareceram reclamações de duas donas de uma casa de prostituição do centro da cidade de Campinas. Segundo elas, lá as batidas policiais seriam mais frequentes do que no Jardim Itatinga e relataram incômodo diante do porte luxuoso das casas dos donos, sugerindo que seriam homens bastante empreendedores e influentes, a ponto de manter suas casas, sem que as frequentes batidas policiais as fechassem. De fato, há algumas casas com muros altos, que são as maiores do bairro, nas quais só se entra com carro, sem que se possa ver o que acontece dentro, de forma que as profissionais de lá também não podem negociar os programas nas ruas do bairro. Estas casas são renomadas no Jardim Itatinga, as únicas das quais encontrei referências na internet. Ouvi muitos boatos quanto ao esquema que deixaria as mulheres – e são só mulheres que lá podem trabalhar – mais presas nestas casas, propriedade de homens. De qualquer forma, sugiro a possibilidade do caráter mais artesanal dos arranjos das casas montadas por donas, talvez justamente por já terem realizado programas, possibilitando relações mais próximas com as profissionais do sexo, ao mesmo tempo, que configuram-se menos luxuosas e mais vulneráveis a batidas.

considerou *pior ainda*, pois julga que há um tempo ele impunha respeito, mas hoje é só negativo. Indaguei-lhe então como ela se apresentava ou contava de seu trabalho para outras pessoas e com um sorriso desconfortável, disse que sempre desconversava. Por fim, o título de microempresária pareceu agradar.

Ao chegar na casa de Claudete, por volta das onze horas da manhã de uma sexta-feira, havia um considerável movimento de carros, até porque sua casa encontra-se em uma das ruas principais do bairro. Não havia profissionais do sexo na porta e dentro encontrava-se uma mesa de sinuca e um balcão/bar, onde realizamos a entrevista. Suas primeiras considerações foram acerca das mulheres que trabalham nos quartos que ela loca, também por R\$ 10. Segundo Claudete, *ninguém está de bobeira*, a maioria está lá para sustentar filhos, muitas namoram ou são casadas e inclusive há uma que vem trazida de carro, por seu companheiro. Isso alude à já mencionada flexibilidade dos horários das profissionais e sua ida ao Jardim Itatinga para trabalhar. No momento da entrevista, havia duas mulheres morando em sua casa e, por ser sexta-feira, estavam chegando outras de São Paulo que ficariam para o final de semana.

*Motel pode, casa não!* Esta foi uma reclamação que perpassou a entrevista e não se encontra isolada. Pude ouvi-la também de outras donas ou gerentes de estabelecimentos que locam quartos para a realização de programas, bem como de profissionais do sexo que usufruem destes quartos. Claudete enfatiza que esta situação é uma *palhaçada*, sobretudo em uma comparação, frequentemente acionada pelos indivíduos que atuam na prostituição, acerca da legalidade de motéis – sobretudo os que funcionam em regiões centrais ou rodovias, que são quase somente utilizados para programas - e a criminalização de casas tidas propriamente para prostituição.

Claudete afirma que sua casa é necessária, pois *na realidade, quem apoia é a gente*. Assim como Gláucia, Claudete comentou sobre a alimentação e a limpeza que ela proporciona às mulheres e pontuou que não está incentivando as mulheres, mas sim *acolhendo*, até porque *não fui buscar ninguém na barra da saia da mãe*. São as mulheres que buscam sua casa para trabalhar, sendo que ela alega ter até que fazer uma seleção, uma vez que considera que há mulheres que não são profissionais o bastante.

Claudete confirmou que as mulheres negociam o preço do lado de fora de sua casa, alegando *não posso colocar preço em você*. Ao entrar no estabelecimento, seria sua função cobrar o pagamento do cliente antes da entrada no quarto para realização do programa. Essa seria uma garantia, uma vez que muitos clientes tentam negociar e

dizem que não têm dinheiro, só depois de realizar um programa. Outra garantia apontada seria justamente sua casa, pois os quartos ficam no corredor e se houver algum problema durante o programa, as mulheres podem sair gritando.

Em geral, nas falas das donas de casas de prostituição, esta dimensão da proteção e segurança era ressaltada. Por mais que Claudete não tenha comentado comigo como se dava sua relação conjugal com sua mulher que realizava programas ali, esta segurança pode ser pensada também pelo viés da relação afetiva-sexual.

Elisiane Pasini em sua Tese de Doutorado (2005) estuda um agrupamento de estabelecimentos ligados pela atividade da prostituição no Rio de Janeiro. Esse contexto, parece apresentar pontos em comum com o Jardim Itatinga, pela diversidade de arranjos, por ser um local buscado para prática da prostituição e por seu movimento intenso e 24 horas mobilizado para tal. Segundo Pasini, “*a Vila Mimosa é a zona de prostituição feminina fechada - um agrupamento de estabelecimentos localizados em um mesmo espaço (ruas) e ligados pela atividade da prostituição..*”. (2005, p.15).

Neste trabalho, Pasini se dedica a pensar na figura do *modelo masculino de provedor simbólico*, que caberia a alguns frequentadores da Vila Mimosa, conferindo proteção, cuidado e sustento financeiro para as mulheres prostitutas. Contudo, por mais que seja um atributo comumente masculino, afirma que este modelo “transcende corpos de homens e circula entre homens e mulheres” (PASINI, 2005, p.16). É interessante destacar a fluidez que um frequentador da Vila Mimosa possui, encaixando-se neste modelo de acordo com os arranjos que a mulher prostituta estabelece. Nessa “*possível fronteira entre ser ou não cliente, é a prostituta quem aparece como agente desta diferenciação, afinal é ela quem agencia o cumprimento (ou não) destas regras, as quais acabam por compor a fronteira.*” (Ibid: p.216).

De maneira semelhante a Pasini, Letícia da Luz Tedesco (2008) também se dedica a pensar nas trocas afetivas e comerciais realizadas com homens na prostituição, também trazendo o agenciamento e a possibilidade de agência por parte das mulheres prostitutas na delimitação das fronteiras na relação com estes parceiros. Sua etnografia se deteve no “*terreno movediço e negociado dos afetos e das relações comerciais*” com os agenciadores na prostituição em Porto Alegre, analisando a relação das profissionais do sexo com os maridos/gigolôs. Constatou que em relação com o conteúdo estigmatizado, os sujeitos na prostituição continuamente manipulavam suas identidades e a própria denominação de seus parceiros enquanto gigolôs - e não cafetões -

apresenta-se como uma tentativa de amenizar o estigma, até porque estes eram também seus maridos. Desta forma, além de uma relação sexual, com eles existiria uma relação afetiva e dessa forma, as mulheres não pagariam pelo agenciamento. A presença destes maridos-gigolôs confere proteção e status às mulheres prostitutas que os possuem e é nessa chave de uma relação dadivosa que Tedesco considera “*difícil pensar quem deve para quem ou quem paga o quê*” (Ibid, p.129). Em seu campo também encontrou mulheres donas de casas e estas acionariam sua experiência passada na prostituição, conferindo menos estigma à figura de cafetina. Saber como é estar ‘do outro lado do balcão’ poderia propiciar um gerenciamento da casa de forma mais “mais equitativa e justa” (2008, p.156).

Tedesco se detem nessa dimensão do negócio do sexo, pensando sobretudo nestes agenciadores, revelando também o estigma destes. Segundo Tedesco, estes parceiros gigolôs/maridos, tidos como não-comerciais pelas prostitutas, difeririam do apresentado por Pasini, fundamentalmente pela dimensão afetiva, que não seria tão latente no *modelo do provedor simbólico* (Ibid, p.130).

No caso de Claudete ambas conceitualizações parecem fazer sentido, uma vez que ela além de ser a dona do estabelecimento, também troca afetiva e sexualmente com sua parceira que trabalha como profissional do sexo. Nesse sentido, todas as falas que ouvi de donas de casas de prostituição evocavam mais que apoio, com alimentação, espaço, limpeza e proteção às profissionais do sexo. Tedesco afirma que a prática da prostituição não se encontra *suspensa do mundo* e que é necessária uma *infra-estrutura que não é apenas material, mas também simbólica*. (Ibid, p.6).

### ***Casa, de prostituição: relação afetiva e econômica***

Do caso de Célia, pode-se pensar nesse modelo recorrente de casa na qual há quartos para dormir e para realizar programas, frequente dentre travestis. Diana, uma travesti de Goiás me conta que *todo lugar é perigoso* e relata uma série de histórias de violência que já ocorreram com suas colegas travestis. Além de policiais, no caso de travestis nas ruas, há também o preconceito por parte de transeuntes e por vezes clientes. Dentre agressões com bala de chumbinho, extintor de incêndio, ovas e tiros na mão, os episódios narrados chocam por sua frequência e naturalidade ao serem relatados.

A triangulação sexo, dinheiro e poder foi também trabalhada por Viviana Zelizer (2009) ao analisar como atividade econômica e relações de intimidade podem combinar-se. A autora concebe que dinheiro não corrompe a intimidade e que sexo também não é uma mercadoria como qualquer outra. Utilizando um instrumental analítico que denomina de “boas combinações”, Zelizer atenta para como as pessoas negociam nas relações. Atenta para como atividade econômica e intimidade de intersectam a todo tempo, afirma que não quer dizer que a relação é sempre igualitária e justa, mas que boas combinações entre relações íntimas e transações econômicas são viáveis (p. 142).

Estas combinações podem ser lidas através das relações duradouras que algumas travestis acabam estabelecendo com clientes, que inclusive tornam-se seus maridos. Etnografias realizadas junto a travestis que se prostituem (BENEDETTI, 2005; KULICK, 1998; SILVA, 1993), já vem destacando a importância das experiências na prostituição, como espaços de sociabilidade e vivências fundamentais para construção da pessoa travesti (PELÚCIO, 2005).

Foi fundamental perceber que diante destes casos de violência, a existência de casas de prostituição pode representar uma vantagem, um local seguro, além de conviver com outras travestis. Como constatou Marcos Benedetti, além de fonte de renda é *na batalha* que as travestis encontram um espaço de sociabilidade e de troca – inclusive de namorados e maridos:

É também nesses lugares que aprendem os métodos e as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais), aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (2005, p.115).

Essa sociabilidade que possibilita a construção das travestis é dada tanto pelo convívio entre elas, como pela importância de travestis mais velhas e/ou experientes que atuam como suas *madrinhas, mães*. Geralmente estas são também as donas de casas de prostituição, que abrigam as travestis para moradia, como no caso de Célia.

A dimensão da casa como um fundamental agente de socialização também é argumentada por Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995). Apontam para a importância de casas não só como espaço físico, mas como interrelação entre construções, pessoas e ideias. Mais do que lugares, casas são dinâmicas e possuem

significados sociais e simbólicos. Para pensar nestas dimensões, organizam um livro que reúne estudos etnográficos com distintos grupos sociais, com o objetivo de unir uma antropologia da arquitetura com uma antropologia do corpo:

intimamente ligados, ao mesmo tempo física e conceitualmente, o corpo e a casa são os *loci* para densas redes de significação e afeto e servem como modelos cognitivos básicos usados para estruturar, pensar e experienciar o mundo. Mas se o corpo há um tempo tem sido foco da pesquisa antropológica que tem revitalizado os estudos de parentesco e teve um maior impacto em outras disciplinas, o mesmo não pode ser dito sobre a casa. (Tradução livre - 1995, p.3)

Dessa forma, uma vez que desconstruem a separação entre estrutura (estática) da casa e seus habitantes (circulantes), Carsten e Hugh-Jones apontam para dimensão dinâmica de uma casa, com implicações também para pensar nas relações de afinidade, aliança e parentesco (Ibid, p.37).

Quanto a uma *mãe* que acolheu Diana em uma casa no interior paulista, ela elenca as inúmeras tarefas que lhe cabiam: aconselhar roupas, verificar se o silicone industrial estava corretamente aplicado, emprestar dinheiro, liberar o almoço que é servido diariamente por volta das 14 horas, organizar e receber o dinheiro da diária, fazer faxina, cuidar dos vários animais, plantas e horta, acompanhar as travestis quando precisam de algum tratamento e lutar por seus direitos. Uma vez, contou que ocorreu um tratamento desrespeitoso com uma das travestis por parte de um comerciante; por conta disso, ela promoveu um boicote a este comércio, comentando com as moradoras de sua casa que não deviam aturar tal desrespeito. A consequência financeira do boicote, fez com que o comerciante fosse formalmente pedir desculpas.

Dessa forma, a figura da cafetina, bem como do espaço da casa de prostituição, complexificam a polarização casa X rua (PELÚCIO, 2009, p. 213). A já mencionada imbricação entre família-prostituição tem na casa de prostituição o local onde as relações de parentesco e amizade são (re)criadas pelas travestis em sua vivência enquanto prostitutas. Assim como Larissa Pelúcio presenciou em São Carlos, na dinâmica das travestis, “*a cafetina ocupa um papel organizador e ramificado na rede das travestilidades. Atua na rua, na casa e nos corpos*” (Ibid, p.208).

----

Esta importância da dona e sua casa de prostituição aparece com frequência na militância de Bianca, por meio de sua atuação na Associação Mulheres Guerreiras.

Nesse sentido, há um evento que vem sendo construído anualmente em Campinas, em comemoração pelo 02 de junho, Dia internacional da Prostituta. Para finalizar este capítulo, reproduzo a seguir discursos mobilizados durante sua realização, em 2014. Como são falas de pessoas que se apresentaram publicamente neste evento, mantive seus nomes. O tema central era: *Direitos das Profissionais do sexo: conquistas e desafios*. Das convidadas a falar no evento, estavam Andreia Lais Cantelli e Indianara Alves. Suas falas foram bastante combativas contra o estigma negativo que recai sobre a travesti profissional do sexo. O preconceito que sustenta a violência contra estas pessoas, é lido como fruto tanto de sua atividade como prostitutas, como pelo fato de serem travestis.

Andreia apresentou-se como mulher trans, mas ao longo de sua fala, explicitou que pretendia falar das pessoas trans – reforçando que esta categoria incluía travestis e transexuais – partindo de suas vivências. Segundo Andreia, o histórico de pessoas trans esteve diretamente relacionado com prostituição e nesse sentido, suas vivências sofriam com o estigma. Mas *o problema não é ser prostituta, ser profissional do sexo – o problema é a violência histórica que sofrem as pessoas em decorrência disto*. Em sua fala, Andreia convocava constantemente os presentes a *mudar o olhar* pois é comum a existência de casas de cafetinagem, *porque são casas, talvez as únicas que aceitem hospedar*.

Insistindo na *série de negação de direitos*, do acesso a serviços de saúde, de educação, Andreia reforçava a exclusão que as pessoas trans acabam sofrendo, pela família, escola e mercado de trabalho. Nesse sentido, a prostituição acaba aparecendo como uma oportunidade, mas alerta que não deve ser entendida como imposição. Quanto às identidades de pessoas trans, Andreia comentou que consistem numa somatória, mas que é na prostituição que muito destas é construída.

Andreia comentou bastante acerca da existência de cafetinas *dentro da nossa população* e foi certa a defender esta prática:

a existência da cafetinagem para pessoas travestis e transexuais, ela acaba entrando na questão do favorecimento da prostituição, só que aí, dentro dessa população a gente tem que pensar que é uma população que já teve todo seu histórico negado, desde a família, desde a escola, todos os seus direitos enquanto pessoa humana, já foram tirados, aí a travesti, a transexual que se prostitui vê na cafetina um espelho, vê na cafetina uma oportunidade de estar ali vivendo. O problema então não é a prostituição de pessoas travestis e transexuais estar ligada à cafetinagem e sim como isso acontece.

... As casas de prostituição de travestis e transexuais elas funcionam para as pessoas travestis e transexuais como uma segurança. Como uma legitimidade de ser quem eu sou e estou amparada. Já que eu não tenho amparo do Estado, já que eu não tenho amparo das esferas governamentais e do poder público eu vou me amparar sim nas cafetinas. Aí o problema começa quando a porcentagem que se paga, as situações de exploração começam a acontecer...

Além de Andreia, ocorreram também as falas jocosas e contundentes de Indianara Alves Siqueira, uma renomada militante, que transita por vários espaços de militância, dentre os quais a militância travesti e a Marcha das Vadias no Rio de Janeiro. Sendo um ícone na militância também no âmbito das profissionais do sexo, Indianara na época também trabalhava com o deputado Jean Wyllys, apresentando-se como *uma puta assessora parlamentar*.

Não só por este cargo como assessora do deputado, também enquanto profissional do sexo que ainda realizava programas, sua fala pretendeu explicitar o já comentado projeto de lei Gabriela Leite. Indianara Explicitou que não havia sido invenção do deputado, mas realizado em conjunto com as profissionais e em prol dos direitos destas, pensando em *aposentadoria por tempo de trabalho, trabalho mais arriscado, benefícios de INSS*. Alegou também que o PL explicitava o que é crime, no caso de pessoas forçadas, que seriam impedidas de sair se quisessem, e o que é exploração de crianças.

Por fim, também posicionando-se a favor deste PL, Andreia concluiu:

acredito que a regulamentação, vai diminuir, não vou dizer que vai acabar, mas vai diminuir com a violência. Porque existem pessoas principalmente fundamentalistas e pessoas ortodoxas, conservadoras, que dizem que o ato de se prostituir já é uma violência contra o corpo da mulher, do corpo de quem está se prostituindo. Mas não. Violência ela se estende pra uma série de outros fatores que é, aquilo o que eu estava dizendo, do cliente não querer pagar, de chegar e você combinar um preço, aceitar o preço e depois falar que não tem aquele valor. Já é um ato de violência... Existe a negociação, mas depois se negar a pagar aquilo. [A regulamentação] não vai acabar, mas vai diminuir a violência.

Estas falas em contexto de um evento público, apresentam de forma mais clara e coesa algumas das ideias trazidas nesta dissertação. Reconheço que não são todas as profissionais do sexo que se colocam desta forma, mas no decorrer da minha pesquisa de mestrado, vários elementos combinaram-se com estes discursos formulados por Andreia e Indianara.

## **Coragem!**

*Coragem*, além de remeter ao título deste trabalho, é uma expressão que ouvi com frequência. Às vezes tinha o cunho negativo, quando falavam de um cliente que consideravam feio ou de algo que não lhes agradava. A expressão correlata *corajosa*, *hein?* também era usada em tom irônico, quando alguém usava uma roupa considerada feia. Trago então esta noção, como forma de condensar algumas considerações trazidas ao longo desta dissertação. Foi uma palavra pensada especificamente para esta seção final, quando vi Miriam, sentada na frente de uma casa, que alugava quartos para programa. Estávamos conversando de tarde, em um ponto na calçada do Jardim Itatinga, quando Miriam primeiro se distanciou de nós, para conversar com um homem dentro de um carro. Depois de uma rápida negociação, ela voltou-se para nós, vindo buscar sua bolsa. Já entrando no carro do cliente, com expressão entre determinada para iniciar outro programa e aborrecida por mais um trabalho, gritou: *coragem!*

Nós estávamos em grupo - eu, mapô, elas, travestis -, na calçada conversando em frente a uma casa, onde ela foi realizar o programa, pagando o valor da locação de um quarto. Esta cena então remete a outros fatores além da relação cliente - profissional do sexo, tais quais locais (seguros) para negociação e realização do programa, bem como outras pessoas nessa transação. É nestas casas, ou melhor, pela sociabilidade possibilitada por estas, que (re)criam-se relações de afeto e parentesco – tanto entre as travestis que se prostituem, quanto entre elas e seus clientes e entre elas e as donas das casas de prostituição.

O movimento desta dissertação percorreu algumas destas relações estabelecidas entre travestis na prostituição, com particular atenção para importância destas experiências com donas e suas casas de prostituição. Das dinâmicas relatadas, faz-se necessário repensar o papel de agenciadoras/es e estabelecimentos seguros para a prática da prostituição, tendo em vista a descriminalização destes. A hipótese aqui trabalhada é a de que locais seguros e agenciadoras/es são demandados pelas profissionais do sexo e no caso de vivências travestis na prostituição este suporte adquire ainda maior centralidade.

Lembro-me sobretudo de um evento público do qual participei no qual houve um embate frontal entre uma militante que se apresentava como mulher trans e outra como travesti. Ambas são figuras públicas e reconhecidas, mas opto aqui por não

identificar o evento nem suas figuras, para não aumentar o teor belicoso que ocorreu no evento. Basicamente houve uma polarização nas falas: enquanto a mulher trans comentava sobre como o direito ao Nome Social havia mudado sua vida, trazendo oportunidades de emprego, reconhecimento e respeito; a travesti foi certa ao questionar o quanto essa conquista do Nome Social não representava tanto êxito para as travestis, completando *quero ver, quando você estiver de noite, na pista e vier um policial, você vai pedir pra ele te chamar pelo Nome Social, vai mostrar sua carteirinha?*.

Desde esta colocação, fiquei intrigada por vários aspectos, que além de remeter a vivências distintas entre travestis e mulheres trans, apontava para uma ligação quase que simbiótica entre travestis e prostituição. Em seu trabalho de mestrado, tendo acompanhado as reuniões das Terças Trans entre 2008 e 2009, em São Paulo, Bruno Barbosa empreende um esforço analítico, situando as diferenças acionadas pelas participantes destas reuniões, atentando para como agenciavam estes discursos situacionalmente e articulando marcadores - além de gênero e sexualidade - classe, raça e geração. Em um artigo que traz parte desta discussão, Barbosa intitula uma seção de “*As ‘finas’ e ‘elegantes’ e as ‘putas’ e ‘escandalosas’: outras diferenças*”, que remete aos estereótipos mobilizados durante as reuniões, que (re)alocavam as mulheres trans junto às primeiras noções e as travestis junto às segundas. Analisando atentamente os discursos mobilizados nas reuniões, Barbosa atenta para os usos, para o acionamento da categoria *mulher trans* em resposta à medicalização, que incitava uma noção de mulher natural, também heterossexual, em oposição às travestis, associadas mais a uma artificialidade. Além disso, aparecem as associações das travestis à prostituição, que rende o título do artigo “*‘Doidas e putas’: usos das categorias travesti e transexual*”. Quanto a escolha deste, Barbosa afirma que

... evoca justamente este potencial dos estereótipos de evidenciarem as contingências pelas quais as relações de poder operam na produção das diferenças entre travestis e transexuais, pois eles expõem as associações históricas de transexuais ao discurso médico – as “doidas” – e as travestis no universo da prostituição e da marginalidade – as “putas”. Em essência, esses limites precisam ser reiterados forçosamente para a produção das diferenças entre travestis e transexuais, processo empreendido não somente por médicos e psicólogos, mas também pelas próprias pessoas assim classificadas. (2013, p. 376)

Dos trabalhos de Bruno Barbosa, os marcadores aparecem articulados, complexificando as categorias, mostrando um acionamento situacional e reforçando a relevância de uma análise destes usos.

Nesse sentido, o movimento desta dissertação também pretendeu contemplar a articulação dos marcadores sociais da diferença – tais como gênero, raça, sexualidade, geração e classe – a partir das experiências das travestis do Jardim Itatinga. Na **Introdução** trouxe minha trajetória de contato com as corajosas do bairro, evidenciando a importância do fazer antropológico e etnográfico, sobretudo diante das temáticas do universo trans e da prática da prostituição. Diante das intensas disputas quanto a estas temáticas, é importante explicitar que em meu contato busquei falar com e não por elas. Também por este motivo, as múltiplas formas como me relaciono e como sou vista em campo foram pontuadas, marcando desde o início meu contato com profissionais do sexo, que militam por respeito e por melhores condições para seu trabalho.

Iniciei com as experiências travestis no **primeiro capítulo**, para situar algumas trajetórias destas corajosas, quanto aos marcadores sociais da diferença e quanto as suas construções identitárias. Por meio das aulas de inglês que passei a ministrar junto a elas, trouxe elementos do processo continuado de se fazer travesti, manejando alguns ideais de feminino. As experiências do universo trans são variadas, articulando normatividades e subversões referentes a gênero e sexualidade. No **segundo capítulo** descrevi a dinâmica do bairro Jardim Itatinga, com sua específica configuração periférica e estruturado pela prática da prostituição, realizada em diversas casas. A partir de um caso de violência policial, noções da prostituição enquanto um trabalho sexual, inserido em relações de mercados do sexo voltam o olhar para as condições nas quais este é realizado. Por fim, no **terceiro capítulo**, discuti a figura da dona de casa de prostituição, atentando para preservação do anonimato, ao mesmo tempo que cotejava casos de donas e suas casas. No caso das travestis que se prostituem, as casas e suas donas engendram relações que podem ser afetivas e econômicas, representando uma segurança diante de possíveis violências policiais e de clientes.

Desde a introdução, embrenhei-me nas disputas tanto acerca das identidades de pessoas trans\*, quanto da prática da prostituição. Não pretendi essencializar e enclausurar uma identidade travesti nem de profissional do sexo, mas perpassar quando estas categorias foram acionadas e reivindicadas, sobretudo pelas interlocutoras com as quais interagi. Nem travesti e nem puta possuem conotações negativas, aliás, são termos

bombardeados por estigma negativo, mas que justamente por isto e por fazerem parte de relações de poder, podem ser acionados de forma a politizar o estigma. Bem aos moldes de Gabriela Leite, quando afirma que quer que puta seja uma palavra bonita, ou de Betania, que se apresenta com orgulho como P.P.P. – preta, pobre e puta -, ou de Indianara, ao gritar *ser puta não me embaraça, eu apenas cobro pelo que tu faz de graça*, é esta contra-mola que resiste. Nesse ato de resistência, travesti e puta passam a existir de outra forma, não mais esquivando-se da negatividade, mas bradando contra a existência de normatividades que as fabricam enquanto temíveis e marginais.

**Anexo1** - Fotos performance artística *Entre Saltos*



Foto: Mariana Lima

Rodovia que separa o Jardim Itatinga, por exemplo do DIC I, bairro periférico que se vê distante na foto.

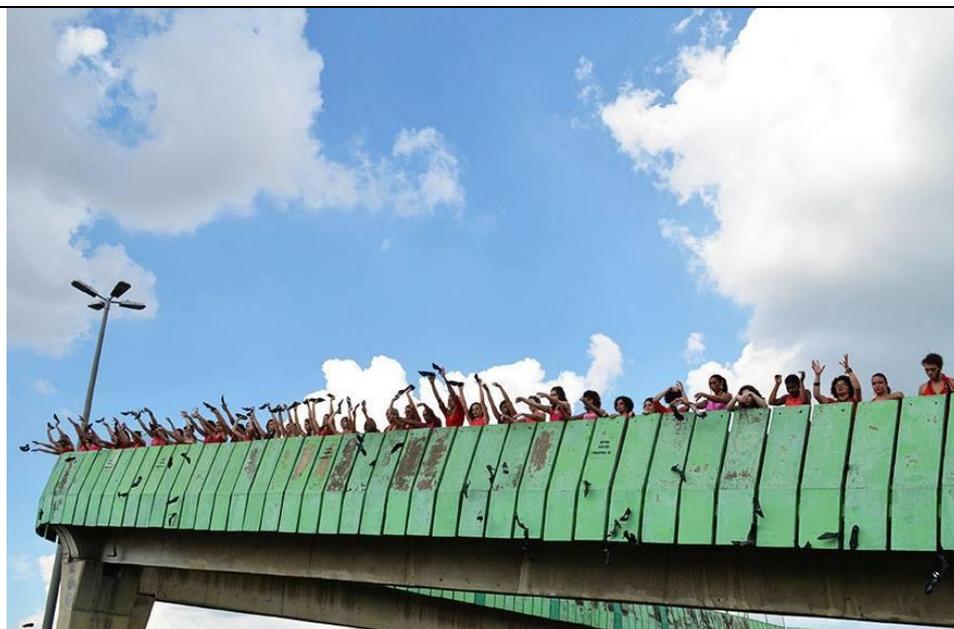


Foto: Mariana Lima

Passarela sobre a Rodovia Santos Dumont, principal acesso ao bairro.



Foto: Mariana Lima

Exemplar de calçada do bairro Jardim Itatinga.



Foto: Mariana Lima

Outro exemplar de calçada.



Foto: Mariana Lima

Banners das diversas casas de prostituição, umas coladas nas outras.



Foto: Renan Joele

Exemplar de portões com escrito "Residência Familiar".

## Referências bibliográficas:

- AGIER**, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- AGUSTÍN**, Laura M. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. In: *Cadernos Pagu* (25), 2005.
- \_\_\_\_\_. *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. London & New York: Zed Books, 2007.
- BARBOSA**, Bruno Cesar. “Nômades da Norma: Corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações”. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis 2008.
- \_\_\_\_\_. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual”. *Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana* n.14 - ago. 2013. (pp.352--379).
- BENEDETTI**, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2005.
- BENTO**, Berenice e **PELÚCIO**, Larissa. “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, maio-agosto, 2012.
- BENTO**, Berenice. “Corpos e Próteses: dos Limites Discursivos do Dimorfismo.” *Fazendo Gênero 7 - Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem*, 2006.
- BERNSTEIN**, Elizabeth, *Temporarily Yours. Intimacy, Authenticity and the Commerce of Sex*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. “O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do Sexo”. *Cadernos Pagu* n.31. Campinas July/Dec, 2008,
- BLANCHETTE**, Thaddeus Gregory e **SILVA**, Ana Paula. “Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano”. Paper apresentado no Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica, 2009.
- BUTLER**, Judith. “Merely cultural”. *New Left Review*, 227 – January-February 1998. pp. 33-44.
- \_\_\_\_\_. “Beside Oneself: On the Limits os Sexual Autonomy” “Gender Regulations” In: *Undoing Gender*. Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Corpos que pesam: sobre limites discursivos do ‘sexo’ ” In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?” *Cadernos Pagu* (21), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2003. (pp. 219-260).
- \_\_\_\_\_. “El género em llamas: cuestiones de apropiación y subversión” In: *Cuerpos que importan: sobre los milites materiales y discursivos del ‘sexo’*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CALDEIRA**, Teresa Pires do Rio. “Um incursão pelo lado “não respeitável” da pesquisa de campo”. In: *Ciências Sociais Hoje – 1*. Recife/Brasília: Anpocs/CNPq, 1981.

- CANCELA**, Cristina Donza; **MOUTINHO**, Laura e **SIMÕES**, Júlio Assis. Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada. São Paulo: Terceiro Nome [Antropologia Hoje], 2015.
- CARSTEN**, Janet e **HUGH-JONES**, Stephen. *After Kinship*. Cambridge University Press, 2004.
- CHAPKIS**, Wendy: *Live Sex Acts, Women performing erotic labour*, Cassell, 1997.
- CHENG**, Sealing. *CHENG, Sealing: On the Move for Love. Migrant Entertainers and the U.S. Military in South Korea*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Labor of Love: The Sex Worker and the Anti-Trafficking Advocate" at the IASSCS International Conference, held in Buenos Aires, Argentina from August 28-31, 2013.
- COLLINS**. Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. New York: Routledge, 2000.
- COLLING**, Leandro (org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.
- DA MATTA**, Roberto. "O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'". In: *A aventura sociológica*, **NUNES**, Edson Oliveira (Org.), Zahar Editores, 1978.
- DEBERT**, Guita G. "Problemas relativos à utilização de histórias de vida e história oral". In: **CARDOSO**, R. (org.) *Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1986.
- DOS SANTOS**, Rafael França Gonçalves. *As aparências enganam? O fazer-se travesti em Campos dos Goytacazes-RJ*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.
- DUQUE**, Tiago. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. São Carlos: UFSCar, 2009.
- FELTRAN**, Gabriel. "Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana." *Revista de Antropologia*, 53(2), São Paulo, USP, 2010
- FERGUSON**, James e **GUPTA**, Akhil. "Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença" [1992]. In **ARANTES**, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*, Campinas, Papirus, 2000.
- FONSECA**, Claudia. "A dupla carreira da mulher prostituta" In: *Estudos feministas* N1/1996.
- \_\_\_\_\_. "A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais". In: A. Piscitelli, M.F. Gregori e S. Carrara (org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- \_\_\_\_\_. e **PASINI**, Elisiane. "A mulher prostituta: um caso limite de cidadania". 1998.
- FOUCAULT**, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O corpo utópico; As heterotopias*. Pós-fácio de Daniel Defert; tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *De espaços outros*. *Revista Estudos Avançados* vol.27, n79. São Paulo, 2013b.
- GASPAR**, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- HARAWAY**. Donna J. Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no final do século XX. In: *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.*
- \_\_\_\_\_. "Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu* (22), 2004.

- HELENE**, Diana. “A invenção do Jardim Itatinga: o planejamento urbano e a Prostituição”. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo.
- HOCHSCHILD**, Arlie Russell. *The Managed Heart, Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press, 2012 [1983].
- INGOLD**, Tim. “Anthropology is *Not* Ethnography”. *British Academy*, 2007. (pp. 69-92.)
- \_\_\_\_\_. “Against Space: place, movement, knowledge”. In: *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*. Peter Wynn Kirby (org.) Berghahn Books, 2009.
- JEOLAS**, Luiz Carlos Sollberger. **VENDO (O) CORPO, VENDO (A) IMAGEM: a autorrepresentação fotográfica de mulheres e travestis profissionais do sexo do Jardim Itatinga**. Tese, UNICAMP, 2009.
- KULICK**, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- \_\_\_\_\_. e **KLEIN**, Charles. Scandalous acts: the politics of shame among brazilian *travesti* prostitutes. In: HALPERIN, David M. e TRAUB, Valerie. *Gay Shame*. University of Chicago Press, 2009.
- LIMA**, Luiza Ferreira. *A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.
- LOURO**, Guacira Lopes. “Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 2. Florianópolis, 2001.
- MAGNANI**, José Guilherme Cantor. “Etnografia como prática e experiência” In: Horizontes Antropológicos – n32, vol. 15. Porto Alegre, 2009. (pp. 129-156)
- \_\_\_\_\_. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, 2002.
- MARQUES**, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2009.
- MAZZARIOL**, Regina Maria. *Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1976.
- MCCLINTOCK**, Anne. “Introdução: Pós-colonialismo e o anjo do progresso”. In: *Couro Imperial; raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução Plínio Dentzien. Campinas. Editora da Unicamp, 2010.
- MISKOLCI**, Richard e **PELÚCIO**, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre *performatividade* a partir de uma etnografia entre travestis”. *CD Anais do XXX Encontro Anual da ANPOCS – GT Sexualidade, Corpo e Gênero –*, 2006.
- \_\_\_\_\_. “A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente.” 2012.
- MORAES**, Aparecida Fonseca, **SILVA**, Hélio e **SIMÕES**, Soraya Silveira. (Orgs.) *Prostituição e outras formas de amor*. Rio de Janeiro: UFF, 2014.
- MOUTINHO**, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade, e gênero em produções acadêmicas recentes. In: *Cadernos Pagu* (42), 2014.
- NASCIMENTO**, Silvana. “*Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba*”. In: *Revista de Antropologia*, vol 57, n2, 2014a.
- \_\_\_\_\_. “*Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba*”. *Revista Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014b.

- NEWTON**, Esther. *Female impersonators in America*. The University of Chicago Press, 1979.
- NOLETO**, Rafael . Brilham estrelas de São João! : notas sobre os concursos de Miss Caipira Gay e Miss Caipira Mix em Belém (PA). *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), v. 18, p. 74-110, 2014.
- \_\_\_\_\_ e **NEGRAO**, Marcus V. N. [Ensaio fotográfico] Feminilidades coreografadas: gênero, sexualidade e raça nas festas juninas em Belém, Pará. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Online), v. 7(1), p. 264-277, 2015.
- OLIVAR**, José Miguel Nieto. “Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina [Sexo, Gênero e Família. Pela vereda de uma prostituição beligerante: região central de Porto Alegre, anos 80]”. Trabalho apresentado no GT 36 –Sexualidade, corpo e gênero na 33ª reunião da ANPOCS. Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes*. Tese de doutorado PPGAS/UFRGS, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Devir Puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- \_\_\_\_\_. e **SKACKAUSKAS**, Andreia. “Prostitutas, feministas e direitos sexuais – diálogos possíveis ou impossíveis?” In: *Revista Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos - 23 a 26 de agosto de 2010*.
- PASINI**, Elisiane. *Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os homens da vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Prostituição e a liberdade do corpo*. CLAM, 2005
- PELÚCIO**, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti.” *Cadernos Pagu* (25), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, julho-dezembro, 2005a. (pp. 217-248).
- \_\_\_\_\_. “Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo” *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(1), 2004. (pp.123-154) .
- \_\_\_\_\_. “‘Toda Quebrada na Plástica’ – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas”. *Campos* 6, 2005b. (pp. 87-112).
- \_\_\_\_\_. “Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids”. Tese (2009)
- PERLONGHER**, Néstor. *O negócio do michê – a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PINO**, Nádia Perez. “A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos des-feitos” *Cadernos Pagu* (28), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2007. (pp. 149-174).
- PISCITELLI**, Adriana. (Org.). *Cadernos Pagu* (25), Mercado do sexo. Unicamp, 2005.
- \_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2; 2008.
- \_\_\_\_\_. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- PRECIADO**, Paul B. “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro-abril, 2011.

- RAGO**, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES**, Marlene Teixeira. “A prostituição no Brasil Contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer?” In: Revista Katál. Florianópolis, v.12, n.1, 2009.
- RUBIN**, Gayle. “Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality”. In: C. Vance (org.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Nova York, Routledge, 1984.
- \_\_\_\_\_, “El Tráfico de Mujeres: notas sobre la ‘economía política’ del sexo”. In: *Nueva Antropología*, Vol. VIII, n. 30, México, 1986.
- SABATINE**, Thiago Teixeira. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo* [recurso online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- SANTOS**, Paulo Reis dos. *Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 2008.
- SCOTT**, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” In: Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_, “A Invisibilidade da Experiência”. *Projeto História* 16, São Paulo, 1998. (pp.297-325).
- SILVA**, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ISER, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Travestis – entre o espelho e a rua*. São Paulo, Rocco, 2007.
- SIMÕES**, Soraya Silveira. “Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um *métier* no Brasil”. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.1, jan-jun, p.24-46, 2010.
- SKACKAUSKAS**, Andreia. *Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese, UNICAMP, 2014.
- SOUSA**, Francisca Inar. *O Cliente: o outro lado da prostituição*. Fortaleza, AnnaBlume/ Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.
- STRATHERN**, Marilyn. O efeito etnográfico. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2014.
- TAVARES**, Aline Godois de Castro. *A organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas –SP*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- TEDESCO**, Letícia da Luz. “Vender sexo é legal? Relações de trabalho entre agenciadores e profissionais do sexo no mercado sexual brasileiro”.  
\_\_\_\_\_. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS-NACI/UFRGS, 2008.
- TEIXEIRA**, Flávia do Bonsucesso. L’italia dei divieti: entre o sonho de ser *européia* e o *babado* da prostituição. In: *Cadernos Pagu* (31), 2008.
- VENCATO**, Anna Paula. “Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros”. *Cad. AEL*, v.10, n.18/19, 2003.
- WITTIG**, Monique. *The Straight Mind: and other essays*. 1992.
- ZELIZER**, Viviana. *Dinheiro, poder e sexo*, Cad. Pagu n.32 Campinas Jan./June 2009.
- ZEYTOUNLIAN**, Lauren. *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de ‘meninas’ brasileiras no mercado do sexo*. Dissertação de mestrado, UNIFESP, 2014.

### **Referências filmicas:**

*Um beijo para Gabriela* – Laura Rebecca Murray, 29 min. Vídeo selecionado para o VIII Prêmio Pierre Verger de vídeos etnográficos da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de junho de 2012, em São Paulo, SP.

Stonewall. Nigel Finch. 99 min. 1995

Dzi Croquettes. Raphael Alvarez, Tatiana Issa. 110 min. 2009

Meu amigo Claudia 86 min. Dácio Pinheiro. 2009

The Rocky Horror Picture Show – Jim Sharman, 98 min. 1975.

Quem tem medo de Cris Negão? – René Guerra, 26 min. 2012.

São Paulo em Hi-Fi – 95 min. Lufe Steffen. 2013

Princesa. 2001 Henrique Goldman. 94 min.

Venus Boyz. Gabrielle Baur. 2002. 102 min.

Paris is Burning. 1990. Jennie Livingston. 71 min.

Cabaret. Bob Fosse. 1972. 124 min.

Minha vida em Cor-de-Rosa. 88 min. Alain Berliner. 1997